

**PENSAR E REPENSAR A
AMÉRICA LATINA**

SÉRIE PROLAM

Introdução e desenvolvimento na América Latina: a contribuição de Raul Prebisch e da Cepal
Márcio Bobik Braga

Ecos do libertador: Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez
Alexandre Ganan Figueiredo

Políticas de crédito para pequenos empreendimentos: análise comparativa da capacidade de intervenção pública - Brasil e Argentina
Franco de Matos

Pensar e repensar a América Latina
Dilma de Melo Silva, Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves, Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi, Maria Margarida Nepomuceno, Mayra Coan Lago e Thaís de Oliveira (organizadoras)

**DILMA DE MELO SILVA
LISBETH RUTH REBOLLO GONÇALVES
VIVIAN GRACE FERNÁNDEZ-DÁVILA URQUIDI
MARIA MARGARIDA NEPOMUCENO
MAYRA COAN LAGO
THAÍS DE OLIVEIRA**

ORGANIZAÇÃO

PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA

REALIZAÇÃO:

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM
INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**



PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA

Capa

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Conselho Editorial
Eugênio Trivinho
Gabriele Cornelli
Gustavo Bernardo Krause
Iram Jácome Rodrigues
Pedro Paulo Funari
Pedro Roberto Jacobi
1ª edição: setembro de 2015

© Dilma de Melo Silva | Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves | Vivian Grace-Fernández-Dávila Urquidi
Maria Margarida nepomuceno | Mayra Coan Lago | Thaís de Oliveira

Annablume Editora
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 554 . Pinheiros
05415-020 . São Paulo . SP . Brasil
Teleendas: (11) 3539-0225 – Tel.: (11) 3539-0226
www.annablume.com.br

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO O Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina	7
MESA DE ABERTURA – PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA: A CRIAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROLAM/USP PROFA. DRA. LISBETH RUTH REBOLLO GONÇALVES (Coordenadora do PROLAM/USP)	23
Sucessos e desafios do PROLAM PROFA. DRA. MARIA CRISTINA CACCIAMALI (Coordenadora do PROLAM/USP entre os anos 1996-2013)	27
A ideia de um programa acadêmico de pós-graduação em integração da América Latina PROF. DR. SEDI HIRANO (Coordenador do PROLAM/USP entre os anos 1992-1995)	31
PALESTRAS Culturas urbanas na América Latina e os imaginários PROF. DR. ARMANDO SILVA	35

El pensamiento Geográfico en América Latina: algunas consideraciones PROFA. DRA. AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS	55
Novas correntes de pensamento nas relações internacionais da América Latina PROF. DR. RAÚL BERNAL-MEZA	79
A política externa do Brasil para a América Latina PROF. DR. CELSO LAFER	109
MESA DE ENCERRAMENTO: REPENSAR A AMÉRICA LATINA PROF. DR. PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI (Diretor do Instituto de Relações Internacionais da USP)	129
PROFA. DR. LISBETH RUTH REBOLLO GONÇALVES (Coordenadora do PROLAM/USP)	131
PALAVRAS FINAIS	133

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) completou 25 anos no ano de 2013. Para celebrar a data, alunos e professores do Programa organizaram o Simpósio Internacional “Pensar e Repensar a América Latina”. O evento procurou reunir estudantes, professores, pesquisadores e demais interessados na temática latinoamericana, com o objetivo de contribuir para o conhecimento da região e das pesquisas produzidas, tal como incentivar a importância de se repensar e refletir a América Latina.

Deste modo, o Simpósio foi composto por doze Seminários de Pesquisa, em que foram apresentados trabalhos de pesquisadores e estudantes de Graduação e Pós-Graduação, que abordavam temáticas da América Latina, e Palestras com pesquisadores da região.

Este livro é um dos frutos do Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. Nesta publicação, procuramos reunir as exposições de alguns membros das mesas de Abertura e Encerramento e dos Palestrantes. Para lograr o objetivo, este livro tem três partes principais: a primeira é composta pela Mesa de Abertura, denominada “Pensar e Repensar a América Latina: a criação e a atuação do PROLAM/USP”, em que estão presentes as exposições dos antigos e atual Coordenadores do PROLAM/USP, que estiveram presentes no evento, desde os anos da fundação da Programa até os dias atuais. A segunda é composta pelas Palestras dos pesquisadores nacionais e estrangeiros. E, finalmente, a terceira é composta pela Mesa de Encerramento, denominada “Repensar a América Latina”, composta pela exposição da atual Coordenadora do PROLAM/USP, Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves.

Gostaríamos de agradecer à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP, à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, ao Sistema integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, à Comissão de Apoio de alunos e egressos do PROLAM/ USP e a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que o evento acontecesse, pois sem eles, este não seria possível.

Comissão Organizadora dos 25 anos do PROLAM

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A missão do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP é produzir conhecimento e formar especialistas de alto nível de conhecimento das questões e processos que cercam a temática da integração latino-americana, analisados sob as dimensões socioeconômicas, históricas e culturais. Para tal fim, o Programa emprega metodologia interdisciplinar e comparativa para desenvolver pesquisas sobre um tema/objeto de estudo comum à região ou pelo menos a dois países da região.

O Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina tem dois objetivos: (i) criar, no âmbito da Universidade de São Paulo, uma instância de reflexão acadêmica e científica (docência, pesquisa e extensão), e de formação de profissionais na temática da integração latino-americana; (ii) construir metodologia interdisciplinar para a apreensão e compreensão dos processos de integração latino-americanos interagindo e integrando conhecimentos de diferentes campos do conhecimento, histórico, econômico, político, social e cultural. Para alcançar esses objetivos, o núcleo primordial para a geração das diretrizes do PROLAM/USP foi composto em 1988, ano de sua concepção pelos seguintes departamentos de unidades da Universidade: Direito Internacional - Faculdade de Direito (FD/USP); Economia - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP); Sociologia, Política, Antropologia, História, Geografia e Letras Modernas - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP); Planejamento Urbano e Regional, História da Arquitetura e Estética do Projeto - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP); e Comunicação e Artes - Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP). Em 1993, foi incorporado à Comissão de Pós-Graduação o Departamento de Administração

Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação (FE/USP); em 2003, o Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP/USP); e, em 2008, incluiu-se um representante da Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo - EACH/USP, este último pela oportunidade de estreitamento das relações acadêmicas e científicas do Programa com cursos de graduação e pós-graduação de caráter multi e interdisciplinar da mesma Universidade.

O início e o processo de formação do Programa

No primeiro processo seletivo do PROLAM/USP, realizado em janeiro de 1989 e coordenado pela Profa. Dra. Irleamar Chiampi, da FFLCH/USP e mais 13 professores orientadores doutores, foram matriculados 16 alunos no mestrado, sendo três estrangeiros. Em 1990, o Curso de Mestrado em Integração da América Latina foi recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A ampliação para o Curso de Doutorado foi aprovada em 1993, conforme Resolução nº 4.014, de 13.08.93, artigos 12 e 14 da Comissão de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, considerando-se que o Programa já contava com corpo docente permanente e linhas de pesquisa definidas; número expressivo de publicações; 40 dissertações defendidas de boa qualidade; e egressos com inserção positiva na comunidade acadêmica e em órgãos públicos e privados. O projeto do curso de doutorado foi desenvolvido e aprovado nas instâncias necessárias: Comissão de Pós-Graduação (maio de 1997) e Conselho de Pós-Graduação da Universidade (março de 1998). O primeiro processo seletivo ocorreu em outubro de 1998 e o curso de Doutorado foi recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 22 de setembro de 2000.

Nos primeiros vinte anos de existência, entre 1988 e os primeiros meses de 2009, o PROLAM/USP reportou-se diretamente à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. A partir de então, a mudança no Regimento da Pós-Graduação da Universidade implicou ingresso do Programa à estrutura organizacional da EACH/USP, embora o PROLAM/USP mantenha subordinação à Pró-Reitora de Pós-Graduação na área administrativa e financeira, e ainda resguarde sua autonomia acadêmica e científica por meio das atribuições regimentais da Comissão de Pós-Graduação.

Diretriz Pedagógica e Metodológica

A concepção e efetivação da diretriz pedagógica e metodológica, bem como a gestão do Programa, cabem à Comissão de Pós-Graduação composta por 6 (seis) professores, além de um representante discente, eleitos por seus pares, mantendo a representatividade das distintas áreas de conhecimento e das diferentes Unidades da Universidade que o integram. As atividades de pesquisa, docência e extensão, desde a origem do curso de doutorado, são desenvolvidas sobre o tema Processos de Integração da América Latina por meio de abordagens teóricas plurais e multidimensionais, sob a guarda de metodologia interdisciplinar e comparativa. As investigações realizadas pelos docentes e discentes do Programa convergem para três linhas de pesquisa da área de Humanidades e das Ciências Sociais Aplicadas – Sociedade, Economia e Estado; Relações Internacionais e Práticas Políticas; e Comunicação, Literatura e Cultura. Cada linha de pesquisa, por sua vez, desenvolve-se por meio de 2 (dois) ou 3 (projetos) projetos focados em objetos/temas sobre o tema do Programa. Os projetos de pesquisa congregam todos os docentes e discentes do Programa. Esses projetos se renovam, quando necessário, devido a novas demandas e práticas dos docentes e discentes. A seguir, são detalhadas as linhas de pesquisas do Programa.

I – Sociedade, Economia e Estado

Essa linha abrange o estudo da formação social da América Latina, tendo por referencial teórico o desenvolvimento do capitalismo e a análise de sua transformação. O principal foco das pesquisas são estudos comparados e interdisciplinares sobre o processo de mundialização e da integração dos distintos países da região à economia internacional, além dos conflitos de interesses e as questões sociais que são originadas por esses processos. De forma complementar e intrinsecamente associada, a linha inclui o estudo da reestruturação do Estado na região latino-americana e a análise da avaliação dos novos formatos das políticas públicas, nacionais e internacionais, praticadas diante das mudanças econômicas, políticas e sociais.

Projetos de Pesquisa Vinculados:

Mundialização, regulação e políticas públicas. Estudo do processo de mundialização e análise comparada da regulação das políticas econômicas, sociais e culturais tendo em vista os padrões de desenvolvimento dos países

latino-americanos, na perspectiva da integração regional e de sua inserção no cenário do comércio e das relações internacionais.

Desigualdade e políticas públicas. Estudo comparado dos processos de formação das desigualdades políticas, sociais e econômicas dos países latino americanos, e o estudo das alternativas políticas e das políticas públicas para sua superação.

II – Relações Internacionais e Práticas Políticas

Essa linha compreende a análise comparada das ideologias, relações políticas, política externa e práticas comerciais dos países latino-americanos, em suas relações bilaterais e multilaterais, com ênfase nos processos – políticos, econômicos e culturais de integração

Projetos de Pesquisa Vinculados:

Ideologias e práticas políticas. Estudo comparado das ideologias e práticas políticas que caracterizam a história dos países latino-americanos, e norteiam sua evolução social, política e cultural e suas relações intrarregionais e com outros países;

Relações internacionais, políticas e comerciais. Estudo comparado dos processos políticos, econômicos e culturais da integração dos países latino-americanos e dos problemas ligados a aspectos políticos institucionais como, tratados, acordos e pactos regionais (ALALC, ALADI, MERCOSUL, UNASUL, Pacto Andino, Bacia do Prata, Pacto Amazônico, Aquífero Guaraní, dentre outros) e multilaterais (Sistema ONU; União Europeia, etc.).

Estratégias de inserção da América Latina na economia mundial. Estudo das estratégias alternativas que podem ser adotadas pelos governos latino-americanos a fim de alcançar uma inserção de melhor qualidade no cenário internacional frente à configuração das forças políticas e econômicas do século XXI.

III – Comunicação, Literatura e Cultura

Essa linha trata do estudo das teorias, processos e políticas de comunicação e difusão cultural na região latino-americana, com destaque à sua contribuição para a formação política, econômica e social da América Latina e

para a integração dos países do continente. Discute-se por meio de metodologia comparativa e interdisciplinar a produção das artes plásticas, música, cultura popular e de massa e da literatura na formação da consciência política e na identidade cultural.

Projetos de Pesquisa Vinculados:

Influência da comunicação social no cenário político econômico regional. Análise comparada dos processos de comunicação da região latino-americana e das alternativas políticas exercidas, e sua influência sobre o comportamento e as escolhas políticas dos atores sociais.

Produção artística e crítica literária. Estudo comparado da produção artística e do pensamento crítico latino-americano, com o objetivo de discutir as contribuições da arte e da literatura para a formação da consciência política e da identidade cultural.

Literatura e formação do pensamento econômico, político e cultural latino americano. Esse projeto utiliza como método a literatura e a crítica literária comparada produzida principalmente na região.

Nas três linhas de pesquisa, destaca-se a importância epistemológica da interdisciplinaridade do Programa. Entendemos que o conhecimento parcelado por disciplina limita a compreensão de análise e das potencialidades dos resultados das pesquisas sobre temas e objeto de estudos de países e/ou da região latino-americana. Como exemplo, podemos destacar no atual contexto das relações internacionais e, talvez, mais do que em qualquer momento da história, a busca de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para a região, que considere questões pautadas pela cultura, eficiência do sistema produtivo, fatores políticos, normas e acordos dentro dos princípios ditados pelo direito internacional, sustentabilidade ambiental e ao cumprimento dos direitos humanos.

Nesse sentido, o PROLAM/USP tem por objetivo o desenvolvimento de investigações utilizando-se de diálogos multidisciplinares na perspectiva de gerar resultado(s) final (ais) interdisciplinar(es) tal que o resultado final seja superior à soma das contribuições singulares das áreas envolvidas. Esse tem sido um desafio que vem sendo alcançado pelo trabalho – conjunto e individual - l - realizado pelos docentes e discentes do Programa e concretizado em publicações sob o formato de artigos publicados em periódicos especializados e revistas, livros e capítulos, e dissertações e teses defendidas.

Processo de Seleção

O processo de seleção PROLAM/USP baseia-se em várias etapas que são divulgadas com antecedência por Edital publicado em Diário Oficial do Estado. São elas: (a) Exame de proficiência. Para o mestrado exigido uma língua estrangeira e para o doutorado duas línguas estrangeiras. Os exames podem ser realizados no Centro de Línguas da USP ou a partir da apresentação de certificados reconhecidos internacionalmente e divulgados no Edital. Os alunos estrangeiros deverão apresentar proficiência em português. Este exame é realizado no início do processo de seleção, a reprovação do candidato impede a realização das demais provas; (b) Avaliação do Projeto de Pesquisa. O candidato deverá submeter um projeto de pesquisa de acordo com as normas divulgadas pelo Programa. Atenção especial é dada ao método, tendo em vista o caráter interdisciplinar da pesquisa a ser realizada; (c) Prova. A partir de bibliografia previamente divulgada no Edital de convocação para o concurso, é realizada prova para avaliar o conhecimento sobre vários temas relacionados com a América Latina, de acordo com as linhas de pesquisas descritas anteriormente; (d) Entrevista. Uma vez que o aluno seja aprovado em todas as etapas anteriores, a CPG do PROLAM encaminha o candidato a entrevista com o possível orientador. Essa etapa tem como objetivo verificar a afinidade de tema/objeto de pesquisa entre orientador e orientando e avaliar a maturidade do candidato para a realização de pesquisas científicas ao próprio projeto de pesquisa.

Para conduzir o Processo, a CPG escolhe, a cada processo seletivo, uma comissão de avaliação com nomes de competência indiscutível. Todo o processo é conduzido com o anonimato dos candidatos nas provas realizadas, até a etapa final de classificação e encaminhamento para entrevista.

Estrutura do Curso

O Programa oferece, regularmente, 09 disciplinas a cada ano com sua própria sigla (IAL), 12 disciplinas com siglas de outras unidades, oferecidas por professores do PROLAM/USP. As disciplinas do PROLAM/USP são cursadas pelos próprios alunos e são abertas a alunos de outros programas de Pós-Graduação da USP ou mesmo de outras Universidades. Em resumo, a estrutura do curso é composta por 18 disciplinas, sendo que 04 fazem a base metodológica e niveladora do conhecimento em integração da América Latina dos discentes e são apresentadas sob diferentes dimensões

e abordagens teóricas (disciplinas horizontais). Estas disciplinas, em geral, mas não apenas, atendem aos alunos recém ingressantes do PROLAM/USP. As outras 14 disciplinas restantes (disciplinas verticais) têm o papel de aprofundar o conhecimento teórico e prático do conteúdo das linhas de pesquisa do Programa e de oferecer conhecimento teórico prático direcionado aos processos de investigação das dissertações, teses.

A maioria dos professores do Programa oferece uma disciplina a cada ano. O discente, de acordo com o tema e as necessidades de seu projeto de pesquisa, e sempre com a concordância de seu professor orientador, pode cursar disciplinas de quaisquer Programas de Pós-Graduação da Universidade, e mediante a aprovação da CPG do Programa, pode cursar até 1/3 dos créditos em disciplinas em Programas de Pós-Graduação de outras Universidades no Brasil e no exterior.

Requisitos para credenciamento dos professores orientadores

A exigência para que um docente seja membro do PROLAM/USP é que ele desenvolva investigação relacionada com uma ou mais linhas e projetos de pesquisa do Programa, publique os resultados das investigações sob a forma de artigos e livros de caráter científico acadêmico, ministre uma disciplina por ano e oriente alunos. O docente do Prolam pode compor no máximo o corpo docente de mais um Programa de pós-graduação na Universidade de São Paulo.

Corpo docente

Em 2011, participavam do Programa 24 professores orientadores de distintas Unidades das Ciências Sociais e Humanas da Universidade de São Paulo, dos quais 18 permanentes e 6 colaboradores. Há um balanceamento entre doutores seniores (10 docentes titulados há mais de 15 anos) com docentes em estágio intermediários da carreira (aqueles que se doutoraram há mais de 15 anos). Do corpo permanente 20 docentes possuem o título de Livre-Docente e 7 realizaram Pós-Doutorado em Universidades do exterior. O Programa também recebe um conjunto regular de professores visitantes de outras universidades.

Existem também os professores visitantes regulares do exterior. São eles o Prof. Dr. Carlos Antonio Romero Mendez, da Universidad Central de Venezuela, o Prof. Dr. Wilson Fernández, da Universidad de la República

de Uruguay; a Prof. Dra. Irma Portos Péres, da UNAM – México; o Dr. Gustavo Arce, da Universidad de La Republica de Uruguay; e o Prof. Dr. Jacques Leenhardt é filósofo, doutor em Sociologia e diretor de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris/França.

A relação dos professores visitantes – colaboradores regulares e eventuais - com este Programa é uma de suas marcas de distinção. Os professores visitantes são selecionados de forma equilibrada entre as áreas de conhecimento e as linhas e projetos de pesquisa do Programa. Integram às atividades de docência, pesquisa e extensão por meio de módulos em disciplina semestral oferecida regularmente – Ciências para Análise da Integração da América Latina. Olhares Internacionais, de caráter obrigatório - e por oficinas de trabalho e seminários estendidos à comunidade USP e extramuros. Um núcleo de quatro professores estrangeiros participa anualmente do Programa, enquanto os demais podem mudar a cada ano.

Publicações de docentes e discentes

Em 2011, o total de publicações de docentes permanentes e discentes foi de 57 artigos em periódicos especializados, nacionais e internacionais classificadas no Qualis Capes, 30 livros, em textos integrais e organização de livros, e 52 capítulos de livros nacionais e internacionais. O formato de livro é um espaço privilegiado da produção acadêmico científica dos membros do Programa, assim como ocorre em outras áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Entre as publicações técnicas, ganham destaque a emissão de pareceres técnicos produzidos pelos docentes do Programa, a produção de 5 livros didáticos para o ensino em cursos superiores e de pós-graduação que contêm documentos derivados de resultados de pesquisas desenvolvidas no Programa, e documentos técnicos produzidos para agências multilaterais e órgãos governamentais. Outro aspecto a salientar é a publicação de egressos do Programa em veículos científicos com base em investigações realizadas ou iniciadas no Programa.

Fluxo de alunos, titulações e visibilidade internacional

O fluxo anual médio de alunos que ingressam nos programas têm sido, em média de 17 alunos de mestrado e 9 alunos de doutorado. No ano de 2011, entraram 18 mestrandos e 9 doutorandos. Ao final de 2011, o Programa titulóu 16 Mestres e 7 Doutores; ao longo do último triênio (2010 – até

abril de 2012), foram 34 mestres e 19 doutores. Ao longo da sua existência, o Programa formou 252 mestres (desde 1989) e 76 doutores (desde 1998). A co-orientação formal e informal dos discentes por docentes de distintas áreas de conhecimento é estimulada, entre os professores do programa e com os professores do exterior e/ou de outras unidades. Desde a sua existência, o Programa acolheu 74 alunos estrangeiros de diversos países do continente americano. Em 2011, estavam matriculados no Programa 5 alunos estrangeiros (dois do Chile, e um do México, Peru e Uruguai). Uma das metas prioritárias do PROLAM/USP é o de aumentar essa participação que acompanha a ampliação da internacionalização do Programa e da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

O tempo médio de defesa em 2011 manteve a média do triênio de 28 meses e 46 meses, para mestrado e doutorado, respectivamente. Um doutorando alcançará dupla titulação com Universidade de Paris X (Nanterre/França) em 2012.

Existe ainda a tradição dos alunos e realizar viagens para outros países latino-americanos durante o curso. No ano passado, um total de 19 alunos viajou para o exterior para exercer diversas atividades relacionadas com suas pesquisas no Programa.

Deve-se destacar a visibilidade de determinadas teses do Programa no âmbito internacional:

Em 2007, os alunos do PROLAM/USP Pedro Raffy Vartanian, Fernando Montoro e Rosana Curzel ganharam, na Universidade Autónoma de Madrid, o segundo lugar no concurso Premio de Economía Mundial “José Luiz Sanpedro” oferecido pela Asociación de Economía Mundial pelo artigo “Una investigación de la evolución del comercio intraindustria en la realización Brasil MERCOSUR durante el periodo 1996-2005: qué revelan los datos?”.

Em 2010, o aluno de doutorado Luis Rodolfo Cruz e Creuz ganhou prêmio no “Concurso de Ensaios sobre Integração Regional ALADI 2010, com sua dissertação de mestrado intitulada A Geografia da Defesa da Concorrência no Mercosul: A Importância da Definição do Mercado Relevante na Análise Antitruste em um Bloco Econômico Regional.

Também em 2010, Doutorado pelo PROLAM Cláudia Forte foi escolhida para representar o Foro Permanente de Reflexão sobre a América Latina e abrir a coleção de livros intitulada O impacto do Microcrédito para a Mulher Latino-americana, publicada pelo Memorial da América Latina.

Ainda em 2010, nossa aluna de doutorado Bruna Muriel Huertas Fuscaldó ganhou Bolsa Funarte de Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais Ministério da Cultura - Fundação Nacional de Artes, Portaria no. 249, de 2 de agosto de 2010 (Diário Oficial da União, no. 148, quarta-feira, 4 de agosto de 2010, seção 1 -

Em 2012, a aluna de doutoranda Alexandra Mello Simões Paiva, do PROLAM/USP foi a ganhadora do Segundo Prêmio de Incentivo a Jovens Críticos de Arte, da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), com o texto a Arte como nação. A Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) foi fundada em 1948 com apoio da UNESCO. Seu objetivo é apoiar a crítica de arte em todas suas formas e acompanhar as constantes transformações da disciplina em todo o mundo. Com sede em Paris, a instituição representa 4.500 membros, agrupados em 63 seções diferentes. Mais informações:

As dissertações e teses

As dissertações e teses do PROLAM/USP devem consistir de um estudo comparativo entre pelo menos dois países da América Latina ou de um estudo sobre um objeto de pesquisa comum aos países da região. Tal obrigatoriedade introduz dificuldades metodológicas, relativas ao aumento de tempo na coleta de material de pesquisa e dos custos de pesquisa em geral. Por meio de: (i) oficinas metodológicas; (ii) estoque acumulado de conhecimento no Programa; (iii) maior experiência do corpo docente; (iv) redes de pesquisas virtuais; e (v) pesquisas realizadas diretamente no exterior, essas dificuldades vêm sendo superadas.

Divulgação da produção científica: as dissertações e teses estão disponíveis em acervo impresso (na Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas da USP e no Memorial da América Latina) e digital (Biblioteca Digital - www.theses.usp.br). O Programa mantém uma parceria com a editora Annablume para a publicação de dissertações e teses defendidas. A seleção se dá por meio de dupla arbitragem entre o conselho editorial da Editora e o conselho editorial indicado pelo Programa. O Conselho Editorial da AnnaBlume é composto por 9 professores: Cecília Almeida Salles (PUC-SP); Celia Maria Marinho de Azevedo (Unicamp); Eduardo Peñuela Cañizal (USP); Gustavo Bernardo Krause (UERJ); Maria de Lourdes Sekeff (Unesp); Maria Odila Leite da Silva Dias (USP); Norval Baitello Junior (PUC-SP); Pedro Jacobi (USP); Lucrécia D'Aléssio Ferrara (USP). Já o

Conselho Editorial da USP é composto por 5 professores: Afrânio Mendes Catani (FE/USP); Umberto Celli Júnior (FD/USP); Santos Miguel Ruesga Benito (UAM/Espanha), Carlos Antônio Romero Méndez (UCV/Venezuela) e Gustavo Arce (Udelar/Uruguai).

Ciências para Análise da Integração da América Latina. Olhares Internacionais

A disciplina obrigatória Ciências para Análise da Integração da América Latina. Olhares Internacionais possui caráter interdisciplinar e é composta por módulos oferecidos em períodos concentrados (o que favorece a vinda de pesquisadores estrangeiros), abrangendo as três linhas de pesquisa do Programa. A concepção e estrutura da disciplina visam trazer conhecimentos que aprofundem a formação dos alunos sobre os processos socioeconômicos, políticos, culturais e de integração latino-americana. O conteúdo da disciplina compõe-se a depender do professor de conhecimentos básicos, e de interpretações e resultados de pesquisas sedimentadas sobre região e suas relações com o resto do mundo. Outro benefício é o de permitir a interação do corpo discente com professores pesquisadores de renome internacional, ora ampliando ora aprofundando o conhecimento sobre os países da região e suas dinâmicas nos aspectos dos processos de integração. Trata-se de uma disciplina, coordenada por 3 docentes do Prolam e ministrada por professores seniores provenientes de Universidades latino-americanas ou de outros países da região. Entre os módulos oferecidos os docentes coordenadores realizam a mediação entre os conteúdos e orientam o desenvolvimento de trabalhos. A disciplina insere-se no processo de internacionalização do Programa em consonância com os objetivos da Universidade de São Paulo.

Atividades de Extensão

PROLAM/USP oferece à comunidade a oportunidade de participar de eventos internacionais e nacionais que ocorrem regularmente, como o lançamento de livros, jornadas culturais, palestras e seminários. A matrícula da disciplina Ciências para Análise da Integração da América Latina. Olhares Internacionais, também é aberta ao público externo (em número limitado) e oferece a possibilidade de recebimento de certificados de participação em cada módulo oferecido, além de permitir o envolvimento da comunidade, caracterizando-se como uma atividade de extensão e de nucleação .

Esses eventos e cursos ampliam a atuação do PROLAM/USP no tocante ao estímulo à internacionalização e à interdisciplinaridade não somente dos seus alunos mas também de toda a comunidade interessada em questões relacionadas com a América Latina

Egressos

Os egressos do PROLAM/USP vêm ocupando cargos de relevo em instituições pública e privadas no Brasil e no exterior. Entre esses se destacam:

Cargos Públicos

Milton Linhares: título de Doutor obtido em 2010. Atualmente ocupa cargo de Conselheiro no Conselho da Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação - CNE/MEC.

Dirceu Yoshikazu Teruy: título de Doutor obtido em 2004. Atualmente é pesquisador do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

Ênio José Verri: título de doutor obtido em 2003. Atualmente é Deputado Estadual e Presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná.

Atividades de Docência em Universidades Públicas e Privadas

Mariângela Furlan Haswan: título de doutor obtido em 2010. Atualmente ocupa cargo de Professor Doutor na Escola de Artes e Comunicação da Universidade de São Paulo – EACH/USP.

Rogério Alexandre Oliveira Castro: título de doutor obtido em 2008. Atualmente ocupa o cargo de Professor Doutor na da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – campus de Ribeirão Preto – FDRP/USP.

Anapaula Iacovino Davila: título de doutor obtido em 2010. Atualmente ocupa cargo de Professora Adjunta da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP.

Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi: título de Mestre obtido em 1994. Atualmente é Professora Doutora da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP.

Renato Braz Oliveira de Seixas: título de doutor obtido em 2006. Atualmente ocupa o cargo de Professor Doutor na Escola de Artes, Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP.

Wagner Menezes. Título de Doutor obtido em 2007. Atualmente ocupa cargo de professor na faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FD/USP.

Jose Alexandre Magrini Pigatto: título de doutor obtido em 2010. Atualmente ocupa cargo de Professor Doutor na Universidade Federal de Santa Maria/RS – UFSM/RS.

Denise Tavares da Silva: título de doutor obtido em 2009. Atualmente ocupa cargo de Professor Doutor na Universidade Federal Fluminense, UFF/RJ.

Rodrigo Medina Zagni: título de doutor obtido em 2011. Atualmente é Docente nos cursos de Ciências Sociais e Direito da Universidade Cruzeiro do Sul.

Maria de Fátima José Silva: título de doutora obtido em 2006. Atualmente é Docente Departamento de Psiquiatria – Psicologia Médica na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

Atividades de Pesquisa

Friederick Brum Vieira Glüger: título de doutor obtido em 2009. Consultor na área de Geopolítica, com ênfase nas fronteiras sul-americanas. Foi admitido para um estágio pós-doutoral a ser realizado em 2012 pelo Royal Holloway University of London, do Reino Unido, e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, da França, com bolsa da Capes.

PERSPECTIVAS

O PROLAM/USP tem canalizado esforços para melhorar seu desempenho em vários pontos, dentre os quais destacamos:

Maior visibilidade e internacionalização do programa. Essa estratégia tem sido iniciada com conjuntos de incentivos para: internacionalização de disciplinas; intercâmbios, parcerias e convênios; maior exigência de publicações internacionais aís; e dupla titulação.

Além das linhas e projetos já consolidados, o Programa está realizando esforços para fortalecer pesquisas sobre temas nas áreas de Filologia, Formação do pensamento econômico e político latino-americano e Relações Internacionais Contemporâneas.

Consolidação da coleção de livros do PROLAM. Foi publicado o primeiro livro intitulado Paraguai: transição democrática e Política Externa escrito por nosso ex-aluno José Aparecido Rolon. Encontram-se no prelo os segundo e terceiro volumes, que deverão estar disponíveis ainda no primeiro semestre de 2012.

Melhora da nota da revista Cadernos PROLAM/USP – Brazilian Journal of Latin American Studies no Qualis Capes e a submissão ao Scielo.

Mudança de local que agrega um espaço físico significativamente maior do que aquele que hoje contamos

A incorporação de novos professores com reconhecida produção científica em temas sobre a América Latina

Comissão de Pós-graduação do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina

São Paulo, novembro de 2014

MESA DE ABERTURA:

PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA: A CRIAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROLAM/USP

PROFA. DRA. LISBETH RUTH REBOLLO GONÇALVES
(COORDENADORA DO PROLAM/USP)

Senhoras e Senhores,

Hoje é um dia de celebração acadêmica para o PROLAM, não só porque se inicia mais um Seminário Internacional sobre a América Latina, mas principalmente porque, com este evento, se comemoram os 25 Anos de nosso Programa de Pós-Graduação.

Celebrando o PROLAM, celebramos a pesquisa e o estudo científico sobre América Latina e também homenageamos e agradecemos a todos os professores que participaram da sua instituição e a todos os que presentemente atuam no trabalho cotidiano de formar mestres e doutores.

Neste momento de comemoração, é preciso lembrar um pouco da história do PROLAM.

O PROLAM surgiu em 1988, no Governo de Franco Montoro, na gestão do Prof. José Goldemberg na Reitoria da USP.

Uma portaria do Reitor, de 17 de agosto de 1987 deu início ao processo de verificar as possibilidades de a USP desenvolver um programa de estudos integrativos sobre a América Latina. Nesta data, foi instalado um Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Prof. Ruy de Aguiar da Silva Leme, com a incumbência proceder a esta avaliação. O trabalho se estendeu por todo o semestre e concluiu positivamente sobre as condições acadêmicas, humanas e materiais para oferecer um programa com disciplinas da área de Humanidades, voltadas para a integração da América Latina, com alunos brasileiros e dos demais países latino-americanos, através da colaboração interdepartamental e Interunidades.

Em fevereiro de 1988, criou-se uma Comissão de Pós-Graduação, mais ampla que o Grupo de Trabalho, com representantes dos nove departamentos já envolvidos no projeto: de Direito Internacional (FD), de Economia (FEA), de Comunicações e Artes (ECA), de Letras Modernas, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Geografia e História (todos da FFLCH). (Mais tarde, outros Departamentos e Unidades integrarão o PROLAM).

Tem início, então, a etapa de preparo do Regulamento do Programa, das propostas de disciplinas e análise dos currículos dos professores interessados em participar deste novo projeto da USP. O Programa tem início no segundo semestre de 1988, com uma disciplina ministrada por professor visitante – o Prof. Agustín Martínez, da Univ. Central da Venezuela. Os professores da USP atuarão, efetivamente, a partir de 1989.

A primeira Coordenadora do PROLAM é a Profa. Irlemar Chiampi, do Depto de Letras Modernas, da FFLCH. O segundo Coordenador é o Prof. Sedi Hirano, do Depto de Sociologia da FFLCH.

A terceira Coordenadora é a Profa. Maria Cristina Cacciamali, da FEA, e a seguir, temos a presença do Prof. Umberto Celli, da Faculdade de Direito, cabendo depois a mim, professora da ECA, a condução do Programa.

Na época em que o PROLAM surgiu, na cena internacional, discutia-se a formação de blocos econômicos. A União Europeia estava em fase ativa de organização.

Neste contexto, no documento que criou o Programa justificava-se que ele respondia a “um anseio de união das nações latino-americanas, respondendo à necessidade de encetar no plano econômico uma ação conjunta supranacional, diante da crescente instabilidade da economia internacional e dos impasses do desenvolvimento da dívida externa”. Mencionava-se também, entre outros fatores, um desejo de “superar uma incomunicação quase bissecular”, de buscar um anelo coletivo, que tem persistido através das mudanças históricas e das diferenciações linguísticas, geográficas e étnicas. Pautava este projeto, também, a intenção de reafirmar a memória da origem dos povos latino-americanos, para construção da consciência de um destino comum, de uma busca de unidade na diversidade”.

A Universidade trazia, com o projeto do PROLAM, uma possibilidade crítica relevante para o quadro histórico da realidade da época. E é o que se continua pretendendo, no nosso Programa, aos 25 anos de sua existência.

Mas há mais: depois de uma produção de 384 dissertações e teses, por mestres e doutores, o PROLAM tem novos projetos.

Há sempre o que conquistar. Estamos trabalhando para ampliar nosso quadro de intercâmbios com instituições que se voltam aos estudos latino-americanos em diferentes partes do mundo. Trabalhamos, agora, para a concretização do sonho de nos tornarmos um Instituto na Universidade de São Paulo.

Neste momento de abertura, quero agradecer a todos os presentes, que compõem esta mesa e nosso auditório e ao público que seguirá nosso seminário. Um agradecimento especial à Profa. Vivian Urquidi e à toda a equipe que trabalhou no preparo deste acontecimento.

Muito obrigada!

SUCESSOS E DESAFIOS DO PROLAM

PROFA. DRA. MARIA CRISTINA CACCIAMALI
(COORDENADORA DO PROLAM/USP ENTRE OS ANOS 1995-2013)

“Não há distância que, com vontade, a gente não alcance”.

Eu vou procurar sintetizar a curiosidade dos que não conhecem o Programa através de quatro perguntas:

A primeira pergunta é o porquê do Programa. O Programa foi criado, e eu diria, profeticamente, pelo professor Goldemberg e pelo governador Franco Montoro num período em que o mundo passava por uma grande transformação. Estava iniciando-se o avançado processo que depois se aprofundou de mundialização, de globalização - a depender do conceito que cada um quiser utilizar. Esse tipo de movimentação fez com que, depois de 25 anos, nós estejamos praticamente no mundo completamente diferenciado do anterior. Hoje, a divisão social do trabalho é completamente distinta. Nós temos outros parceiros, e nós temos outras formas de inter-relacionamentos internacionais. Dessa maneira, o Programa foi criado naquele período, por se entender que América Latina, sobretudo a América do Sul, não poderia ficar sem nenhum tipo de resposta a essas mudanças que estavam em andamento, e o PROLAM, do ponto de vista de uma resposta acadêmica e, sobretudo, da formação de quadros para poder formar, ao longo do tempo, uma irmandade com conhecimentos sobre a questão latino-americana e poder fazer com que o Brasil pudesse, no momento adequado, exercer influência significativa sobre a região.

A segunda pergunta é: “Como foi formulado este Programa?” O Programa se chama Pós-graduação Interunidades e Integração da América Latina. Exatamente porque o foco era sobre diferentes e articuladas dimensões

da integração numa abordagem interdisciplinar e não multidisciplinar - o Programa já nasceu interdisciplinar- e com a preocupação de criar diálogos entre interdisciplinaridades. Quem conhece o PROLAM sabe que ele é constituído por um conjunto de áreas, que já têm um conteúdo interdisciplinar, mas na realidade o diálogo é entre essa interdisciplinaridade para poder responder aos movimentos de competição e de cooperação que o mundo exige, no sentido de dar respostas concretas, acadêmicas-científicas aos novos tempos.

A terceira questão é sobre o sucesso do Programa. Sim, o Programa teve sucesso altíssimo, pelo tamanho, pelos recursos que foram empregados no Programa. A resposta do Programa foi extremamente alta. O Programa possui ao redor de quatrocentas teses e dissertações, egressos em praticamente todos os níveis de governo, em muitos dos estados das Unidades da Federação Brasileira, em escolas públicas e privadas, em escritórios particulares, na imprensa e em outros espaços institucionais públicos de interesse e de formação de opinião. Ou seja, os nossos egressos falam pelo sucesso do Programa.

Mas não é apenas isso, o Programa hoje dispõe de uma coleção de livros, junto à uma editora nacional, dispõe de vários livros publicados em parceria com outras editoras, possui uma revista que já está no 24º número, realizou vários convênios internacionais, participa ativamente da CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais-, participa da Society for the Advancement of Socio Economics (SASE), da Latin American Association (LASA), de vários grupos Americanistas na Europa, Estados Unidos e Ásia assim como compõe inúmeros espaços importantes no que se refere à América Latina e com uma particularidade, trata sobre o tema da integração.

E a última pergunta é: “Deve continuar dessa maneira?” Bem, da mesma forma que 25 anos foram superados, e hoje estamos em uma realidade completamente distinta de 25 anos atrás, temos que nos imbuir do espírito profético dos nossos fundadores e olhar para o futuro verificando o que deve ser feito para aprimorar e para fazer com que o Programa tenha, de fato, cada vez mais um sucesso maior. Acredito que nós temos que olhar para duas frentes: a primeira é a questão da própria institucionalidade na Universidade de São Paulo. Um Instituto de Estudos da Integração Latino-americana é uma iniciativa importante para criar esse espaço, assim como a prática de contratos bi-unidades para professores. Atualmente os profes-

sores pertencem a uma determinada unidade e prestam seus serviços sem ser totalmente institucionalizados no Programa. Esse arranjo institucional que funcionou até agora está demonstrando desgaste.

A segunda frente é ampliar a internacionalização, e este é um Programa bastante diferenciado, bastante particular, com relação aos Programas disciplinares, por exemplo. Para um físico chegar à internacionalização significa chegar no centro mais importante de sua área, é internacional e apreender o conhecimento, fazer parceria trazer esse conhecimento, traduzi-lo, metaboliza-lo, revisita-lo, reinterpreta-lo, e daí para frente produzir neste mesmo nível.

No caso das ciências humanas, no caso das ciências sociais, e no caso particular das interdisciplinaridades de Programas como o próprio PROLAM, a internacionalização se dá de forma distinta, porque o nosso interesse é olhar, interpretar a realidade latino-americana, tendo em vista os vários objetos de estudos, a partir do nosso ponto de vista, a partir da nossa realidade. Não de uma realidade obtusa, como se só nós soubéssemos interpretar, o conhecimento gerado pelo resto do mundo. Temos que verificar qual é o mais alto nível da produção daquele objeto de estudo, retornar à nossa análise e a de nossos parceiros latino-americanos e fazer uma reinterpretação alinhada com as nossas especificidades, necessidades e interesses. Ou seja, a internacionalização é um trabalho muito mais árduo na nossa área, da interdisciplinaridade de um Programa como o PROLAM, do que em outros, porque exige um ir e vir contínuo no sentido de poder trazer sempre à tona questões importantes para a análise, formar uma intelectualidade pensante sobre a região como um todo e que possa, de fato, estar a serviço da região e de nosso país no momento que for necessário e adequado.

A IDEIA DE UM PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

PROF. DR. SEDI HIRANO
(COORDENADOR DO PROLAM/USP ENTRE OS ANOS 1993-1995)

Nesta abertura comemorativa dos 25 anos do PROLAM, gostaria de resgatar alguns pequenos fatos acadêmicos que resultaram na criação do Programa. Na época em que a ideia de integração da América Latina tomou vulto, Franco Montoro era o governador do Estado de São Paulo e José Goldenberg, o reitor da Universidade de São Paulo.

Essas duas figuras, pertencentes ao meio acadêmico, desempenharam um papel fundamental na programação de um projeto acadêmico de estudos comparados, de caráter interdisciplinar, sobre a América Latina, como parte de uma linha de pesquisa que adquiria centralidade naquele momento, com o propósito de realçar a idéia de integração econômica, política, social e literário-artística da região.

Assim, durante uma reunião entre o governador Montoro e o reitor Goldenberg sobre a Universidade de São Paulo, nasceu a sugestão da criação de um programa de estudos sobre a América Latina. O governador Montoro, que mantinha, na época, o Instituto de Estudos Latino-Americanos, localizado na Avenida Europa argumentava que uma universidade do porte da USP, com áreas de conhecimento de excepcional qualidade em nível nacional e internacional, deveria ter um programa de estudos acadêmicos dedicado à América Latina.

Ao ouvir esta sugestão do Governador, o reitor José Goldenberg imediatamente montou uma comissão de estudos, a fim de viabilizar academicamente a concretização de um Programa de Pós-Graduação sobre o tema da América Latina.

A palavra “integração” tornou-se central nesse contexto, porque o Montoro, além de governador com status de estadista, era também um acadêmico.

Ele defendia a ideia de que a América Latina tinha necessariamente que se integrar por meio de hidrovias passando por vários rios que cortam o continente sul-americano. O sonho de integrar a região, por sinal, encontra-se fase de realização nos últimos 5 ou 10 anos do presente século.

É provável que o professor Montoro não tivesse lido Max Weber, que dizia, num de seus ensaios exemplares, que o possível histórico é, na verdade, uma síntese de uma multiplicidade de sonhos e utopias impossíveis, sem os quais não se projeta a história, nem se constrói caminhos para o futuro como uma possibilidade objetiva. Franco Montoro acalentava o sonho impossível que resultou no PROLAM como uma realidade objetiva e consolidada: e tal sonho impossível só se tornaria possível porque existia, naquele momento, um grupo de professores sonhadores na Universidade de São Paulo.

Hoje o programa de estudos comparados de integração da América Latina é um curso de pós-graduação nacional e internacionalmente reconhecido.

O Professor Goldenberg, cientista e acadêmico renomado, era também um grande empreendedor, conhecido no nosso meio como uma espécie de rei Midas: onde colocava a sua mão, vinha dinheiro, por meio das agências de fomento internacionais. Assim, ele conseguiu, do BID, uma verba de um milhão de dólares para a USP, para a promoção da qualificação especializada dos professores nas melhores universidades do exterior. Tendo conhecimento dessa verba, a professora Irlemar Chiampi, a primeira coordenadora eleita pela Comissão Inter-Unidade do PROLAM, elaborou um projeto e um programa de intercâmbio internacional, de modo que tais aportes serviram para que vários professores e pesquisadores fizessem estágios em universidades da América Latina ou em outras universidades que tinham programas voltados para ela.

O PROLAM sintetiza uma multiplicidade de experimentos e práticas acadêmicas bem sucedidas, existentes nas universidades de diversas partes do mundo. Entre inúmeras organizações acadêmicas de pesquisa, estabelecemos contatos com a FLACSO e com a CLACSO. Tivemos uma robusta articulação acadêmica com o Professor Leopoldo Zea, da Universidade Autónoma do México, fundador da revista “Cuadernos Americanos - Nueva Época” e um dos principais mentores da SOLAR. Tanto a Revista quanto a SOLAR acolheu e prestigiou docentes e pesquisadores do PROLAM. O professor Leopoldo Zea era considerado um dos maiores estudiosos da filosofia positivista da América Latina. Ele foi um grande promotor do PRO-

LAM. Foi por intermédio de Leopoldo Zea que o PROLAM empreendeu o maior seminário já realizado sobre questões e problemas econômicos, políticos, sociais, artísticos e literários a respeito da América Latina. Vieram para a Universidade de São Paulo mais de 400 pesquisadores que, aqui, realizaram conferências, palestras, mesas redondas, comunicações de pesquisa. Dentre esses 400 pesquisadores e estudiosos, 150 produziram ensaios e artigos baseados em pesquisas originais que resultaram em dois alentados livros sobre a América Latina. O seminário internacional foi coordenado por Afrânio Mendes Cattani, que se tornou, em seguida, diretor da SOLAR.

Além dessas articulações com instituições acadêmicas, vieram ministrar cursos e palestras, entre vários outros intelectuais, Edelberto Torres-Rivas (Secretário Geral da FLACSO), Aníbal Quijano (da Universidad de São Marcos), Manoel Moreno Fraginals (renomado pesquisador cubano da escravidão e da cultura da cana no Caribe), Angel Quinteiro Rivas (da Universidad de Porto Rico, especialista em Sociologia da Cultura Latino-Americana).

Deve-se ressaltar que as professoras Irlemar Chiampi, Maria Cristina Caciomalli e Lisbeth Rebolo Gonçalves estabeleceram importantes contatos acadêmicos com intelectuais e instituições consagradas da América Latina.

Finalizando esta breve apresentação sobre os primórdios do PROLAM, gostaria de mencionar o importante papel desempenhado por Rui Aguiar da Silva Leme, Professor do Emérito da Faculdade Economia e Administração da USP, que presidiu a Comissão de Implantação do PROLAM, nomeada pelo Reitor Goldenberg.

Em meu nome e dos demais colegas e professores, dos alunos que se tornaram tarde professores da USP e de outras instituições acadêmicas da América Latina, gostaria de agradecer a todos aqueles que acreditaram na idéia luminosa do estadista André Franco Montoro, encabeçando a lista dos que acreditaram no sonho quase impossível na época, o professor reitor José Goldenberg, Rui Aguiar da Silva Leme e Irlemar Chiampi, a primeira presidente estatutária do PROLAM.

No período em que fui presidente (coordenador) do PROLAM, a professora Lisbeth Rebolo Gonçalves foi vice-presidente. Deixamos o PROLAM com o conceito B+ (avaliação CAPES). Sucedeu a nossa gestão a professora doutora Maria Cristina Caciomalli que consolidou o PROLAM como programa de referência nacional e internacional.

Nesses 25 anos, o PROLAM produziu aproximadamente 400 teses de doutorado e dissertação de mestrado, muitas delas se tornaram livros de referência acadêmica.

Muito Obrigado.

PALESTRAS

CULTURAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA E OS IMAGINÁRIOS QUE NOS HABITAM¹

PROF. DR. ARMANDO SILVA²

*Los imaginarios y su asombro público*³

En los recientes estudios realizados por el autor sobre imaginarios se han agregado a las condiciones estructurales de su definición⁴ (Silva, 2007) nuevos elementos de su retórica expresiva que los cualifican como imagen pública al poder reconocer que aquello que usualmente denominamos imaginarios urbanos posee la condición social de ‘producir asombro’. De ahí viene una conclusión breve y eficaz: hay producción de imaginarios allí donde una función estética se hace dominante. Pero no se diría como arte sino dentro del proceso de las interacciones sociales y la diferencia de la producción del asombro en el arte y en lo social es una; en el arte lo estético está vinculado a la esfera del gusto, del placer o de la inteligencia emotiva,

1. Para a temática, o autor atribuiu o título “Imaginários Urbanos como espaço público em cidades de América Latina”.

2. * Phd en Filosofía y Literatura Comparada de la Universidad de California. Dirige el doctorado en Estudios Sociales de la Universidad Externado de Colombia y el proyecto internacional “Imaginarios urbanos” que ha estudiado desde la misma metodología a 25 ciudades de América y Europa. Publica la colección de libros “Ciudades imaginadas”. Ha sido invitado a eventos internacionales como Documenta 11, Bienal de Sao Paulo 2004 y Bienal de Venecia, donde presentó el texto sobre Bogotá, ciudad que obtuvo el premio León de Oro, 2006. En mayo del 2007 la Fundación Antoni Tapies de Barcelona presentó una gran retrospectiva de su obra en 20 años de creación bajo la noción de archivos urbanos.

3. La presente versión parte del escrito para la revista chilena “Arquitectura del sur” (No 40, 2012) pero reelaborado y ajustado para la presentación del Prolam, 2014. A su vez la primera parte se retomó del escrito de mi escrito de 2008, Imaginaires urbains et Art public.

4. Según mi ensayo “ Imaginarios urbanos en América Latina: Archivos” en *Imaginarios urbanos en América Latina: urbanismos ciudadanos*, Barcelona: Fundación Antoni Tapies, 2007. En ese texto considero tres condiciones estructurales en la definición de lo imaginario: inscripción psíquica, social y tecnológica y sobre estas avanza en la perspectiva de entenderlos bajo la condición estética de producir asombro social.

cuando en la ‘interacción social’ nos referimos a un hecho emotivo también pero sobre la convivencia colectiva. Se trata en esta última dimensión de desatar fuerzas psicológicas de una colectividad, en buena parte emancipadas en su percepción de juicios racionales y comprobables, y en la medida en que van tomando forma en su circulación social se va haciendo dominante esa sensación de admiración sobre la referencialidad al objeto que la provoca. En el arte, los imaginarios que bordean la creación están libres de relevar una convivencia social así contenga unos contenidos políticos explícitos, como lo destacan obras o performances del arte público, dispuestos para que los ciudadanos actúen. Pero en la construcción de los imaginarios urbanos de una comunidad lo estético es pieza del cuerpo vivencial de cada sujeto, son verdades asimiladas como parte de una existencia y por tanto se reacciona ante ellos como se hace dentro de una certeza de identidad. Es la manera como las palabras o las imágenes, nutridas por saberes, deseos y emociones, desde donde el sujeto constituye las categorías imaginarias, se vuelven acción y se transforman en programas de vida urbana. Por ello se puntualiza esta descripción de su objeto de estudio: los imaginarios urbanos estudian los programas sociales donde la función estética se hace dominante como un modo de percibir y de actuar una colectividad. En la foto (No 1) se puede ‘ver algo extraordinario’, un caballo desbocado en pleno centro de una ciudad la hace fantasmal transitoriamente. Situaciones similares, donde la realidad rivaliza con lo que apenas puede llegar a ser, hacen que esos objetos encantados con alta capacidad fantasiosa, sean privilegiados en estos estudios. Así que los imaginarios urbanos destinan en su acometer colectivo la formación de las ciudades imaginadas donde cohabitan las percepciones ciudadanas, desde donde se viven, se usan y evocan la ciudades realmente existentes. Por esto los imaginarios alegan para sí una condición epistémico y estética: se constituyen en matrices de percepción ciudadana.

Estas matrices, no obstante, admiten una modelización según los modos como los ciudadanos perciban sus objetos cotidianos, para lo cual apoyándonos en una lógica de base triádica dentro de un enfoque analítico, se presentan unos resultados que permitirán incluir en el modelo tanto acontecimientos sociales, como sus imágenes que los captan o los producen en la construcción de la ciudad imaginada (Silva, 2014). Se trata de argumentar los estudios triádicos de los imaginarios de acuerdo al desarrollo de la lógica perceana (Peirce, 1987) según la cual el signo posee por sí mismo una estructura ontológica en la que las cualidades (primeridad) se relacio-

nan con el objeto (segundidad) para su expresión (terceridad), formándose una triada inseparable que arroja una permanente semiosis interpretativa, o sea el mundo real está en permanente cambio de significación simbólica (terceridad) y esta lógica apunta a dar las claves para su comprensión. El enfoque de los imaginarios también se soporta en ciertos postulados del psicoanálisis, pues si para Freud las fantasías son individuales e inconscientes, no obstante en su análisis de masas (1920/ 1981) prevé un desborde en lo social que reconocemos para nuestros intereses teóricos. Posteriores estudios como los de Lacan (1966) no sólo regresan a Freud, sino que, a nuestro parecer, pueden poseer una inspiración perceana en su estructuración del sujeto también bajo una triádica a de sus tres órdenes: lo real, lo imaginado y lo simbólico. Sin embargo, es de aclarar, que el enfoque de los imaginarios construida⁵ por el autor, si bien reconoce estos antecedentes, nacen más de aislar los imaginarios como inscripción social, vinculada con el deseo de los sujetos y sus escalas aspiracionales. No se trata de que nos refiramos a un deseo ni a un inconsciente colectivo, pues no es ello lo que reconocemos, sino del encuentro ciudadano con un objeto social común que desata identificaciones compartidas en cierta comunidad. Y al poner a funcionar la relación entre esos sujetos sociales con un objeto, sea real referencial o imaginado, hemos podido categorizar esta situación en un modelo triádico que se presenta enseguida.

Metodología: La ciudad imaginada como modelo encarnado

Existen tres situaciones tutelares de producción social de imaginarios urbanos que sostienen el modelo de la “ciudad imaginada”, esa donde se expresan los imaginarios en cuanto a la construcción de urbanismos ciudadanos, las cuales se presentan en las siguientes fórmulas con casos concretos de los estudios de campo adelantados en varias urbes que se recogen en el próximo libro del autor sobre el tema⁶.

5. Ver la argumentación al respecto en A Silva, 2011

6. *IMAGINARIOS, el asombro social* (2014) en donde se pone en perspectiva el estudio de los croquis urbanos, en cuanto a mapas de afecto que construyen “urbanismo ciudadanos”, como una teoría de los imaginarios urbanos, luego de finalizado el estudio de más de 20 urbes del mundo, como: Santiago de Chile, Buenos Aires, Sao Paulo en América Latina o Sevilla y Barcelona en España u Orange County en los Estados Unidos, entre otras.

Situación 1: que se representa en la fórmula: Imaginada-Real: I<R

Ocurre cuando un hecho, un objeto o un relato no existen en la realidad empírica comprobable pero una colectividad los imagina y los vive como realmente existentes, lo que ocasiona una gestualidad ciudadana. Caben acá las situaciones más evocativas y menos llamadas a realización empírica y por tanto es la situación de mayor capacidad detonante del fantasma urbano.

La Avenida Hidalgo, en el centro de la Ciudad de México, solía identificarse con un olor fétido por ser lugar de paso de ciertas aguas negras sin canalizar. Pero el gobierno local solucionó el problema (en 1999) y los malos olores desaparecieron en la realidad objetiva, pero siguieron por un tiempo presentes en la percepción ciudadana. La solución consistió en que las autoridades decidieron hacer una gran escultura amarilla “Cabeza de Caballo” (conocida popularmente como “caballito amarillo”) del escultor mexicano Enrique Carvajal, conocido como Sebastián, muy vistosa por lo demás, que se instaló en el lugar de donde provenían los pésimos olores. Solo así se cambió una desagradable percepción olfativa imaginaria por una imponente imagen visual ecuestre moderna. Esto quiere decir que la percepción en esta forma 1 del modelo que se propone se hace según los imaginarios que tenemos sin base empírica de la realidad, y que una nueva realidad a la vista (el paso del mal olor a la imagen de una escultura) tarda en aceptarse para percibirse como nueva imagen y nueva realidad. De esta manera, el imaginario social no sólo corresponde a una percepción colectiva sino a una categoría de la cognición de alta subjetividad social.

En Valparaíso, ciudad ubicada en el litoral central del territorio continental de Chile (a 92 Km. al noroeste de Santiago), se hizo un puente sobre el lecho y las playas aledañas del mar Pacífico para acercar un trayecto terrestre, pero nunca se adelantó la obra real de conexión y ha quedado como testimonio visual de apenas un puente imaginado - Foto No 2- que la gente visita y toma fotos para imaginar cómo pudo haber sido si de verdad se hubiese terminado.

En Buenos Aires, Carlos Gardel aún representa a la ciudad de hoy en diferentes lugares emblemáticos de su centro histórico como al Obelisco o la Avenida Corrientes: el cantante andaba por esas calles donde se le recuerda con la imagen del típico porteño pícaro o piola, ese “tipo bien pintón”, “bien vestido y siempre ganador”. También Gardel es evocado (M. Lacarreu,

Verónica Pallini, 2007: 87ss.) como parte de la Buenos Aires de los “barrios tangüelos” – La Boca, San Telmo, Barracas, donde según ellos nació el tango-, el más urbano de los ritmos latinos, que describe a toda la ciudad con la canción más representativa del género: “Mi Buenos Aires Querido”. Esta figura mítica de comienzos de la vida urbana en la primera parte del siglo XX ha vuelto a reencarnar con gran poder imaginario en los últimos años cuando Buenos Aires se constituye en la ciudad turística de la región. También se puede ver en sus calles estatuas de Gardel revivido (emblema de la ciudad) - Foto No 3- encarnado imaginariamente en nuevos mitos como Maradona (emblema nacional) que retoma a Gardel -foto No 4-. El imaginario gardeliano lucha hoy por sobrevivir entre el efecto mediático de atracción para el turismo y en icono de poder representativo, en especial de la noche porteña que bien lo aclama como su hijo predilecto.

En Maracaibo, Venezuela, existe una tradición artesanal sobre figuras del hampa que protegen a los ciudadanos en sus destinos y a uno de ellos, quizá de los más famosos, San Ismael, le han asignado incluso tareas más delicadas como proteger a la misma Virgen María de los robos y saqueos de los que es objeto en algunas iglesias -foto No 5- lo que configura una alianza imaginada entre la tradición cristiana de Jesús y la Virgen y la otra popular de la corte de “hampones protectores”. Prima acá también el desgarrón imaginario sobre cualquier referencia realista⁷.

En Medellín se encontró otro desplazamiento, el santo patrón de los bogotanos, el “Bambino milagroso”, lo acogen los hinchas de aquella ciudad y lo disfrazan, lo encarnan en los colores y el uniforme de su equipo: “El poderoso Medellín” – Foto No 6- . En la foto de Dulce Pinzón aparece un obrero mexicano trabajando en Nueva York - No 7- disfrazado del héroe de TV Chapulín Colorado en su propio trabajo⁸, lo que le asigna una incorporación aún más tenaz de su rol imaginado, que le ha de dar fuerza real a su exigente trabajo diario.

Como puede verse, esta primera situación de producción de imaginarios urbanos de modelo triádico que se propone se ubica por fuera de los bor-

7. Entrevista a Tulio Hernández, de *Caracas imaginada*, hace un buen análisis de los imaginarios del mal encarnados en esta corte de malandros populares . Ver : menicola.tumblr.com/post/5869465502/the-santos-malandros

8. En la exposición MAMBO, 2011 (curaduría de María Elvira Ardila y Fotomuseo), su autora agrega la etiqueta; “Adalberto Lara, originario del Estado de México, empleado de la construcción en Nueva York, manda \$ US 300 a la semana”.

des del empirismo, y reclama más bien una extrema subjetividad social que no admite comprobación según los filtros tradicionales de las ciencias sociales, a no ser el hecho de que un grupo ve el mundo por sus emociones, creencias o anhelos, y desde allí vive un episodio o incluso puede llegar a proclamar un modo de ser, como cuando una colectividad niega, mediante la transfiguración, que un hecho real haya existido, y se imagina otro.

Situación 2: que se representa en la fórmula Real-Imaginada: $R > I$

Se trata de un objeto, un hecho o un relato o texto que existe empírica y referencialmente pero no se le usa ni evoca por la sociedad, por una urbe, toda la colectividad o algún grupo de ella funcionado más bien como referencia abandonada. Caben acá las situaciones más empiristas, y ayudan a distinguir estados de olvido de sitios, objetos borrados de la memoria, hechos históricos apenas recordados, lugares no visitados.

Es el caso del centro de la ciudad de Montevideo donde autores de *Montevideo imaginado* comprueban que “sólo existe en la realidad” (L. Álvarez y Ch. Huber: 2005) y no en el imaginario para la mayoría de la población que ni lo visita ni lo nombra siquiera. A medida que el centro fue perdiendo en esa ciudad el valor de reconocimiento ciudadano para efecto de usarlo, visitarlo o caminarlo, ese protagonismo pasó al Paseo de las Ramblas que viene a ser como su extensión moderna, el lugar y paseo que concentra la mayor densidad de cualidades positivas del imaginario urbano montevideano.

Las Ramblas, precisamente, son un producto del rediseño urbano de esta ciudad que nace y se instala definitivamente en un imaginario de la década que corre entre mediados de los años 20 y de los 30.

El primer tramo de su construcción, en la década del 20, supuso una impresionante obra de ingeniería, que le ganó 18 hectáreas al mar y cuyas premisas eran: conectar eficientemente la península y los barrios costeros, continuar el centro de la ciudad hacia la costa, proporcionar a la población de la Ciudad Vieja un paseo marítimo, otorgar a “la ciudad de turismo” un poderoso atractivo y regularizar y embellecer el sector sur de la ciudad” (L. L. Álvarez y Ch. Hubert 2005 : 52-53).

Los montevideanos llaman a sus recorridos por esta calle el ‘arte de caminar’, la que creció en demérito del centro abandonado. Empero no sólo Montevideo, la mayoría de los centros históricos de las grandes ciudades de América Latina fueron abandonados por sus pobladores tradicionales

en las últimas décadas del siglo XX y varios de esos ciudadanos nunca regresan allí, quedando para ellos sólo en la realidad sin referencias para varios pobladores tradicionales.

Asunción, Paraguay, es una ciudad capital especialmente (cuando no de modo exclusivo) imaginada por el resto de latinoamericanos como un gran estadio de fútbol, Defensores del Chaco, según las encuestas de percepción que se adelanta en las ciudades capitales de América Latina, como si esta urbe completa también “solo existiese en la realidad”. En la foto No 8, puede verse un montaje⁹ a propósito del Mundial de Fútbol: el balón como “teta” planetaria. La ilusión de vivir un encuentro mundial alrededor del enfrentamiento deportivo y el poder evocativo de las hinchadas, donde se toma partido por una u otra selección, así sea distinta a la del país de uno, probablemente “eliminado”, hace que se viva esta realidad fantástica, dejando la otra, la del planeta real, por fuera de referencias, mientras dura el encantamiento fantasmal. En su significado analítico se quiso poner de relevancia los sentimientos de alienación y fanatismo de sus hinchas: el regreso a su condición de indefenso bebé que chupa del pecho materno, como lo hacen los adormilados hinchas de la nación que representa su equipo. Sin embargo, es preciso aclarar que estas acciones y juegos de representación del proyecto de “imaginarios urbanos” no pretenden ser arte y apenas siguen una ruta para poner a circular masivamente resultados de investigación social¹⁰.

Indígenas en algunas ciudades de América Latina donde su población es minoritaria, caso de Bogotá, no son visibles para buena parte de los ciudadanos. El abandono los invisibiliza -foto No 9- y aparecen fantasmalmente, más bien, como parte del mobiliario urbano, desplazamiento social que ordena dispositivos visuales. En la foto No 10, se puede ver una realidad invisible para la sociedad cotidianizada que, no obstante, la foto la hace patente: la división social en el reparto del territorio entre clases adineradas y los sectores populares en Caracas, marcados por la relación Este / Oeste

9. Del equipo de “imaginarios urbanos” -IECO-, Universidad Nacional de Colombia (2003), programa de Representaciones Paralelas.

10. Las fotos del proyecto “Imaginarios urbanos” las archivamos según su principal valor documental lo que conlleva a que no las intervengamos. Solo lo hacemos en caso como este de la “teta imaginada” porque es parte de otro programa que llamamos de “Representaciones paralelas” (Beatriz, Quiñones, Guillermo Santos, William Silva- q.e.p.d. y otros) y en este caso si podemos intervenir o re-diseñar una imagen para ponerla a rivalizar con los sentidos sociales de otras que circulen por los medios: se trata de una estrategia de re-enunciación.

de esta gran avenida. En la foto No 11 hay un desplazamiento de un oficio doméstico a un espacio y una visión pública. Una señora lava su ropa en plena *Praça da Sé* en el centro de Sao Paulo, Brasil. Sin embargo, a pesar de lo extraño de esta imagen lograda por Helcio Magalhães, se actúa como si no se viese y su conducta pasa inadvertida. Solo es vivida como su realidad individual. Algo parecido ocurre en esta imagen –No 12– de Buenos Aires, en la cual dos ciudadanas avanzan en un bus envueltas en tal atmósfera de indiferencia entre sí que parecen cada una vivir su propia soledad sin atenuantes sociales. En la foto No 13 se encuentra un suceso de sentimientos parecidos en Caracas, captado por el fotógrafo Gerardo Rojas: el Barrio 23 de Enero, abandonado a su suerte, viviendo en silencio su soledad de pobre a modo de cubículos repetidos al infinito.

Como puede apreciarse esta situación 2 del modelo triádico, ubica un hecho factual que no amerita recreación para una colectividad, y que genera un abandono por parte de algún grupo significativo de habitantes, según distintos puntos de vista ciudadanos. Se produce una especie de negación sobre un objeto de una parte de la ciudad o de un hecho social, y lo negado sigue existiendo tan solo en la realidad.

Situación 3: que se representa en la fórmula: Imaginada-Real-Imaginada: -I<R>I

La percepción colectiva imaginada en este caso coincide con la realidad empírica. Caben acá la mayoría de situaciones urbanas, como aquellas en las que los ciudadanos se imaginan hechos, ubican de modo coherente datos, recuerdos o imágenes; se destaca un saber que acompaña un apropiado imaginar de los ciudadanos sobre su ciudad y su cultura urbana.

La Paz en Bolivia es una de las urbes con más uso de la calle como expresión estética y política y sobresale esa profunda relación entre lo real y lo imaginado, entre el accionar del arte y de la protesta, entre la evocación y la realidad festiva. Carlos Villagómez, autor de *La Paz imaginada* (2007) pone de relieve este complejo entramado. En esta ciudad, dice, no se han acallado los ritmos y los bailes ancestrales que se recrean año tras año en las variadas entradas folclóricas que toman por asalto la ciudad, convocadas por motivos religiosos o culturales. Bandas de músicas y muchos danzari-nes bailan o ensayan sus bailes durante todo el año en un continuo, lo que hace permanente el sentido de la fiesta. Sin atender a la condición de clase o a la escala económica, la fiesta folclórica es un movimiento continuo y

un sonido seguido que siempre se percibe en la atmósfera paceña y junto a los pliegues topográficos, bailan también los pliegues de las polleras de las cholitas que giran sin pausa en nuestro imaginario colectivo. (foto No 14) ¹¹

Entonces, si pensamos los acontecimientos de la ciudad al menos como un tipo de arte grupal, en La Paz suceden a diario una serie de actos teatrales con vocación artística hirientes e intensos, que dejan “las obras de los artistas locales como escuálidas manifestaciones de la expresividad urbana”. La ciudad y sus calles recrean más arte conceptual y comprometido, aquel que busca ligar el arte con la vida política, que el arte académico presentado en las galerías convencionales. Así se crea un arte de resistencia y provocación, “que cuenta con grupos concretos que más bien se han consolidado desde ese accionar ciudadano influenciándose lo uno con lo otro: recreación de imaginarios urbanos y un tipo de arte público contra los poderes institucionales. Es el caso del grupo político, artístico y de género Mujeres Creando”¹²

Dentro de la misma situación 3 se pueden relevar aquellos lugares peligrosos percibidos como tales por la colectividad cuya percepción coincide con las estadísticas empíricas. O sea, los ciudadanos saben de los lugares peligrosos y su percepción coincide con los datos reales, como lo demostramos en *Bogotá imaginada* (A. Silva, 2003), durante la intervención de algunas alcaldías (1992-2002) que basaron su gestión en estas certezas de percepción ciudadanas para adelantar planes exitosos de seguridad ciudadana. Cuando intentamos llevar este modelo a Caracas, o sea, comparar la percepción imaginada, el crimen y sus sitios de peligro con los sitios reales donde en realidad se cometían, se encontró que no había coincidencia: esto quiere decir que los caraqueños entonces (2005) no sabían detectar dónde se cometían en escala los homicidios y, por tanto, donde creían que los había no era cierto, era sólo una percepción imaginaria que pasaría más a encajar, en el modelo que se propone, en la situación descrita en 1: A>I, de amplio dominio del fantasma urbano.

De las misma Bogotá se puede extraer otro ejemplo visual a partir del cual se han podido explicitar las relaciones entre el movimiento moderno de los

11. Puede verse: prod.bolivia.indymedia.org/es/2004/10/12674.shtml

12. “Mujeres Creando” es un colectivo feminista que produce arte visual, literario, musical, realiza acciones de arte conformado principalmente por María Galindo y Julieta Paredes que han desarrollado un amplio espectro de propuestas políticas y artísticas.

impresionistas y lo que hoy entendemos como condición de asombro estético en la percepción imaginaria de la urbe. La percepción ciudadana del tiempo coincide con las distintas horas que pasan en el emblema nocturno de Bogotá –el Edificio de Colpatria- al lograr la fotógrafa María Adelaida López Restrepo esta toma -foto No 15- justo en el momento cuando la Luna se posa sobre el mismo edificio y luego hacerla ver comparándola con la siguiente cuando la luna se ha ido y ya está amaneciendo -foto No 16-; en este caso los ciudadanos perciben impresiones, de donde elaboran el real objeto representado de modo colectivo. Decían los impresionistas que no era la catedral de París lo que pintaban, sino el efecto de la luz del Sol sobre ella a las 12 meridiano.

Podríamos decir a nuestro respecto, tal como se señala del hecho estético en el anterior aparte, que no es el objeto, en este caso el edificio de Colpatria, sino su condición (estética) de emblema nocturno de la ciudad lo que lo ha hecho ver en todos los tonos, las degradaciones de color y forma, y la percepción apropiada de todas las horas. Sirve este ejemplo para sostener la dimensión temporal de los imaginarios sobre su misma espacialidad. Incluso es oportuno reiterar que mientras la antropología del lugar se basa en el espacio de una ciudad, al que se teoriza, esta dimensión de los imaginarios se fundamenta en el tiempo y su movimiento y circulación, y entonces no en el lugar sino en el sitio: los ciudadanos no están pegados a un lugar sino que se sitúan. Para estos estudios multidisciplinarios no es la ciudad su objetivo, sino su “urbanismo ciudadano”, sus pobladores, quienes más bien, al situarse lo habitan, lo que produce cambio en sus misma acción sobre su mundo.

Cada nueva situación urbana puede recomponer los croquis ciudadanos existentes pues las fronteras entre lo real e imaginado son muy débiles, sobre todo cuando alguna conmoción afectiva se hace presente. Pero la situación 3 es aquella en la cual los ciudadanos logran un buen equilibrio de lo real con lo imaginado: es real porque así mismo se lo imagina la colectividad.

El arte de los artistas y los imaginarios de los ciudadanos

Con las aclaraciones descritas se ha fortalecido el paradigma de la ciudad imaginada para referirse entonces a aquella que construye el urbanismo ciudadano, porque se la imagina y la usa o la evoca aun cuando no existe ($I > R$) o porque existe pero no se le imagina que existe ($R < I$) o porque existe y se la imagina y la usa como existente ($I < R > I$). Con esta modelización

se hace ver que lo imaginario no es irreal o sólo describible como hecho en la fantasía. Lo imaginario es constructor de la realidad social y debemos entonces más bien explicitar el proceso de cómo se ‘incorporan’ los imaginarios sociales en los entornos físicos de la ciudad y así proyectarlos como expresión pública de culturas ciudadanas.

Los imaginarios urbanos no son pues arte ni arte público. Se pueden si entender que ambos hechos participan de funciones estéticas dominantes y que los imaginarios ciudadanos pueden impregnarse de distintos valores en circulación social, entre ellos los creados por el arte mismo o, al contrario, los artistas retomar las expresiones colectivas de base imaginaria para inspirar sus acciones. Cuando un proyecto de estudios en imaginarios urbanos pone en circulación las representaciones ciudadanas no lo hace como si fuesen imágenes de arte, sino aprovechando algunas estrategias del arte público para impactar a una comunidad concreta en su percepción de un fenómeno. Quizá la diferencia entre uno y otro consista en su punto de origen y sus distintos propósitos: el arte público lo hacen los artistas quienes cada vez, desde las vanguardias, son más exigidos a que cuestionen la realidad establecida, a que la detonen, para evidenciar sus injusticias y hacer visibles sus mecanismos de poder. Por su parte los imaginarios son la realidad misma. Son la realidad misma (no intervenida) vista desde la construcción colectiva según los afectos y sentimientos sociales.

En los tres casos de modelización para la construcción de la ciudad imaginada se podrá aceptar que estas reflexiones no provienen de lo que hacen los artistas sino de conductas o anhelos ciudadanos en ejercicio de su percepción colectiva, que los conduce, como se muestra en estos estudios, sea el caso, a “no ver” o “no visitar” una parte de la ciudad y tan solo imaginarla como lo vimos respecto al centro de Montevideo (formula: $R > I$). Se aceptará que este proceder no es arte, sólo evidenciamos una estrategia común de artistas y ciudadanos en estado imaginario: perciben no sólo lo fáctico sino las emociones y no sólo el presente sino invenciones de futuro. Los imaginarios al tener como sustancia a representar la imaginación social van hacia delante y en esto juegan desde el otro lado de los sueños, su otro pariente psicológico, que viven atrapados en su condición arqueológica.

BIBLIOGRAFÍA

Álvarez Luciano y Christa Huber, *Montevideo imaginado*, Bogotá: Taurus y CAB, 2005.

Freud Sigmund, “Psicología del de las masas y análisis del yo” (1920) , Obras Completas, T.I. Madrid: Biblioteca Nueva 1981.

Lacan Jaques, 1966, *Subversion du sujet et dialectique du désir Dans l'inconsciente freudien* , Écrits II , París: Points.

Lacarreu Mónica y Verónica Pallini, *Buenos Aires imaginada*, Buenos Aires: Secretaria de Presidencia de la República Argentina, Buenos Aires y CAB, 2007.

PEIRCE, Charles: *Collected Papers* (CP) 5.397: CP 5.358-387: “The Fixation of Belief ,1877.

Silva Armando, Bogotá imaginada, Bogotá: Taurus, 2003.

_____. *Imaginario urbanos en América Latina: urbanismos ciudadanos*, Barcelona: Fundación Antoni Tapies y Actar Editores, 2007.

_____. *Imaginaires urbains et Art public*”, en : *Dis/location: projet Darticulation urbaine (Dare-Dare)* Montreal , Canadá 2008.

_____. *IMAGINARIOS: el asombro social* 2014; traducción al portugués *Imaginario, estranhamentos urbanos*, con SESC, 2014.

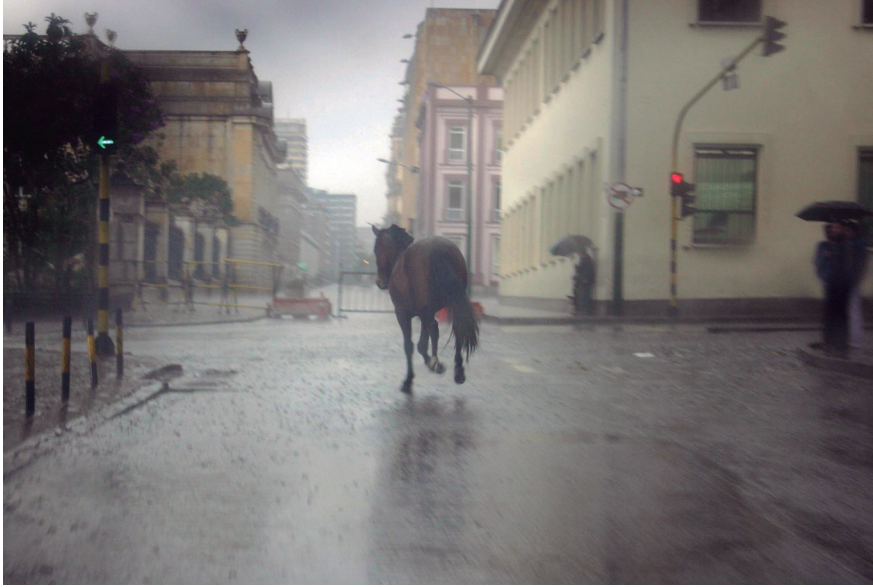
Villagómez Carlos, *La Paz Imaginada*, Bogotá: Taurus y CAB, 2007.

Exposiciones y páginas WEB consultadas

Exposición “ Fotográfica Bogotá, 2011”, Museo de Arte Moderno de Bogotá, MAMBO (Mayo, 2011), Curaduría de María Elvira Ardila y Foto-Museo.

menicola.tumblr.com/post/5869465502/the-santos-malandros

prod.bolivia.indymedia.org/es/2004/10/12674.shtml

















EL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO EN AMÉRICA LATINA: ALGUNAS CONSIDERACIONES*¹³

PROFA. DRA. AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS¹⁴

El Pensamiento geográfico en América Latina: algunas consideraciones

Iniciamos esta trayectoria a partir del origen de la Geografía en tierras europeas en los siglos XIX y XX para poder llegar a interpretar nuestro continente. En los siglos mencionados, Europa se encontraba en un contexto histórico-cultural que determinó los aportes necesarios para la formación de la mayoría de las Ciencias Sociales, entre ellas la Geografía. Se vivía bajo lo que se denominó como modernidad, una visión del mundo que la definimos siguiendo a Lander. Este sociólogo venezolano nos dice que se pueden considerar 4 dimensiones básicas en su conceptualización:

- 1 – “La visión universal de la historia asociada a la idea de progreso (a partir de la cual se construye la clasificación y jerarquía de los pueblos y continentes y las experiencias históricas).
- 2 – La “naturalización” tanto de las relaciones sociales como de la naturaleza humana de la sociedad liberal capitalista.
- 3 – La naturalización u ontologización de las múltiples separaciones propias de esa sociedad.
- 4 – La necesaria superioridad de los saberes que producen esa sociedad (ciencia) sobre otro saber” (LANDER, 2003, p. 22).

13. Este trabajo es parte de un presentado en la Mesa Redonda “Pensamiento Geográfico en América Latina” celebrada en el XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, Lima, 8 al 12 de abril de 2013.

14. Profesora titular del Departamento de Geografía de la Universidad de São Paulo.

Immanuel Wallerstein (1996) afirma que las Ciencias Sociales se forman en un contexto espacio-temporal específico cuya cuna son cinco países liberales industriales: Inglaterra, Francia, Alemania, las Italías y, posteriormente, los Estados Unidos (durante la segunda mitad del siglo XIX). Las disciplinas se dividen y esta situación se prolonga hasta hoy.

En primer lugar se produce la separación entre el pasado y el presente. La Historia se ocupará del pasado y el presente es una lucha entre todas las otras disciplinas. Wallerstein continúa afirmando que, a su vez, se establecen ámbitos diferenciados para lo social, lo político, lo económico. Cada uno de ellos es concebido como una región ontológica de la realidad histórico-social. De esa división de la realidad, se derivan la Sociología, la Ciencia Política, y la Economía con sus tradiciones, su objeto, su método, su inserción en los claustros universitarios. Para los demás campos ontológicos sobra la Geografía, la Antropología y los Estudios Clásicos.

A partir de esa visión de mundo, los principios universales europeos buscaban interpretar las diferentes culturas, los distintos pueblos, desde aquellos concebidos como representativos de lo “primitivo” o lo tradicional hasta los que aparecían como significativos de moderno. La sociedad industrial liberal, ya existente, sería la expresión más avanzada de ese proceso histórico definido como la sociedad moderna. Todos los otros pueblos y culturas diferentes tendrían que alcanzar esa situación o estarían destinadas a desaparecer.

Como consecuencia de esa experiencia histórica europea, las formas de saber desarrolladas para la comprensión de esa sociedad moderna serían los paradigmas de un conocimiento verdadero, objetivo y universal. Ciertos conceptos y perspectivas (Estado, mercado, sociedad civil, clases, región, urbano, rural, etc.) se convirtieron en categorías universales y proposiciones normativas que definían la realidad de todos los pueblos del mundo.

Esos saberes, afirma Lander, “se convierten así en padrones a partir de los cuales se pueden analizar y detectar las carencias, los atrasos, los frenos e impactos perversos que dan como producto de lo primitivo o de lo tradicional en todas las otras sociedades” (LANDER, 2003, p. 23).

Desde esa forma de pensar y organizar la realidad europea se tiende a entender la totalidad del espacio y del tiempo de toda la humanidad, a partir de experiencias de una especificidad histórico-cultural como padrón de referencia, superior y universal.

Desde esos paradigmas dominantes, hay una reproducción de “verdades” que procuran ideológicamente transformar la naturaleza en un concepto indiscutible. Seguimos a Lander quien, citando Fernando Coronil en su libro “The Magical State”, presenta una serie de consecuencias resultantes de las interpretaciones que parten de la separación entre el espacio y la naturaleza y, que, históricamente forman parte de la caracterización de la sociedad moderna. Las visiones de progreso histórico, posteriores a la Ilustración, afirman la prioridad del tiempo sobre el espacio y de la cultura sobre la naturaleza. En ese binomio la naturaleza está asociada al espacio y, como consecuencia, a la Geografía y ambas aparecen como metáforas una de la otra. Esta relación conllevó a la inclusión de Geografía Física en la formación del contenido básico de enseñanza. Posteriormente, en el siglo XX, emerge la Geografía Humana.

De esta forma historiadores y científicos sociales, usualmente presentan al espacio o a la Geografía como algo inerte donde tienen lugar los eventos históricos, y a la naturaleza como el material pasivo con el cual los humanos hacen su mundo. La separación de la Historia de la Geografía y el dominio del tiempo sobre el espacio, tiene como efecto producir imágenes de las sociedades, separadas de su ambiente material, como si surgieran de la nada.

Como la historia depende de quien la cuenta, varios de los hechos que narraremos, sobre el pensamiento geográfico en nuestra América Latina, cargan un poco con nuestras experiencias y con nuestras emociones (LEMOS, 2009). Hasta este momento, segunda mitad de los años de 1970, tuvimos una Geografía positivista y historicista donde el espacio era un palco y la sociedad sus actores. El sistema económico exigía de los geógrafos inventarios de tierras y de sus productos, incluyendo la población.

La Geografía, como todas las ciencias, sufrió fuertes crisis, sobre todo, en las décadas de 1960 y 1970. Crisis epistemológicas que llevaron a los geógrafos, a tener que pensar conceptos como los del espacio, su organización, el territorio, el medio, la región entre otros, a través de sus presupuestos y discursos científicos. Las consecuencias fueron la necesidad de aprehender a repensar epistemológicamente toda su existencia.

Milton Santos en su libro “Por Una Geografía Nueva” (1978), fue el primero en decirnos que los geógrafos nunca se preocuparon en buscar la esencia de su objeto. Transcribo aquí su opinión: “...desde su fundación en lo que históricamente se llama geografía científica, hacia finales del siglo XIX, ja-

más nos fue posible construir un conjunto de proposiciones basadas en un sistema común y entrelazado por una lógica interna. Si la geografía no fue capaz de ultrapasar esta deficiencia, es porque estuvo siempre mucho más ocupada con una discusión narcisista en torno a la geografía como disciplina en lugar de preocuparse en la geografía como objeto. Siempre, y aún hoy, se discute mucho más sobre la **geografía** que sobre el **espacio**, que es el objeto de la ciencia geográfica” (SANTOS, 1978, p. 2. Los destacados corresponden al original).

Por otra parte, recuperar los conocimientos que se tienen del pensamiento geográfico latinoamericano desde su institucionalización en estas tierras, nos permite identificar si existe o no en estos momentos, una Geografía latinoamericana con su esencia y su existencia y con un conocimiento sistematizado, identificando cuáles fueron sus cimientos.

Según afirma Capel, “...la existencia de una comunidad científica especializada modela el pensamiento de sus integrantes y, con el tiempo, origina lo que se ha denominado “estilos de pensamiento”, que determinan la elección de los problemas científicos, las preguntas que son hechas, guían las observaciones, establecen las reglas para trabajar y, aún más predeterminan el vocabulario que se ha de utilizar. Lo que en muchas disciplinas científicas se denominó como punto de vista, tal vez no sea más que una aplicación del estilo propio de pensar de la comunidad”(CAPEL, 1999, p. 20-21).

Siguiendo a Capel, identificamos una comunidad científica especializada, que se reúne en los Encuentros de Geógrafos de América Latina (EGAL). Para poder iniciar un debate haremos una periodización a partir de considerar las generaciones de geógrafos que se fueron formando en algunos países de la región.

Al referirse al nacimiento de la Geografía, dentro de la visión de mundo existente, Milton Santos escribe: “en Francia a partir de la mitad del siglo XIX, la Geografía pasa a ser groseramente definida como la relación entre el hombre y la tierra. Lo mismo sucede en Alemania. Pero las tónicas temáticas tienen que ver con la histórica de cada país donde ella se venía haciendo. La unificación alemana lleva a la preocupación con el Estado y la estabilidad francesa permite otro tipo de listado de temas, en ambos casos lo que se observa es una búsqueda de su afirmación como ciencia” (SANTOS, 2002, p. 21-22). Francia, por otra parte tenía que justificar su posición colonialista y, el propio sistema económico vigente, exigía un balance de los recursos del mundo. La Geografía podía ofrecer este tipo de conocimiento.

A continuación presentamos una periodización que nos permite interpretar mejor las informaciones de cada momento, sin por eso tener la seguridad de alcanzar totalmente lo que nos proponemos.

Primer período de fuerte influencia francesa: desde comienzos del siglo XX hasta los finales de la década de 1960

Para dar cuenta de su presencia en la tradición histórica de la Geografía nosotros remontamos sus comienzos en 1910. Su historicidad se considerará a partir de su institucionalización como disciplina científica en las universidades de América Latina. Aunque pueden identificarse ciertas influencias de Alexander Von Humboldt y, especialmente de Friedrich Ratzel en estos países (MACHADO, 2000), pero el gran peso del pensamiento geográfico recae sobre el proceso civilizatorio francés.

En la Argentina, Chile, Brasil, México, entre otros países, adquirió gran importancia la presencia de Pierre Denis en la década de 1910. Este geógrafo francés obtuvo una beca premio cuando se recibió en 1906, llamada “La Vuelta al Mundo”. La generosidad de la misma le permitió viajar por casi todos los países del planeta. En sus viajes recorrió prácticamente toda América, desde los Estados Unidos hasta Chile. En todos los lugares que frecuentó mantuvo contactos con los científicos locales, llegando a conversar y trabajar con ellos. Pierre Denis dictó conferencias y se interesó por investigar todo aquello que le parecía muy diferente de su realidad europea. A su llegada al Brasil vivió un encantamiento con los paisajes y los lugares diferentes que visitó y a quien les dedicó su primer libro titulado “Le Brésil au XX siècle”, publicado en 1909. Elena Chiozza, geógrafa argentina de gran reputación, escribe un artículo sobre Denis donde afirma que este estudio francés “muestra allí su garra de geógrafo subyugado por la exuberancia de los paisajes tropicales y las modalidades de la colonización que confieren una fisonomía original, en la cual hay una armonía entre la sangre y la cultura lusitana con el rico y valioso aporte de los pueblos africanos, en un contexto mundial que le reserva un papel específico para el futuro” (CHIOZZA, 1987, p. 10). Su pasaje por Argentina, entre los años de 1910 a 1914, cuando tuvo que retornar a Francia por las exigencias de la Primera Guerra Mundial, le permitió vincularse a los principales centros de estudios que eran las Universidades de Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Tucumán y a otras instituciones públicas y privadas. En todos ellos buscó informaciones que le permitieron conocer mejor la realidad de este país. Recorrió Argentina desde sus límites con Bolivia, Paraguay y Chile hasta Bariloche, en la

Patagonia, articulándose con los medios de circulación de ideas existentes en la época y entre los cuales presentó los conceptos de género de vida, de paisaje y de región. Publicó en 1920 su libro “La République Argentine. La mise en valeur du pays”, producto de su labor de científico desarrollado en este territorio. Estos trabajos sobre Latinoamérica y Argentina, que le absorbieron la mayor cantidad de tiempo, le permitieron publicar ese libro en tres ediciones diferentes: la primera en Tucumán en 1916 y la segunda en París en el año de 1920. Ya la tercera edición completa la “Géographie Universelle” dirigida por Vidal de La Blache y Lucien Gallois publicada en París en 1927, como Tomo XV rotulado “Amérique du Sud”, por P. Denis (Librairie Armand Colin, Paris). La presencia de Denis en América Latina influyó en la conformación de una primera generación de geógrafos que publicó varios libros y trabajos siguiendo el estilo francés. Esta generación conformó obras colectivas que fueron base bibliográfica de los estudios universitarios hasta prácticamente la década de 1960. Cabe destacar que en Argentina en esas primeras décadas del siglo XX, se funda la Sociedad Argentina de Estudios Geográficos - GAEA (1922) (ZUSMAN, 2001). Esta institución fue por varias décadas el lugar de los debates y encuentros de los geógrafos argentinos y donde entraban en contacto con los conocimientos de los geógrafos franceses: Jean Brunhes, que estuvo en la Argentina y en Chile, Le Lannu, Camille Vallaux y el anarquista Élisée Reclus, entre otros.

En el caso brasileño en los primeros 30 años del siglo XX, los conceptos posibilistas de Vidal de La Blache se difundieron a través de las lecturas de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, reconocido por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (2008) como una “figura simbólica”, que había estudiado en Francia, y también por los trabajos de Josué de Castro. Varios autores destacan la importancia de estas dos estudiosos en los trabajos realizados en el país y, en especial, su relevancia en la introducción de los conocimientos lablachianos y de sus discípulos. Un estudio realizado por Perla Zusman y Sérgio Nunes Pereira (2000) demostró el destacado papel de Delgado de Carvalho en la divulgación y el conocimiento de la escuela geográfica francesa sin “en tanto abandonar los presupuestos teóricos establecidos anteriormente por Ratzel” (ZUSMAN y PEREIRA, 2000, p. 55). La concepción geográfica de Ratzel es asumida por ese autor cuando la preocupación está dirigida específicamente a la Geografía Política.

Tomando como punto de partida el período comprendido entre los años 1934 y 1937, en un trabajo recientemente publicado sobre la “Geografía Brasileña entre los siglos XX y XXI”, Figueiredo Monteiro (2008) afirma

que, en ese momento, la Geografía de este país presentaba un cierto atraso frente a las tendencias de los centros más evolucionados, sobre todo respecto de Francia. En este contexto se crean la Facultad de Filosofía en San Pablo y Río de Janeiro, se funda la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) y el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), período que Monteiro denomina como aquel que corresponde a la “Nueva Geografía de carácter científica”.

En efecto, en 1934, se funda la Universidad de San Pablo y con ella la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras. Para tal fin se contratan en Europa un grupo de profesores franceses, italianos y alemanes. En el caso de las ciencias humanas, vinieron de Francia varios jóvenes profesores entre los cuales mencionaremos a Pierre Deffontaines, del Instituto Católico de Lille, y que, después de seis meses en San Pablo, parte hacia Río de Janeiro; y a Paul Arbousse Bastide, sociólogo de la Universidad de Besançon. En 1935 llegan a San Pablo el historiador Fernand Braudel, el antropólogo Claude Lévi-Strauss y el profesor de Geografía Física y Geografía Humana Pierre Monbeig. En 1936 Monbeig dejaba la cátedra de Geografía Física en las manos de Emmanuel de Martonne, a quien había invitado para poder concentrarse en los estudios de Geografía Humana.

Durante su estadía de 11 años en San Pablo (1935-1946), el profesor Monbeig dio clases, dictó conferencias, dirigió tesis y organizó innumerables trabajos de campo. En síntesis, fue un excelente maestro que formó un importante número de discípulos en San Pablo y en el resto del Brasil, especialmente a través de su participación en las reuniones de AGB o por correspondencia. A su vez, se carteaba con los geógrafos de otros países del Cono Sur.

México y América Central, contaron con la visita de Maximilien Sorre. El tomo XIV de la mencionada “Géographie Universelle”, dirigida por Vidal de la Blache y L. Gallois, fue escrita por el geógrafo mencionado. Su publicación es de 1928. La influencia de metodología francesa de Max Sorre se constata en la necesidad de la observación para describir y realizar las analogías. Todas éstas eran exigencias de un buen trabajo geográfico.

Aparte de las estancias de Pierre Denis en Argentina y de Pierre Deffontaines y Pierre Monbeig en Brasil¹⁵, otros relevantes geógrafos franceses

15. Cabe destacar que Pierre Deffontaines también realizó algunas visitas a Argentina.

visitaron Latinoamérica. Podemos mencionar aquí a Jean Brunhes (Argentina y Chile), Claude Bataillon (México), Claude Collin Delavaud y Marc Pieyre (Perú).

A partir de la Segunda Guerra Mundial, surgieron nuevos líderes intelectuales de gran influencia en la Geografía clásica francesa. Se destaca especialmente la figura de Maximilien Sorre a través de su gran obra, “Les Fondements de la Géographie Humaine” (Paris, Colin) publicada en cuatro volúmenes a lo largo de la década de 1940.

Según Milton Santos (2004, p. 24) Sorre “...estudia – fiel a esa tradición escolástica francesa de la geografía física y de la geografía humana, naturaleza y sociedad – geografía biológica e geografía médica y discute, de alguna forma, la cuestión de la técnica en la producción del espacio geográfico”. Basados en la óptica epistemológica de Max Sorre en Brasil, en Argentina y en otros países de nuestro subcontinente, fueron realizados trabajos, tanto sobre clima como sobre hechos culturales (tales como sobre religión). Quiero mencionar aquí los estudios en Brasil sobre Geografía Médica de Ary França, sobre Teoría y Clima Urbano de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, o las interpretaciones sobre el espacio de las ciudades a partir de la función religiosa de María Cecilia França. En la Argentina la influencia de Sorre se observa en los estudios de climatología geográfica de Ricardo Capitanelli (de hecho Capitanelli usa su definición de clima), en los trabajos de Geografía Humana de Mariano Zamorano y Elena Chiozza, entre otros colegas. En México la influencia de Sorre se puede rastrear en la obra de Angel Bassol Batalla y María Teresa Gutiérrez de MacGregor. Cabe destacar que todos estos geógrafos latinoamericanos traducían los textos de los estudiosos franceses para ser discutidos con sus alumnos en clase, así como en los coloquios de especialización o en el postgrado.

En 1956, entre los días 8 y 19 de agosto, se realizó en Río de Janeiro el XVIII Congreso Internacional de Geografía, organizado por la Unión Geográfica Internacional (UGI), con la presencia de representantes de 56 países y un total de 1.084 personas. En esa ocasión, los países que no pertenecían a América Latina y que contaron con el mayor número de participantes fueron: Estados Unidos (con 103 personas), Francia (con 64), Alemania (con 31), Reino Unido (con 23), Japón (con 19) e Italia (con 17). Entre los países de América Latina, se destacan por su importancia numérica e intelectual, Brasil (con 639 representantes), Argentina (con 18), Uruguay (con 16), Chile (con 13), México (con 6), Cuba (con 4) y otros países como

Guatemala (2), Haití, Panamá, Puerto Rico y República Dominicana (con un delegado por cada uno de ellos). Estos últimos países fueron representados por profesionales interesados en los conocimientos geográficos más que por geógrafos. Como nos cuenta Milton Santos (2000b) la presencia de los geógrafos franceses marcó el evento, sobre todo porque sus trabajos traían nuevas concepciones metodológicas. Grandes nombres de la geografía francesa, comandados por Maximilien Sorre, como Jacqueline Beaujeu-Garnier, George Chabot, Jean Dresch, Pierre George, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Pierre Birot, Jean Tricart, André Cailleux, Max Derruau, Michel Rochefort, Bernard Kayser, Henri Enjalbert, André Journaux e André Libault se hicieron presentes en este evento (UGI/ACTES DU CONGRÈS, 1959, p. 1-10)¹⁶.

En el Congreso de Río de Janeiro comienzan a discutirse temas que aún no se abordaban en la región. Orlando Valverde, conocedor profundo de la geografía del Brasil, hace referencia al carácter innovador del evento. “B. Kaiser reveló un nuevo campo de ideas, de gran interés económico y social para el Brasil: la geografía del empleo. M. Rochefort provocó gran interés también en el curso que dictó en el Consejo Nacional de Geografía, donde introdujo las nociones de Geografía de los Servicios y los conceptos de centro y red urbana” (VALVERDE citado en SILVA, 2002, 73).

No todos los geógrafos latinoamericanos que mencionan las Actas del Congreso estuvieron presentes. Por su situación económica a algunos no les fue posible participar, otros por problemas de viaje. En esa época no se tenían las facilidades de circulación que tenemos hoy. De cualquier manera la presencia de 1.084 personas ya demuestra el interés despertado por el evento.

Entre los geógrafos que estuvieron presentes por Chile, queremos mencionar al Prof. Eusebio Flores Silva, premio Milton Santos del XIII EGAL en Costa Rica. Este importante geógrafo, exilado por la dictadura militar de Pinochet, se radicó en este último país donde dejó su huella en términos de conocimientos y como persona, fundando los cursos de Geografía en la Universidad Nacional de Costa Rica donde es muy estimado. Eusebio Flores Silva llevó la influencia francesa a este país. También destacamos la

16. Mencionamos aquí a los geógrafos franceses que, además de participar en el encuentro de la UGI de Río de Janeiro, estuvieron en nuestras universidades dejando fuertes influencias. André Libaut, por ejemplo, fue profesor de Cartografía en el Departamento de Geografía de la Universidad de San Pablo, a partir de la segunda mitad de los años de 1960.

presencia de Ángel Bassols Batalla en el evento de la UGI de Río de Janeiro, que tuvo un papel importante en el desarrollo de la Geografía de México.

El Congreso de Geografía de la UGI otorgó un intenso dinamismo a los conocimientos que se desarrollaban en Brasil, en Argentina y en otros países de la región. Importantes obras colectivas fueron realizadas por los geógrafos de San Pablo, de Río de Janeiro, de Buenos Aires, de México y demás centros de estudios. Esa reunión trajo a los investigadores de la región, el conocimiento de una Geografía más científica. Al mismo tiempo reforzó las relaciones de Francia con los países latinoamericanos. A partir de aquí se produjo una intensificación de los flujos de brasileños, argentinos, mexicanos y latinoamericanos en general, hacia los centros de estudios de Francia a fin de realizar tesis doctorales o de adquirir una especialización más profunda.

Pierre George, uno de los geógrafos franceses que suscitó más interés en la reunión que estamos analizando, junto con Jean Tricart, fueron excluidos en un primer momento porque estaban afiliados al Partido Comunista Francés. En entrevista concedida a Borzacchiello da Silva, Pierre George cuenta que: “Sin embargo, el principal campo de observación donde los viajes se asocian a la participación en congresos, coloquios y a períodos de enseñanza es América Latina: Brasil, 1956, 1962, 1968, Chile 1966, Argentina, 1965, 1969, Venezuela, 1977, México 1964, 1976, 1978, 1980, 1982, 1984” (SILVA, 2002, p. 77).

La variedad de libros que Pierre George escribió como la Geografía Rural, la Geografía Urbana, la Geografía Económica, la Geografía de la Población, la Geografía del Consumo, por citar los más importantes, fueron traducidos al español y al portugués, y constan en las bibliografías de los trabajos y tesis de varias generaciones de geógrafos latinoamericanos.

En este momento volvemos a citar Borzacchiello da Silva. Aunque sus reflexiones se refieren a Brasil, creemos que podemos extenderlas a la totalidad de nuestra América Latina. “El estudio de la geografía francesa, de sus escuelas y tendencias, la difusión de sus líneas de investigación por el mundo y principalmente en Brasil, permite, especialmente, el establecimiento de análisis comparativos” (SILVA, 2002, p. 53). Temas como Tercer Mundo, países subdesarrollados, *aménagement* del territorio, paisajes agrarios, procesos urbanos, formación de metrópolis, macrocefalia urbana y la búsqueda de estos conceptos en nuestra realidad, fueron frecuentes durante las

exposiciones de trabajos en las reuniones de las sociedades geográficas de nuestros países.

Cabe destacar también que con las obras de Pierre George y Jean Tricart las ideas marxistas sobre la interpretación del espacio entran en la Geografía Latinoamericana.

Esa nueva Geografía Francesa que se inicia con los autores mencionados, tendrá otro momento de grande apogeo y será con el conocimiento de los libros de Yves Lacoste. En uno de ellos, "La Geografía: Un arma para la Guerra" (1976) se hace una profunda crítica a los conocimientos geográficos existentes. Esta obra produjo una gran conmoción entre los geógrafos brasileños, ultrapasando las fronteras y, siendo uno de los factores, para que los vecinos latinoamericanos comiencen a frecuentar los encuentros realizados en Brasil, a pesar de los problemas de las dictaduras.

Este libro, que nosotros conocimos a través de una copia pirata en plena Dictadura Militar que nos llegó de Portugal, nos hizo discutir y analizar acaloradamente la Geografía de los Estados mayores, la Geografía de la enseñanza en las escuelas, la Geografía de los profesores, la región como obstáculo, la falta de una concepción epistemológica que oriente claramente los estudios disciplinares, la escasa consideración de la escala en la lectura e interpretación de los fenómenos. En síntesis, el libro provocó una revolución que encontró reflejo especialmente en los encuentros de la Asociación de los Geógrafos Brasileños - AGB. La situación había llegado a tal exageración, que creó un verdadero clima de guerra. Así el propio Lacoste manifiesta "Luego que ese librito apareció en 1976 se produjo un bello escándalo en la corporación de los geógrafos universitarios. Un escándalo tan grande que muchos entre ellos se llenaron de indignación" (LACOSTE citado en SILVA, 2002, p. 104).

Lacoste ya era conocido en la Geografía de América Latina porque ya habían circulado entre nosotros dos libros de su autoría que fueron aceptados inmediatamente, traduciéndose al español y al portugués: "La Geografía del Subdesarrollo", editado en Francia en 1965 y "Los Países Subdesarrollados", publicado en Francia en 1963 en la colección Saber Actual, y en San Pablo en 1966.

En 1964 Yves Lacoste junto con Bernard Kaiser y Raymond Guglielmo, dirigidos por Pierre George, publican un libro llamado "La Geografía Activa" (editado en portugués en 1966). Este texto tuvo una gran aceptación porque mostraba un nuevo campo para la acción de los geógrafos: su par-

tipación en el planeamiento urbano, en el desarrollo económico y social regional o nacional. La obra procuró demostrar la relevancia de una geografía aplicada para la existencia de un mundo mejor.

Borzacchiello da Silva nos dice al respecto: “ “La Geografía Activa” se convirtió en moda, atrajo un gran número de geógrafos y se difundió en los medios científicos y de planeamiento. Su discurso atendía a los deseos de un mundo que se transformaba con una intensa velocidad y que presentaba un cuadro de contradicciones y carencias inconcebibles para a las personas más sensibles y politizadas (...) La posguerra creó un clima de posibilidades y de extrema creencia en la ciencia como transformadora de la realidad social. A lado de las grandes conquistas tecnológicas (nunca con la velocidad que se ven hoy) había una postura filosófica que norteaba acciones políticas de cuño estructuralista-funcionalista basadas en el discurso del desarrollo versus subdesarrollo con interpretaciones evolucionistas y, porque no darwinistas. Eran acciones ideológicamente trabajadas, al punto de sostener que el subdesarrollo no pasaba de una etapa, una fase que los países conocían en el transcurso del desarrollo” (SILVA, 2002, p. 105-106).

No podemos dejar de mencionar que aunque existieron influencias alemanas, anglosajonas y también de otros lugares para interpretar nuestro espacio geográfico, ninguna de ellas tuvo, el papel que adquirió la Geografía Francesa en la región.

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro define el período comprendido entre los años de 1968 a 1973 de “punto de mutación”. Es desde este punto de mutación que daremos inicio a un segundo momento en esta nuestra historia.

Segundo Período: la presencia de la NEW GEOGRAPHY

El “punto de mutación” que destaca Figueiredo Monteiro se refiere al momento de desarrollo de lo se llamó de Geografía Cuantitativa, o Teorética, otra forma de querer interpretar las relaciones entre el espacio y la sociedad.

Milton Santos sostiene “Ian Burton escribía en 1963 que la revolución cuantitativa había hecho de nuestra disciplina una ciencia respetable” (SANTOS, 1978, p. 45).

La necesidad de reafirmarse como ciencia trajo a la Geografía el lenguaje de las matemáticas lo que le aseguraría un conocimiento más preciso y la posibilidad de previsión. Según Milton Santos “se creía responder también

a una preocupación de rigor donde la noción de causa y efecto se imponía, con la ayuda de modelos lineales elaborados tanto para avanzar como para retroceder (...) Por otra parte, la utilización de análisis multifactorial debería, en el espíritu de los geógrafos cuantitativos resolver de una vez por todas las cuestiones intrincadas solicitadas por la multiplicidad de variables en juego y por la fragilidad, hasta entonces invencible, del trabajo interdisciplinar” (SANTOS, 1978, p. 45).

Por otra parte, los países de América Latina comenzaron a vivir dictaduras militares violentas (en Brasil a partir de 1964, y posteriormente en Uruguay, Argentina, Chile hasta mediados de los años de 1980) con fuertes persecuciones ideológicas que obligaron a varios científicos, entre ellos también geógrafos, al exilio. A su vez, se prohibió la entrada de publicaciones extranjeras que nos pudieran mostrar lo que estaba aconteciendo en el mundo intelectual. Aunque ya existían nuevas concepciones metodológicas, en nuestros territorios la cuantificación estaba en su auge, especialmente en el IBGE, en Río de Janeiro, en la Universidad Estadual de San Pablo con sede en Río Claro, en la Universidad de Buenos Aires, en la Universidad de Cuyo (Mendoza – Argentina) para mencionar algunos centros de investigación. Como afirma Borzacchiello da Silva “no tardó en servirse (la dictadura) de la geografía no solo para hacer la guerra, sino también para aniquilar áreas de congregación de ideas y resistencia. La exigua libertad, cuando existía, todavía era vigilada (...) La propuesta oficial quedó preñada de status. Una geografía elaborada en moldes matemáticos, tendía a ser, a los ojos de algunos técnicos ansiosos por reconocimiento y prestigio oficial, una geografía más exacta y más científica, amparada por fórmulas y modelos, alcanzaría mayor explicación y reconocimiento. Varios profesionales se tornaron ejecutivos de la geografía brasileña, se afirmaron a partir del golpe. Se intensificó el flujo Río de Janeiro, Brasilia, Washington. Perdía la sociedad, ganaba una vez más el Estado en un contexto cada vez más represivo y de exclusión” (SILVA, 2002, p. 75).

En el pensamiento de Figueiredo Monteiro el marco inicial de lo que él denominó la “proclamación oficial” de las nuevas prácticas de análisis geográfico fue el año 1968. Sin embargo, es significativo destacar que su aceptación no fue mucha. El generalizado uso de las matemáticas provocó una insatisfacción teórico-metodológica tanto entre los geógrafos como en todas las ciencias sociales.

Sostenemos también que ese período fue un momento especial de la Geografía latinoamericana. La praxis lo demostró, pues grandes geógrafos de los países citados fueron recibidos por otras naciones. Menciono a German Wettstein y Alvaro López Gallero (uruguayos), a Milton Santos y Josué de Castro (brasileños), a Pedro Cunill, Graciela Uribe, Eusebio Flores (chilenos), y a varios argentinos entre los cuales se encuentra el geomorfólogo Omar Barrera. Sociólogos como Nestor García Canclini y Marta Stemberg se exilaron en México. Todos ellos llevaron sus saberes y realizaron sus trabajos, en los países que los recibieron y aportaron al crecimiento del conocimiento latinoamericano.

Cabe destacar que la propia realidad latinoamericana entre las décadas de 1960 y de 1980, había pasado por profundos cambios. Desde el punto de vista institucional, después de la Segunda Guerra Mundial, un conjunto de científicos sociales como sociólogos, economistas, demógrafos y profesionales ocupados en el planeamiento y con los problemas del subdesarrollo, se reunieron en un centro de investigación que se denominó Comisión Económica para América Latina (CEPAL). Este grupo se tornó en una escuela de pensamiento teórico-científico, que los geógrafos empezaron a conocer y consultar. Profundas transformaciones espaciales estaban haciéndose eco de los cambios socioeconómicos y políticos mundiales. El espacio de Latinoamérica dejó ser predominantemente agrario convirtiéndose en un espacio urbanizado con grandes metrópolis y ciudades de varios millones de habitantes. Esta nueva realidad exigía otro tipo de investigación donde la vieja monografía y los enfoques tradicionales no resultaban suficientes. Los gobiernos militares pensaron resolver los problemas sociales que surgieron en las ciudades a través de los conceptos del planeamiento urbano, sin embargo no tomaban en cuenta ni del tamaño ni las situaciones sociales de las ciudades. La fiebre del planeamiento trajo de vuelta la influencia de los maestros franceses. Ideológicamente se pensaba que un instrumento técnico-político, podría no solo resolver los problemas de las desigualdades sociales, sino que también podría actuar como una importante herramienta de control social. Lo urbano y la ciudad se habían convertido en un campo de luchas sociales por mejores condiciones de vida y de trabajo. Lo real quedaba cada vez más lejos de todas las interpretaciones científicas. Aquí seguimos los consejos del maestro Monbeig quien en 1950 afirmaba frente a sus alumnos: “trabajando sobre lo real, es lo real que tenemos el deber científico de estudiar, huyendo de toda escleriosis, abandonando cualquier estrecha obediencia al método” (MONBEIG, 1957, p. 77).

En el período que estamos analizando hubo una tendencia mundial que buscó evidenciar la importancia de la “cuestión” ambiental. Paralelamente se produjo un aglomerado de mudanzas en los centros hegemónicos del poder mundial. Del Simposio de la Unesco en París (1968) al Congreso de Estocolmo (1972), las preocupaciones económicas fueron priorizadas respecto a las ambientales. “La polarización económica supera las regiones naturales, en la medida que los estudios de redes urbanas y microrregiones homogéneas pasan a definir los espacios geográficos” (MONTEIRO, 2008, p. 18-19).

Las últimas décadas del siglo pasado las trataremos en el tercer período porque nuevas circunstancias, en el decir de Ortega y Gasset, transformaron teórica, metodológica y sociopolíticamente el pensar y hacer de la Geografía.

Tercer período: nuevos caminos para recorrer

A partir de los años de 1980 reconocemos nuevas influencias teórico-metodológicas. Los filósofos comienzan a ser parte de nuestros conocimientos: Marx y Engels dieron las bases, pero luego llegamos a Althusser y, principalmente, a los libros de Henri Lefebvre (1970, 1974) sustentación de una Geografía afirmada en el materialismo histórico y dialéctico. También filósofos como Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, entre los más conocidos, respaldan una Geografía fenomenológica y humanista.

Los conceptos formulados por Henri Lefebvre en particular nos ofrecen una óptica diferente. Para este autor es preciso pensar el espacio en términos que expresen su carácter socialmente construido, con sus propiedades formales y materiales. De esa forma Lefebvre (1974) define al espacio como producto de las relaciones sociales y a la naturaleza como materia prima de ellas.

Bajo esa concepción marxista del espacio se pusieron en relieve los contenidos políticos de la naturaleza y del territorio. “Al hacer abstracción de la naturaleza, de los recursos, del espacio y de los territorios, el desarrollo histórico de la sociedad moderna y el capitalismo aparece como un proceso interno autogenerado, de la sociedad europea que posteriormente se expande para las regiones “atrasadas”” (CORONIL, citado por LANDER, 2003, p. 35). Analizado desde ese punto de vista, desaparecen contenidos como las políticas de dominación de territorios, la explotación de los recursos y de la población en toda la historia de América Latina, así como también la desvalorización de la periferia; Europa es vista como el único sujeto histórico del capitalismo.

Con esa nueva concepción teórico-metodológica, sustentada en la relación tiempo – espacio y, por analogía, en el vínculo sociedad – naturaleza, retorna al Brasil después de un largo exilio de 13 años en Francia y otros países, el geógrafo Milton Santos. Monteiro, (2008) analiza esta circunstancia afirmando que, a partir de ese momento se produce en la historia de la geografía brasileña, el **período revolucionario**, comenzado por los movimientos teórico – cuantitativos que deseaban cambios importantes pero, desde su punto de vista, infelizmente la influencia anglosajona no tuvo, mucha aceptación en nuestra región latinoamericana. Continúa el autor mencionado afirmando que Milton Santos traía con él la experiencia de su presencia en el exterior, aparte de un número considerable de libros y artículos publicados sobre temáticas nuevas, “liderando” la radicalización de la disciplina con la propuesta de “Una Geografía Nueva”. Aquel proceso que ya se iniciara con las ideas de Pierre George, quien consideraba a la Geografía como una ciencia social, se efectiviza con la producción incontestablemente creciente de Milton Santos (1978, 1979, 1982, 1985, 1988, 1993, 1994, 1996a, 1996b, 2000) y con la de sus discípulos.

A partir del arribo de la Geografía Crítica al continente, entre finales de la década de 1970 y durante la década de 1980, con base teórica en el materialismo histórico y en la dialéctica, nuevas influencias vienen de Francia, ahora no solo de los geógrafos, sino también y principalmente de los sociólogos urbanos. En este momento se produce una ruptura con las antiguas formas de interpretar el espacio, y hay un mayor compromiso social en la investigación. Participamos de los movimientos sociales, tanto urbanos como agrarios y la investigación participativa se convierte en la sustentación teórico- metodológica de la actividad de los geógrafos latinoamericanos.

Con la Guerra Civil Española numerosos científicos huyeron para América Latina, llegando a los diferentes países de estos territorios. Entre ellos vinieron algunos geógrafos, haciendo sentir sus influencias especialmente en México y Cuba. Participando de las universidades, que los recibieran y donde tuvieran campo de trabajos. Los países de América Latina, y en especial México tuvieron un desarrollo intelectual muy intenso con la participación de los emigrados.

Una nueva corriente de influencia a partir de España, la recibimos en los finales de la década de 1970. Argentina, Chile, Colombia, Venezuela, México, Costa Rica, Puerto Rico y también en Brasil, se realizan convenios y se invitan profesores de las Universidades españolas, en especial de la Com-

plutense de Madrid y de las de Barcelona. Nombres como los de Aurora García Ballesteros, Joaquín Bosque Maurel, José Estébanez Álvarez entre otros de Madrid. De Barcelona, tenemos que mencionar Horacio Capel, Carles Carreras i Verdaguer e María Dolors García Ramón y Carmen Miralles, reciben en sus cursos y dirigen tesis de sus alumnos de América Latina. En estos países, aparte de dictar conferencias, transmitir sus conocimientos en los cursos a los que fueron invitados, desde la Patagonia hasta el Río Grande en el límite con los Estados Unidos, numerosos alumnos defienden sus tesis en los claustros españoles dirigidos por sus orientadores. También a partir de los años de 1980, fueron frecuentemente visitados en sus universidades, por profesores realizando sus pos-doctorados, y participando de trabajos de investigación publicados en conjunto. No puedo dejar de mencionar los numerosos trabajos y libros de esos autores que influyen en nuestras lecturas, clases e investigaciones.

A partir de los años 2000, se inicia también una fuerte relación por conocer los trabajos sobre geoinformática o geoprocésamiento y tengo que destacar aquí el interesante papel desempeñado por Joaquín Bosque Sendra, de la Universidad de Alcalá de Henares. Su presencia gana relevancia en los países de América Hispánica: Puerto Rico, Venezuela, Honduras, Guatemala así como en México, Chile, Bolivia y Argentina. Interesante que esos conocimientos son solicitados no solo por geógrafos, como por otras disciplinas en especial relacionadas a problemas ambientales.

La revista de Geocrítica y los encuentros del mismo nombre, organizados por el Prof. Dr. Horacio Capel, desde 1970, tienen un papel preponderante en la formación intelectual de los geógrafos de América Latina. Vale mencionar la importancia que posee publicar en la revista y presentar comunicaciones en esos coloquios.

En 1987, por iniciativa del geógrafo Antonio Olivio Ceron de la Universidad del Estado de San Pablo con sede en Río Claro (un importante centro de estudios y de investigación del interior del Estado de San Pablo), se organiza el primer Encuentro de Geógrafos Latinoamericanos. El propio Ceron explicó que en una reunión de la UGI (Unión Geográfica Internacional) en Europa, se le reclamó la falta de un evento que reuniera a los geógrafos de América Latina. Él explicó que solamente cuando la democracia llegara a los países que estaban en dictadura podría hacerse realidad esa reunión. La participación en este evento de los geógrafos de la región no fue muy expresiva porque nadie tenía idea de lo que podría acontecer en ese encuentro.

También había un cierto prejuicio, que venía de la época de la dictadura y que consideraba que, quienes se reunirían en este evento, “eran cuantitativos”. Vencidas estas reacciones negativas la sorpresa fue interesante: la organización de este evento en Aguas de São Pedro, centro turístico vecina de Rio Claro, permitió conocer los trabajos de geógrafos de los otros países que componían esta realidad. Así, por primera vez, escuchamos los conceptos de espacio de autoría de Milton Santos en un trabajo presentado por la geógrafa Delfina Trinca Figueira de la Universidad de Mérida en Venezuela. En esa reunión, expusimos nuestra experiencia de investigación participativa, trabajo resultante de la vivencia con los movimientos sociales de la región este de San Pablo. En el encuentro conocimos tres eminentes geógrafos españoles que Ceron había invitado: los Profesores Doctores José Estébanez de la Universidad de Madrid, Carles Carreras i Verdaguer de la Universidad de Barcelona y Miguel Panadero Moya de la Universidad de Castilla la Mancha. En la asamblea de cierre de la reunión, se votó cuál sería el país que recibiría el segundo encuentro. El Prof. Dr. Álvaro López Gallero de la Universidad Nacional de Uruguay, se responsabilizó por la realización del próximo EGAL. Además se estableció que al mismo serían invitados los geógrafos cubanos. En esa primera reunión se trazaron algunos criterios que se respetan hasta hoy al momento de organizar los Encuentros de Geógrafos de América Latina (EGALES). En el segundo Encuentro de Geógrafos de América Latina, en Montevideo (Uruguay), comienzan a participar los geógrafos cubanos, a los que recibimos con mucho interés pues deseábamos conocer los estudios geográficos de este país. En los siguientes EGALES, realizados en los diversos países del hemisferio norte y del hemisferio sur de América Latina, fuimos conociendo grandes nombres de geógrafos invitados que participaron con nosotros en el desarrollo de conocimientos sobre nuestra realidad, y que pensaron con nosotros el espacio latinoamericano. En el tercer encuentro en Toluca (México), participaron Aurora García Ballesteros y Joaquín Bosque Maurel, ambos de la Universidad Complutense de Madrid. En el cuarto en Mérida (Venezuela) le dieron el título de Profesor *Doctor Honoris y Causa* a Jean Tricart. En este evento también contamos con la presencia de algunos de los profesores españoles, que seguían las concepciones geográficas de Milton Santos. El quinto encuentro, realizado en La Habana (Cuba), fue paralelo a la reunión de los geógrafos de la UGI. Al sexto EGAL celebrado en Buenos Aires, los geógrafos argentinos invitaron como conferencistas a Horacio Capel, a David Harvey, Edward Soja y Maria Dolors García Ramón. Ellos también participaron en los debates que tuvieron lugar en las mesas redon-

das y comunicaciones presentadas. En algunas de esas reuniones, se hacían presentes geógrafos portugueses, españoles y franceses, para, juntos a los latinoamericanos, investigar y participar de nuestras experiencias.

Fernando Carreto Bernal, geógrafo de la Universidad Autónoma de México, publicó un trabajo titulado de “Tendencias del pensamiento geográfico en América Latina. Una perspectiva desde los Encuentros de Geógrafos de América Latina 1987-2001” (BERNAL, 2003, p. 325-339). El autor presenta un balance del quehacer geográfico desarrollado en los EGALES. Carreto Bernal afirma que en el período comprendido entre los años 1987 y 2001 se han realizados 8 encuentros con una participación de 3493 personas. Es un número expresivo del interés que cada vez más despiertan nuestras reuniones. En los encuentros posteriores los números de geógrafos fueron multiplicándose así como los países representados, aunque la proporción de brasileños siempre fue y es muy grande.

Interesa también resaltar que los que iniciaron estas reuniones, se preocuparon en no crear una estructura jerárquica que encorsetara la realización de esos eventos o que pudiesen afectarlos por problemas políticos. La organización de ellos debería recaer siempre en una universidad, preferentemente pública, aún cuando el país contara con pocas condiciones económicas para su realización. Se prioriza que los participantes tengan la posibilidad de mantener intercambios intelectuales y, a través de los debates, realizar reflexiones profundas. Hay también una preocupación para que en cada nuevo encuentro se invite a un país que todavía no hubiera participado o donde la Geografía no se encuentre institucionalizada. Así en Costa Rica, conocimos geógrafos de Honduras, Nicaragua y Guatemala y, en Lima, tomamos conocimiento de la existencia de un curso de Geografía en la Universidad San Andrés de La Paz en Bolivia. Estos cursos de Geografía ya mostraron interés de ser sedes de futuros EGALES.

Hasta el encuentro de Puerto Rico, en 1999, la presencia de Milton Santos fue determinante. En sus conferencias de apertura o de cierre, dictadas en español, discutía cuestiones teórico-metodológicas, poniendo énfasis en su preocupación por “una Geografía nueva”, crítica, dinámica y, sobretodo, comprometida con la realidad de América Latina. En cada encuentro presentaba siempre conceptos nuevos, producto de sus investigaciones, tales como el de “medio técnico-científico-informacional”, orientado a definir el tiempo presente de nuestra realidad, el de “formación socio-espacial”, diferentes definiciones de espacio (siempre concebido como una categoría

social) y sus respectivas ontologías, la idea de totalidad, la reflexión sobre los vínculos entre la totalidad y el lugar, el concepto de territorio y el de psicoesfera, la propuesta de otra globalización, en fin una base epistemológica fundamental para sustentar, con evidencias cada vez más actuales, nuestras investigaciones de lo real en América Latina . Sus principales libros fueron traducidos al español tanto en España, en México o en Argentina para que en todos los encuentros los participantes tuvieran acceso. En la bibliografía menciono algunos de ellos. En una entrevista que le hicieron en el año 2000 Milton Santos definió así a la Geografía: “Mi propia definición resulta de una confrontación crítica con otras definiciones, aquellas que yo aprendí y que enseñé y concuerda con la práctica, en el sentido de su relación con la producción del saber, esto es, en relación con la llamada realidad y con la posibilidad, que es el deseo de toda ciencia social, de producir un discurso intelectual que pueda ser base de un discurso político” (SANTOS, 2000b).

En el año 2003 en la ciudad de Mérida (México), los organizadores del EGAL crearon el PREMIO MILTON SANTOS, para homenajear a los geógrafos de América Latina que sembraron y se preocuparon por difundir la Geografía en sus países y, en algunos casos, a nivel internacional. En abril de 2015 se está realizando el XV EGAL en la ciudad de Habana (Cuba).

Finalmente, ¿cuál es nuestro futuro?

En el EGAL en San Pablo, en 2005, sustentado en la Filosofía mestiza, de Michel Serres (1993) y en el “El Pensamiento Mestizo” de Serge Gruzinski (2000), propusimos la creación de una Geografía Mestiza, en la cual nos preocupásemos por estudiar el espacio de América Latina, producto de su sociedad mestiza (LEMOS, 2006).

También pensamos que siempre tendremos que partir del concepto de espacio de Milton Santos que nos dice que éste es la acumulación desigual de los tiempos. ¿A qué tiempos nos referimos? ¿Cómo capturar espacialmente esos tiempos diferenciales de América Latina? Proponemos para ello la definición de Carlos Fuentes en su libro “Tiempo mexicano”, que es también latinoamericano, que es resultado de ser mestizo y nos dice:

“La premisa del autor europeo es la unidad de un tiempo lineal que progresa hacia adelante dirigiendo, asimilando el pasado. Entre nosotros en cambio, no hay un solo tiempo: todos los tiempos están vivos, todos los pasados están presentes. Nuestro tiempo se nos presenta impuro, cargado

de agonías resistentes. La batalla es doble: luchamos contra un tiempo que, también, se divierte con nosotros, se subvierte desde nosotros, se convierte en nombre nuestro” (FUENTES, 1989, p.14).

Este debe ser el paradigma de nuestras pesquisas, las diversidades de tiempos que construyen los espacios de América Latina.

Referencias bibliográficas

BERNAL, Fernando Carreto. 2003. Tendencias del pensamiento geográfico en América Latina. Una perspectiva desde los Encuentro de Geógrafos de América Latina 1987-2001. En *Unidad y Diversidad del pensamiento geográfico y el mundo. Retos y perspectivas*, eds. Vincent Berdoulay y Héctor Mendoza Vargas, 325-339. México: Instituto de Geografía, UNAM.

CAPEL, Horacio. 1999. *O nascimento da ciência moderna e a América*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá.

CHIOZZA, Elena. 1987. Estudio preliminar. En *La República Argentina. La valorización del país*. Pierre Denis, 7-26. Buenos Aires: Ediciones el Solar (primera edición 1920).

FUENTES, Carlos. 1989. *Tiempo Mexicano*. México: Cuadernos de Joaquín Mortiz.

GRUZINSKI, Serge. 2000. *El pensamiento mestizo*. Buenos Aires: Paidós.

IANNI, Octávio. 2000. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LANDER, Edgardo (org). 2003. *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

LACOSTE, Ives. 1977. *La Geografía: un arma para la guerra*. Barcelona: Anagrama (primera edición 1976).

LEFEBVRE, Henri. 1970. *La revolution urbaine*. Paris: Gallimard.

LEFEBVRE, Henri. 1974. *La production de l'espace*. Paris: Editions Anthropos.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de. 2006. *América Latina: À procura de uma geografia mestiça*. En: *Questões Territoriais na América Latina*, Eds. A.I.G

de Lemos, Maria Laura Silveira, Mónica Arroyo, 27-37. Buenos Aires-San Pablo: CLACSO- Universidad de San Pablo.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de 2009. Uma viagem pela geografia latino-americana: suas tradições e perspectivas, En: Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig, eds. A.I.G Lemos, E. Galvani, 19-36. San Pablo: Departamento de Geografia, Universidad de San Pablo-Expressão Popular, CLACSO livros.

MACHADO, Lia Osorio. 2000. "As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do Século XX". Terra Brasilis 2: 11-31.

MONBEIG, Pierre. 1957. Novos estudos de geografia humana brasileira. San Pablo. Difusão Européia do Livro.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. 2008. Geografia sempre. O homem e seus mundos. Campinas: Edições Territorial.

SANTOS, Milton. 1978. Por Uma Geografia Nova. San Pablo: HUCITEC.

SANTOS, Milton. 1979. O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SANTOS, Milton. 1982. Pensando o Espaço do Homem. San Pablo: HUCITEC.

SANTOS, Milton. 1985. Espaço e Método. San Pablo: NOBEL.

SANTOS, Milton. 1988. Metamorfoses do Espaço Habitado. San Pablo: HUCITEC.

SANTOS, Milton. 1993. A Urbanização Brasileira. San Pablo: HUCITEC.

SANTOS, Milton. 1994. Por Uma Economia Política da Cidade. San Pablo: HUCITEC/Educ

SANTOS, Milton. 1996a. De la Totalidad al Lugar. Barcelona: OIKOS-TAU.

SANTOS, Milton. 1996b. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. San Pablo: HUCITEC.

SANTOS, Milton. 2000a. Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro - San Pablo: RECORD.

- SANTOS, Milton. 2000b. Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos, eds Odette Seabra, Monica de Carvalho y José Correa Leite. San Pablo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SANTOS, Milton. 2004. Testamento Intelectual. Entrevista realizada por Jesus de Paula Assis e Maria Encarnação Sposito. San Pablo: UNESP.
- SERRES, Michel. 1993. Filosofia mestiça. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SILVA, José Borzacchiello da. 2002. França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso. Fortaleza: Edições UFC.
- UGI. 1959. Comptes Rendus Du XVIII Congrès International de Géographie, Brésil, Rio de Janeiro, 1956. Actes Du Congrès. Tome premier Rio de Janeiro.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1996. Impensar las ciencias sociales. México: Siglo XXI.
- ZUSMAN, Perla y PEREIRA, Sergio Nunes. 2000. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. Terra Brasilis 1: 51-74.
- ZUSMAN, Perla. 2001. Naturaleza y Tradición en los Orígenes de la Geografía Argentina. El proyecto disciplinario de Elina Correa Morales. Terra Brasilis 3: 79-109.

NOVAS CORRENTES DE PENSAMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA AMÉRICA LATINA

PROF. DR. RAÚL BERNAL-MEZA¹⁷

Las políticas exteriores tienen, entre los componentes que definen su formulación y que se expresan en su praxis, ideas o visiones sobre los asuntos internacionales, mundiales y regionales. Estudios realizados en distintos países señalan que la adscripción a determinados paradigmas de relaciones internacionales tiene influencia en dichas visiones, que se proyectan a la política exterior, tanto a nivel del sistema internacional en su conjunto – desde una perspectiva multilateral o bilateral- como a nivel de los vínculos regionales y respecto de la integración y la cooperación. Dichas ideas, visiones o interpretaciones pueden proceder de los formuladores y tomadores de decisión de la política exterior y/o formar parte de la tradición de ésta. La identificación de estas fuentes no ha sido un tema trabajado por los estudios internacionales sino ocasionalmente. La exposición presenta investigaciones referidas a la identificación de estas ideas o visiones, en un grupo determinado de países (Colombia, México, Venezuela, Chile, Brasil, Cuba), a través del análisis de los estudios aplicados a la política exterior y en general a las relaciones internacionales, publicados en artículos científicos y libros; en el período 2003-2013. El objetivo es identificar coincidencias y diferencias para la concertación de políticas de integración y cooperación regionales.

17. Investigador Asociado del INTE- Universidad Arturo Prat (Chile). Profesor Titular de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires y Profesor de la Universidad de Buenos Aires.

VENEZUELA

De ser un país en el cual tradicionalmente la acción internacional jugaba un papel constructivo (convivencia con las naciones, articulación de iniciativas a favor del equilibrio internacional, defensa de la libertad y la democracia, consolidación de la integración e iniciativas en búsqueda de la paz) se pasó a desarrollar una estrategia internacional con un marcado perfil ideológico, orientada a la construcción de una nueva geopolítica mundial y la búsqueda de mayor liderazgo mundial. Esa política exterior se desarrolla en el marco del llamado “Socialismo del siglo XXI” y es la profundización, proyección y expansión que inspira la “Revolución Bolivariana”. El proyecto geopolítico de Chávez persigue servir de expresión de un movimiento continental para aglutinar a las fuerzas de izquierda radical del hemisferio y que están enfrentadas ideológicamente a los EE.UU. (González Urrutia,2008). La elección de Chávez (1998) y los cambios introducidos en el sistema político (nueva constitución en 1999) y la instauración de nuevos mecanismos políticos como la Asamblea Nacional unicameral, en el marco de la deslegitimación de los partidos y actores políticos tradicionales, se asociaron con cambios significativos en la política exterior del país, tanto en términos de sus temas y objetivos prioritarios, fuertemente signados por una visión ideológica radicalizada y la progresiva reivindicación de una orientación bolivariana, como en un estilo personal muy activo de alta visibilidad (especialmente mediática) del presidente en el entorno internacional y con mucha repercusión (Serbin,2010).

El proyecto bolivariano de Chávez apuntó a la creación de “nuevos polos de poder”, en un intento por provocar el debilitamiento de la hegemonía del “imperialismo norteamericano”.

Desde la llegada al gobierno de Hugo Chávez, la política exterior de Venezuela fue construyendo un discurso internacional que reflejaba la visión del mundo de la llamada “revolución bolivariana” y que se sustenta en una reconceptualización o actualización sui generis del pensamiento de Simón Bolívar. Es una construcción ideológica promovida por Hugo Chávez y que comparten otros presidentes de la región, como Rafael Correa (Ecuador), Evo Morales (Bolivia) y Daniel Ortega (Nicaragua), conocido como *bolivarianismo* o *bolivarianismo* (Bernal-Meza,2009; Aranda y Salinas,2013). Según sus impulsores, se basa en las ideas de Simón Bolívar, las que se pretende, pueden sostener un “socialismo del siglo XXI” (es decir post caída del socialismo real; en tiempos de hegemonía global de Estados Unidos y de glo-

balización). Esas ideas estarían contenidas en los escritos del Libertador –la Carta de Jamaica, el Discurso de Angostura y el Manifiesto de Cartagena– producidos durante su campaña libertadora.

La política exterior de Chávez reconoce dos etapas claramente delimitadas en el tiempo, tanto en sus acciones y propósitos como en sus métodos y objetivos. La primera se inició en 1999 y se extendió hasta mediados de 2004. Su sustento conceptual se encontraba en los lineamientos del Plan Nacional de Desarrollo 2001-2007, en el que se establecieron los objetivos correspondientes al capítulo de «Equilibrio Internacional». La segunda etapa comenzó aproximadamente en noviembre de 2004 y sus metas, planes y estrategias fueron definidas en los trabajos, las conclusiones y los documentos del Taller de Alto Nivel realizado en Caracas el 12 y 13 de noviembre, cuando se inauguró una nueva etapa, el «nuevo mapa estratégico de la Revolución Bolivariana». En la primera etapa, el Plan de Desarrollo Económico y Social 2001-2007 definió, en el acápite referido al Equilibrio Internacional, los principios y objetivos de la política exterior de Venezuela, que estarían orientados a «fortalecer la soberanía nacional y promover el mundo multipolar». (González Urrutia, 2006). El discurso oficial de los años noventa definía la política exterior como «una acción internacional multidisciplinaria que se materializa a través de una activa presencia en múltiples frentes, correspondientes a las diversas fachadas en las que actuamos en la escena internacional en virtud de nuestra especificidad como país, que es al propio tiempo caribeño, andino, amazónico, atlántico, en desarrollo, miembro de la OPEP e inmerso en un proceso de cambios sociales »¹. También se refería a una política exterior «orientada a la búsqueda de nuevos espacios en función de renovados valores políticos, sociales y éticos y a los esfuerzos desplegados para consolidar la integración latinoamericana y avanzar hacia la consecución de una sociedad internacional más democrática, justa y equitativa». Se apelaba a las ideas de justicia social, a una visión humanística de las relaciones internacionales y a la necesidad de privilegiar la integración, promover los derechos humanos y propiciar la configuración de un mundo más equilibrado, además del compromiso con la autodeterminación de los pueblos, la no intervención, la convivencia civilizada, el diálogo, la cooperación y la solidaridad. De este modo, el comportamiento internacional de Venezuela no implicaba cambios bruscos con los principios y valores que se habían sostenido hasta ese momento (González Urrutia, 2006:161). La *nueva etapa* de la política exterior se inicia luego del triunfo de Chávez en el referéndum revocatorio de agosto de 2004,

que constituyó un momento de inflexión, que se expresó en la sustitución del esquema tradicional de inserción internacional de Venezuela. Así, la consolidación del proyecto revolucionario y la conformación de alianzas geopolíticas y estratégicas con otros países pasaron a ser los ejes centrales de la política exterior (González Urrutia,2006:165).

Los principios en que se sostiene la política del Estado derivan de la doctrina de Simón Bolívar, lo que está establecido por la propia Constitución.¹⁸ Uno de los rasgos más visibles de esta política exterior es la utilización permanente de una dialéctica de confrontación con aquellos países que considera sus adversarios, lo cual, según González Urrutia (2008), ha generado un clima de animosidad sin precedentes en las relaciones internacionales contemporáneas de Venezuela. A los tres rasgos del pasado (excepcionalismo, presidencialismo, activismo), se agregaron una visión geopolítica e ideológica del sistema internacional, la influencia del modelo cubano (país pequeño y alto protagonismo internacional) y la visión bolivariana (mesianismo, caudillismo y liderazgo de Venezuela), en el hemisferio y la integración. Se advierte en esto la influencia de la formación militar: visión estratégico-militar de las relaciones de poder entre las naciones, la percepción de la intervención externa y el imperialismo, con una fuerte influencia del pensamiento de la izquierda latinoamericana de los 60, con una visión simplista y maniquea del sistema internacional (Serbin,2010).

El *bolivarismo* considera que la proyección actual del pensamiento del Libertador es la lucha contra la actualización del "monroísmo", cuyos mecanismos instrumentales son la OEA, el TIAR y el proyecto ALCA."Esta lucha por la segunda independencia necesitaba de la construcción de la patria bolivariana, es decir, de un nuevo polo de poder y equilibrio mundial frente al hegemonismo del imperio yanqui y del imperialismo en general".¹⁹

El cronotopo bolivariano confiere a Chávez una representación del mundo que orienta su acción política. Dicho evento, la unidad/convergencia latinoamericana, no se concluyó durante la vida del Libertador, por lo que

18. "La República Bolivariana de Venezuela es irrevocablemente libre e independiente y fundamenta su patrimonio moral y sus valores de libertad, igualdad, justicia y paz internacional en la doctrina de Simón Bolívar, el libertador"; Constitución Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, Gaceta Oficial Extraordinario (5,453), Caracas, 24 de marzo de 2000, p. 3.

19. Coordinadora Continental Bolivariana, *Llamamiento*, 9 de agosto de 2003. Citado por Aranda y Salinas (2013).

quedó pendiente (Aranda y Salinas,2013:89). De allí la necesidad de impulsar el proyecto integracionista hemisférico.

Ven al proceso de globalización como un desafío ineludible, que presenta enormes riesgos para los países latinoamericanos, frente a lo cual el mecanismo de defensa es la integración en bloques regionales, razón que justifica la promoción de la Alternativa Bolivariana para América Latina y Caribe, ALBA, como un instrumento contrahegemónico. Como fundamento para la política exterior, la visión bolivariana considera que hoy, tal como aconteció en las primeras décadas del siglo XIX, existe una similar necesidad de acción común por parte de los pueblos hispanoamericanos; porque el entorno internacional les presenta similares amenazas, como son las políticas colonialistas de los imperios, que ahora son representados por Estados Unidos y sus aliados (Bernal-Meza,2009). “El bolivarianismo chavista actúa con un doble rechazo: por una parte rechaza a las élites nacionales y, por otra, se opone al marco internacional dominado por lógicas económicas liberales” (Aranda y Salinas,2013:82). Desde estas perspectivas, ALBA es el proyecto que permitiría concluir la obra del Libertador. “Su nombre apunta a la actualización de la *Patria Grande* del imaginario bolivariano(...)”. El propio término bolivariano termina por identificar al ALBA con el propio gobierno de Chávez, vinculando de manera directa la experiencia política nacional con un proyecto ambicioso de dimensiones latinoamericanas. El *ethos* declarado del proyecto integracionista es ejecutar la segunda y definitiva independencia, pero a una escala regional (Aranda y Salinas,2013:88). Se propone una nueva definición de la integración regional centrada en la visión “anfictiónica” inspirada en el ideario de Simón Bolívar, que llamaba a la conformación de una Confederación de Naciones Unidas por un pacto que abarcaba todos los ámbitos, incluyendo un “pacto militar” de defensa ante las amenazas externas. Las propuestas de ALBA y UNASUR se inscriben en la estrategia para desmarcarse de la visión capitalista y neoliberal de la economía al tiempo que mantener la confrontación con EE.UU. (González Urrutia, 2008). En consecuencia, toda visión de regionalismo, en el caso venezolano actual, incorpora tanto una dimensión geoestratégica vinculada a la construcción de bloques y de alianzas militares, como una dimensión societal que apunta, más allá de las iniciativas intergubernamentales, a la incorporación de organizaciones y movimientos sociales favorables al proyecto bolivariano, sobre la base de la promoción de una agenda social. En este marco ideológico se ubica el radical desplazamiento de la política exterior de la República Bolivariana de Venezuela, de privilegiar la integra-

ción y los vínculos con el mundo andino y caribeño, a priorizar una visión sudamericana del regionalismo, eventualmente asociada con una visión más amplia de la integración de toda América Latina y el Caribe en una Confederación o Unión de Naciones, para “sostener mejor la vuelta de (la) “mirada hacia el Sur” y comenzar a cortar lazos de dependencia centenaria con el Norte”.²⁰ (Serbin,2010).

Entre los diez objetivos aprobados en el marco de un taller de alto nivel (después del triunfo en el referéndum revocatorio de 2004), figura como objetivo No. 10: “Seguir impulsando el nuevo sistema internacional multipolar”²¹. En este marco Chávez enumeró, en función de una política exterior basada en las prioridades geopolíticas, cinco polos de poder en el mundo —Europa, Asia, África, Norteamérica y Sudamérica— y planteó, para la época y a nivel regional, la conformación de dos ejes contrapuestos, por un lado, el eje Caracas, Brasilia y Buenos Aires y, por otro, Bogotá, Quito, Lima y Santiago de Chile, éste último eje dominado, según su percepción, por el Pentágono, en el entendido de que los gobiernos de Lula Da Silva y de Néstor Kirchner se alineaban con su posición antiestadounidense. El Canciller Nicolás Maduro, planteaba en este marco, en agosto del 2007, que “la política exterior venezolana debe pasar a una ofensiva especial” que “se traduce en un combate que se da en Venezuela y en el mundo todos los días. Es el combate por un mundo multipolar, pluripolar, democrático y sin imperialismo”. La reforma constitucional propuesta planteaba, en su artículo 152 la orientación de la política exterior “hacia la configuración de un mundo pluripolar, libre de la hegemonía de cualquier centro de poder imperialista, colonialista o neocolonialista” y el artículo 153 incluía “la promoción de la confederación y la unión de América Latina y el Caribe”, con el objetivo de “conformar un gran bloque de poder político, económico y social”, en una profundización de los enfoques ya perfilados desde el 2004 en la política exterior de Venezuela, y en una más marcada confrontación con los EEUU. (Serbin,2010).

Señala Boersner (2005) que un tema reiterado del discurso de Hugo Chávez ha sido la idea de que la integración latinoamericana, “y, sobretodo, la sudamericana, debe ser ante todo política y militar, dejando el aspecto económico

20. Guerrero, Modesto Emilio (2006) El MERCOSUR y la Revolución Bolivariana, Caracas: CEFOCOTRAC, p. 1.; citado por Serbin (2010).

21. Chávez Frías, Hugo (2004) “El nuevo mapa estratégico”, Taller de Alto Nivel, Caracas, 12 y 13 de noviembre de 2004; citado por Serbin (2010).

y social para una segunda etapa”, de una manera similar a la estrategia seguida en el plano doméstico. En la perspectiva bolivariana las consideraciones comerciales y financieras en torno al regionalismo están totalmente opacadas por las consideraciones ideológicas, políticas, geopolíticas y sociales. En este marco, en la actualidad, el regionalismo es entendido por el gobierno bolivariano, como una gestión eminentemente gubernamental, a partir de la interlocución política y no necesariamente económica o técnica, con otros gobiernos, asumiendo todo regionalismo como un proceso eminentemente inter-gubernamental, con limitada o nula participación de otros actores, con la excepción de los movimientos sociales y políticos que adhieren al ideario del Presidente y que son instrumentales a su proyecto (Serbin,2010).

El ideal bolivariano relanzado desde Caracas presentó una relación asimétrica hasta la muerte de Chávez. Una política exterior con innumerables iniciativas para captar apoyos y, en su reverso, el apoyo de una parte de las izquierdas latinoamericanas, lo que no permitió conformar una organización bolivariana internacional realmente importante. El Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores de Venezuela señaló que el proyecto político bolivariano en el siglo XXI se articulaba en torno a seis ejes: 1) la construcción de un pacto entre repúblicas a través de mecanismos institucionales de diálogo y de participación popular, 2) la complementación productiva mediante un modelo económico humanista, soberano y ambientalista; 3) un modelo democrático socialmente incluyente, plural, participativo, popular y protagónico; 4) la diplomacia de los pueblos. Esto es, la participación de los movimientos sociales y organizaciones populares en la toma de decisiones de los pactos de integración; 5) la integración multidimensional: política, económica, cultural, social, étnica y ambiental; 6) la integración del sur como génesis de la unificación latinoamericana y caribeña (Aranda y Salinas,2013:117-8).

Chávez impulsa la creación de la *Coordinadora Continental Bolivariana*, destinada a concentrar las fuerzas sociales y políticas que comparten el ideario chavista. Pero el desafío no es sólo hemisférico: es el apoyo a todas las luchas independentistas, libertarias y antiimperialistas de los pueblos de todos los continentes. Según González Urrutia (2008), la estrategia de construir un mundo multipolar parte de premisas como: articulación de nuevos polos geopolíticos de poder, la definición de nuevos mecanismos de integración, el afianzamiento de intereses políticos comunes, la internacionalización de la variable energética, la construcción de nuevos esquemas de cooperación económica y financiera, el desarrollo de una plataforma mun-

dial de formación política dirigida a los movimientos sociales , académicos y políticos que comparten la visión del proyecto bolivariano y que puedan generar apoyos al proceso.

Esta visión del mundo, en el cual la lucha contra el imperialismo se da a escala planetaria, es la que fundamenta la incorporación de otras líneas de pensamiento en relaciones internacionales para enfrentar las “estructuras hegemónicas de poder”, tal la del autor argentino Marcelo Gullo.

El Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela publicó un documento que resume la doctrina y el marco teórico que sustenta la política exterior del país (Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, República de Venezuela,2012). Allí se señala que las iniciativas estratégicas de la política exterior se conciben como un elemento clave que permitiría a Venezuela alcanzar lo que Gullo (2008a) denomina «umbral de poder»; es decir, un estadio de desarrollo que permite a un Estado superar la condición de periférico y por ende la de subordinado. Según el autor (*Ídem*), el sistema internacional consta básicamente de estructuras hegemónicas de poder donde destacan estados subordinantes y estados subordinados. Cuando los últimos alcanzan el «*umbral*» de poder pueden volverse estados subordinantes si su desarrollo industrial, además de la conformación de élites y cuadros políticos, va acompañado de una reflexión seria sobre la subordinación ideológica derivada de las estructuras hegemónicas de poder. Esta reflexión debe transformarse en «insubordinación fundante», es decir, una actitud emancipadora con respecto al pensamiento dominante; sólo si esto ocurre, el país en cuestión dejará de ser periférico (p. 13-14). “La política exterior de la República Bolivariana de Venezuela debe estar orientada hacia el incremento de su «umbral de poder» (Gullo 2008). El elemento de análisis parte de la comprensión de que se requiere superar nuestra condición de estados subordinados o periféricos, sujetos a las normas reguladoras del centro, e identificar con qué estrategias y acciones lo lograremos” (p. 31); para luego concluir que “La diplomacia blanda se perfila como una estrategia de arquitectura compleja, pues su objetivo central es la superación de nuestra condición periférica. Esto sólo puede materializarse a través de una consistente insubordinación ideológica (Gullo 2008) frente a toda forma de dominación imperialista. En sí, la insubordinación ideológica representa la primera etapa del proceso emancipador de la Revolución Bolivariana” (p.37). En síntesis, el documento de política exterior hace suyas lo que denomina como la Teoría de la insubordinación fundante y utiliza los conceptos - elaborados por Marcelo Gullo- de “umbral de

poder”, “estados subordinantes y estados subordinados”, “insubordinación ideológica” e “insubordinación fundante”.

El documento oficial hace referencia en diversos momentos a conceptos y categorías *estructuralistas* y de los enfoques de la *Dependencia* –como centro y periferia, Estados subordinados o periféricos- lo que expresa también la adscripción conceptual de la formulación de política a la epistemología del *estructuralismo latinoamericano*.

La formulación de Gullo (2008), *insubordinación fundante*, tiene tres líneas de sustento teórico, las que también confluyen con las visiones de la “revolución bolivariana” y la actualización del pensamiento de Bolívar. Estas líneas son: el pensamiento estructuralista (porque hace referencia a la modelización centro-periferia); el realismo (porque hay una visión hobbesiana del mundo) y su sistema de categorías y la propia formulación de la insubordinación fundante. Ésta se sostiene entre hipótesis: 1) los Estados que se encuentran en la periferia de la estructura del poder mundial sólo pueden trocar su condición de “objetos” convirtiéndose en “sujetos” de la política internacional a partir de un proceso de *insubordinación fundante*; 2) en el origen del poder de los Estados está, generalmente, presente el *impulso estatal*, que es el que provoca la reacción en cadena de todos (los) elementos que componen, en potencia, el poder de un Estado; 3) todos los procesos emancipatorios exitosos fueron el resultado de una adecuada conjugación de una actitud de insubordinación ideológica hacia el pensamiento hegemónico y de un eficaz impulso estatal (Gullo,2010:21).

Para este autor –y que claramente es lo que sostuvo la construcción de alianzas internacionales de Chávez- “el poder ha sido y es la condición necesaria para atemperar, neutralizar o evitar la subordinación política y la explotación económica. (...) el poder es la condición *sine qua non* para garantizar la seguridad y neutralizar la codicia” (p. 25).

CHILE:

El país que más tempranamente asume un paradigma (externo) de política exterior es Chile, que desde la década de 1830, aplica el *equilibrio de poder*²². Desde entonces, esta adscripción paradigmática fue evolucionando

22. Cfr. BURR, Robert (1967), *By Reason or Force: Chile and the Balancing of Power in South America (1830-1905)*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.

hacia el *realismo*, con una aplicación específica en el contexto de sus relaciones bilaterales-fronterizas con los vecinos del norte, a partir de comienzos de los años de 1990, mientras que en lo general va siendo sustituida por el multilateralismo y una visión más idealista de las relaciones internacionales. Como lo expresó A. van Klaveren (2012), el país evolucionó desde las ideas de Hobbes -siglo XIX- a Grocio -siglo XXI-.

De manera general –y ésta ha sido una tradición, no sólo de la política exterior chilena, sino de la gran mayoría de países de la región- el discurso gubernamental sobre política exterior ha apelado al concepto clásico de *interés nacional*, lo cual ha remitido a la presencia de fuertes elementos del realismo, más allá del hecho que se haya podido intentar una definición más específica de lo que es el interés nacional como señala Artaza (2012). Sin embargo, la apelación a conceptos realistas –como interés nacional y equilibrio de poder- ha estado más bien restringida al contexto de las relaciones vecinales y, en el caso concreto del *interés nacional*, a su difusión al ámbito de la política interna, por la ambigüedad que brinda su apelación terminológica y lo indefinible que resulta en su materialización. El *utilitarismo*, en este caso, no sería tampoco el único ejemplo (Bernal-Meza,2014).

La síntesis de nuestra interpretación sobre la política exterior desde el retorno de la democracia, puede expresarse en los conceptos de Estado logístico, multilateralismo *neoidealista y grociano*, *regionalismo abierto y realismo* (en las relaciones limítrofes con Perú y Bolivia), (Bernal Meza,2009).

En la visión contemporánea, coincidente con el período democrático a partir de 1990, se reconocen tres visiones o paradigmas influyentes en la política exterior: el realismo, el enfoque de economía política liberal (a través del “regionalismo abierto”) y el multilateralismo, imbuido, inicialmente, por el pensamiento idealista neo-kantiano (Bernal-Meza, 2010;2014).

Política exterior y diplomacia según las características del “trading State”²³ de Rosecrance y *pragmatismo*, acompañan desde el *Estado neoliberal* al modelo *logístico chileno* (Bernal-Meza,2009). Hay en la política exterior, desde el comienzo de los gobiernos de la Concertación, un enfoque predominante de economía política liberal, en el cual la visión optimista sobre la *globalización* –acompañada de la regionalización de una economía mun-

23. Que un historiador de las relaciones internacionales sitúa aún más atrás; cfr. Joaquín FERNANDOIS (2005), Cap. XVI.

dial en bloques- y el *regionalismo abierto* se entrelazan para influir decisivamente sobre el curso de la inserción internacional. La unificación del mercado mundial es vista como una consecuencia de la *globalización* y una realidad “global” (Insulza,1998).

De esta forma, el enfoque de relaciones internacionales que predomina en el período es el de economía política liberal, cuyo eje ordenador es el *regionalismo abierto*, que vehiculiza la apertura de la economía de mercado, con un sesgo de *realismo* y *pragmatismo* subordinado que le permite identificar dónde están los socios “naturales” del país (Bernal-Meza,2014)

La política exterior, bajo la prioridad de las relaciones económicas internacionales (Flisfisch,2012,Ross,2012;Fuentes,2010;Maira,2010) y de los asuntos económicos en la política exterior (Gálvez,2012), disminuyó su perfil político, resultando de ello una falta de conexión entre la formulación conceptual y de principios; entre el discurso internacional –en la medida que éste ha tenido una profunda carga valórica y conceptual relacionada con el pensamiento grociano y neokantiano- y la praxis, en cuanto ésta ha tenido un componente predominantemente *fenicio*.

La búsqueda del equilibrio de poder a nivel regional ha sido una de las “fuerzas profundas” de la política exterior chilena (Irigoín,2012). Si bien los Gobiernos de la Concertación hicieron especial señalamiento sobre las responsabilidades de Chile como actor en la salvaguardia de la paz mundial, donde la seguridad y prosperidad del país están ligadas a la estabilidad internacional que Chile apoya activamente, hubo continuidad de un enfoque de *realismo* (Garay,2012;Eckholt,2012) vecinal –con la excepción de las relaciones con Argentina- ahora bajo el régimen democrático y superados los diferendos limítrofes (Bernal-Meza, 2014).

Alberto van Klaveren (2012) ha señalado que la evolución de las ideas en la política exterior chilena respecto de la visión del mundo se adaptó a las condiciones que caracterizaron al sistema internacional y al cambio de las reglas de juego vigentes, que se sintetizan en el paso de un mundo inspirado en las ideas de Hobbes (siglo XIX) al de la predominancia de las ideas de Grocio, Vitoria y Suárez, que inspirarían el siglo XXI.

COLOMBIA:

Colombia parte de su formulación propia, el *réspice pollum*, que, desde la década de 1920 va a dominar la política exterior, generando la tradición

más permanente en el pensamiento sobre la inserción política internacional (Bernal-Meza,2005). Durante el siglo XX, Colombia no fue considerado tradicionalmente un país agresor con una política expansionista como sí fue el caso, por ejemplo, de Perú o de Chile, que entendieron sus imperativos geopolíticos como la expansión territorial y la anexión de nuevos territorios (Herz y Pontes, 2002, pp.39-48; en Ruiz Vázquez (2012). Betancourt (2012), afirma que el *respice polum* no se ha abandonado.

Según Flandes (2012), Los formuladores de política contemporánea de Colombia adoptaron el *Soft balancing* como opción estratégica. Se trata de una opción estratégica para las relaciones de las potencias secundarias con la potencia regional en regiones con bajos niveles de conflicto, en la que la rivalidad es reemplazada por patrones competitivos. El enfoque de *bandwagoning* (efecto de arrastre o seguidismo) de cara a EE.UU fue el pivote de la pol. ext. durante los años de Uribe y el relativo aislamiento de América del Sur fue la consecuencia de dicha orientación unilateral.

A diferencia de Brasil, Venezuela y Chile, que tienen políticas exteriores activas, Colombia tiene una política exterior reactiva. Durante esos años se llegó a percibir a Colombia como un “país problema”, que amenazaba la seguridad regional. La alianza incondicional con Estados Unidos y la relación especial remontaban al país al *respice pollum*. Desde la llegada de Santos –con un estilo pragmático y conciliador- se ha tratado de “desecuritizar” la relación con los países vecinos y con los Estados Unidos y se observa un mayor diálogo para el manejo de estos temas y una agenda más integral para el tratamiento de las relaciones bilaterales y regionales. Colombia ha solucionado grandes problemas de seguridad interna. En su política activa (actual) la diplomacia económica resulta prioritaria (Ardila,2012).

Colombia fue llamada la “Israel de América Latina” (Cardona,2011). Los elementos identificadores para esta calificación, que deriva de la propia visión colombiana de su política exterior son: la alianza incondicional con Estados Unidos y el aislamiento respecto de la región.

La presidencia de Santos, a partir de 2010, se caracteriza por un mayor pragmatismo y multilateralismo que la de Uribe (Flandes,2012).

La política exterior colombiana del gobierno de Uribe (2002-2010) fue dictada no sólo por imperativos de seguridad nacional enmarcados en la llamada Política de Seguridad Democrática, sino que influenciada de manera significativa por el estamento militar y los informes de inteligencia (Ruiz Vázquez, 2012)

Según Betancourt (2012), con Santos no ha habido cambios sustantivos en los fines y la aproximación a Latinoamérica se corresponde más con un cambio en los medios incitado por factores coyunturales, que con un renovado compromiso por construir cooperación e integración regional. En otras palabras, el “momento de América Latina” es más coyuntural que estructural.

A diferencia de muchos países de la región, Colombia no expresa interés en aumentar la autonomía frente a EE.UU y por ello los compromisos con la región son, más que un fin en sí mismo, un medio para la inserción internacional, pero, aún así, la región le es importante. Los desarrollos regionales (proyectos de integración) han apuntado a aumentar la autonomía frente a EE.UU. y ciertamente las transformaciones globales contemporáneas han favorecido este propósito. Sin embargo, la carencia de estrategias claras de construcción regional garantiza que éste no sea un fenómeno irreversible y que cambios en la coyuntura puedan llevar a un realineamiento con la potencia del norte, particularmente en los países que como Colombia, la relación con EE.UU. sigue siendo prioritaria (Betancourt,2012).

CUBA:

La política exterior de Cuba debe ser considerada como un instrumento normal de un Estado que se defiende, promueve sus intereses internacionales, y busca ejercer un papel protagónico en el ámbito mundial. Y, sí, Cuba fue sujeto, no simplemente objeto, en sus relaciones internacionales y ese comportamiento merece estudio. La otra cara de la misma moneda exige reconocer muchos elementos de altruismo en la conducta internacional de Cuba. El país desarrolló siempre una política exterior propia. (Domínguez, 2009:14).

La experiencia cubana: una isla que ha sabido reafirmar y proyectar su presencia internacional a pesar de sus escasos recursos y sus reducidas dimensiones, en función de un modelo ideológico consistente y, en algunas etapas, del desarrollo de una capacidad militar, al punto no sólo de proyectar su visión ideológica y de intervenir en conflictos en otras regiones sino también de contener o disuadir la posibilidad de una eventual invasión de los Estados Unidos (Serbin,2001).

Según Domínguez (2009), desde su inicio en 1959, la política exterior del gobierno de Fidel Castro demostró una comprensión nítida de las premisas neorrealistas. El neorrealismo proporciona un marco general para entender la política exterior del gobierno de Castro mejor que otras alternativas.

Para Serbin (2001), Cuba seguía una estrategia institucionalista para lograr un equilibrio neorrealista. Comprendió que una idea institucionalista clave servía a sus propósitos neorrealistas: los miembros de las instituciones internacionales sentían una viva preocupación por las normas y que Cuba podía usar para obtener el respaldo de dichos miembros a la hora de hacer frente a Estados Unidos.

Una estrategia institucionalista: Los neorrealistas “mantienen que las instituciones son básicamente un reflejo de la distribución de poder en el mundo. Se sustentan en los cálculos interesados de las grandes potencias, y no tienen un efecto independiente sobre el comportamiento del estado”. Si ello es así, la Cuba comunista debería haber permanecido al margen de las instituciones internacionales en los años 90. Por el contrario, Cuba siguió en los 90 una estrategia de alianza con nuevas organizaciones internacionales y de adaptación a las organizaciones internacionales que no se encontraban dominadas por Estados Unidos. Las organizaciones internacionales proporcionaron a Cuba una opción para hacer frente a Estados Unidos y romper su aislamiento. Cuba siguió también una estrategia institucionalista, en su contexto, por razones en las que convergen neorrealismo e institucionalismo. Las instituciones internacionales facilitan la transferencia de información, un activo valioso para un país aislado como Cuba.

Según Domínguez (2009) parte de lo que torna un país tan insignificante como Cuba en un caso interesante y mundialmente influyente es precisamente la combinación de *realpolitik* con altruismo y otros matices en una misma política exterior. La política exterior cubana fue, en primera instancia, una política exterior fidelista.

La estrategia de la política exterior de Fidel Castro era la de resolver el problema de la “anomalía cubana” al insistir en “la centralidad de Cuba”. Cuba era anómala por ser un candidato improbable para jugar un papel internacional tan significativo.

Dentro del marco general del razonamiento estratégico, tres tácticas cubanas merecen atención: la utilidad de la guerra, la utilidad de las conversaciones, y las prudentes limitaciones auto-impuestas sobre las actividades militares.

El gobierno cubano creía que la guerra es un instrumento útil de la política exterior. El rasgo central de la política exterior de Cuba, sin embargo, fue la creencia de sus líderes en la utilidad tanto de la guerra como de la diplomacia. Comprendió que debía dar respuesta a una situación difícil

en el sistema internacional: cómo sobrevivir después de que sus mayores aliados se hubieran desmoronado y que las normas y los alineamientos internacionales dominantes se hubieran vuelto firmemente en su contra. Actuando como neorrealistas convencidos, los líderes cubanos redujeron el alcance de su anterior política exterior, ajustaron su economía a las nuevas circunstancias y forjaron una estrategia institucionalista para contrarrestar el poderío de EE.UU. y, colateralmente, obtener información y reducir la incertidumbre en torno a ese nuevo orden mundial.

Hay tres diferencias principales entre Cuba y otros países latinoamericanos en su inclusión respectiva en los asuntos internacionales. En primer lugar, Cuba cuenta con un sistema político enormemente centralizado que ha sido capaz de bloquear o contener el impacto de la globalización en el país. Las influencias normales que sobre la confección de la política exterior en otros países ejercen los conflictos sociales, económicos y políticos internos desempeñan un papel mucho menor en la configuración de la inserción internacional de Cuba. Y, en tercer lugar, desde alrededor de 1980 la diáspora cubana en Estados Unidos ha controlado en ocasiones el diseño y contenido de la política de EE.UU. relacionada con Cuba, y nunca ha dejado de influir en ese ámbito. Cuba posee un papel único en los anales de la política exterior de Estados Unidos en América Latina: ningún otro gobierno latinoamericano ha de hacer frente a una diáspora hostil e influyente en Estados Unidos (Dominguez,2009).

La política exterior cobra una importancia mayor en términos no sólo de desarrollo económico, sino para la supervivencia misma de un proceso revolucionario que busca, en las difíciles condiciones presentes preservar las conquistas fundamentales en el marco de la plena soberanía e independencia del país. Colapsados sus aliados principales en el sistema internacional, Cuba se enfrenta sola a la hostilidad de la superpotencia norteamericana, que mantiene un enfoque geopolítico de guerra fría sobre la isla, y persigue claramente el objetivo de liquidar esa experiencia (Montilla,1999). Según el autor, hoy puede hablarse de una latinoamericanización de la política exterior de Cuba. Actualmente, la política exterior cubana enfatiza la dimensión económica. No puede soslayarse que el revolucionarismo ha sido siempre un principio de la proyección internacional de Cuba, consistente con su régimen y liderazgo internos, a lo que se añade la necesidad para un estado pequeño de mantener en toda circunstancia una política exterior activa, si quiere evitar su subordinación a otras potencias y, en el caso cubano, a la potencia que ostenta la hegemonía hemisférica.

Cuba sigue practicando el internacionalismo, la solidaridad con otros pueblos, ya no con unidades militares, pero sí con ese enorme recurso humano con que cuenta, la ayuda civil para el desarrollo, concretada en médicos, educadores y técnicos. Ya no al nivel de los años setenta y ochenta, pero Cuba no ha renunciado a contribuir al desarrollo de países en condiciones aún más difíciles que la de ella (Montilla,1999).

Ha sido una política exterior en lo fundamental exitosa, lo que no quiere decir que no muestre también un saldo de reveses significativos, y lo que tal vez sea más importante, que estuvo inspirada en una concepción fundamentada lógicamente en la necesidad de dar respuesta a la hostilidad norteamericana, pero que desbordó hacia una visión un tanto utópica de las posibilidades reales de revolución mundial. De hecho, Cuba proclamó hasta mediados de los años 80s la revolución permanente, en particular en las áreas tercermundistas, como la vía directa para destruir a un imperialismo cuyas efectivas potencialidades fueron subestimadas (Montilla,1999).

Fidel Castro y su gobierno mantuvieron claras prioridades en su manejo de la política exterior. El principal propósito de ésta siempre ha sido apuntalar al régimen político en Cuba y defender su independencia frente a Estados Unidos, por supuesto, pero también frente a la Unión Soviética Y China en momentos de discrepancia con sus gobiernos. Siempre se le otorgó mayor prioridad a relaciones con otros gobiernos, si bien bajo condiciones claras, que a las relaciones con insurgencias en oposición a esos gobiernos. Siempre se le otorgó mayor prioridad a los asuntos políticos que a los económicos; durante todo el alfa y omega de gobierno de Fidel Castro, se sacrificaron los objetivos económicos, inclusive el bienestar del pueblo cubano, al logro de los objetivos políticos. Y, bajo ese esquema, hubo una selección racional de políticas exteriores para obtener esos resultados. (Dominguez,2009:15).

Ese orden de prioridades también llevó al gobierno cubano, después de 1990, a abandonar las dimensiones más revolucionarias de su política exterior, es decir, el apoyo a insurgencias en otros países una vez que faltaba el respaldo de la Unión Soviética y parecía abrumador el predominio internacional de Estados Unidos (Dominguez,2009:16).

MEXICO:

La importancia e influencia que tiene Estados Unidos sobre la inserción internacional y la política exterior mexicana hace que esa relación sea

absolutamente dominante en la configuración de las ideas que sostienen su política exterior. Según Blackmore y Pellicer la relación con EE.UU se conduce utilizando un discurso político nacionalista y defensivo, el cual es compartido por todas las élites políticas de la sociedad. Las relaciones políticas durante los últimos años no están orientadas por un proyecto integral, sino por la inercia de los problemas de seguridad en México (,2011, p. 45).

Para algunos especialistas, México ha tenido que recurrir al idealismo/liberalismo frente a su vecino del norte debido a que no cuenta con las capacidades militares necesarias para enfrentarlo de otro modo. Así, los principales instrumentos de política exterior de México han sido la negociación diplomática y los principios básicos del derecho internacional, los cuales han sido consagrados como principios normativos de la política exterior del país en la Constitución. En el mismo contexto los gobiernos mexicanos han recurrido a organizaciones internacionales para intentar resolver problemas de índole bilateral con Estados Unidos en el ámbito multilateral, cuando la opción bilateral se vislumbra como poco favorable. Ante el poderío hegemónico de Estados Unidos, México ha insistido en defender su soberanía nacional como vía para lograr cierto grado de autonomía, de acuerdo con la visión idealista (Garza Elizondo, Schiavon y Velázquez Flores, 2010:11).

Según la visión de Espinosa Cantellano (2010), la óptica ha cambiado. De una política exterior diseñada para la defensa de los intereses nacionales internos (Ojeda,1976:3), los cambios experimentados por el país en los últimos lustros exigieron una política exterior que también tomara en consideración la promoción y defensa de los intereses nacionales de carácter externo de México. Señala que en la actualidad, además de defender la independencia y la soberanía nacionales, la política exterior es un instrumento para lograr que las exportaciones de México lleguen a nuevos mercados y para promover la IED.

Según Garza Elizondo, Schiavon y Velázquez Flores (2010,10), el realismo fue el paradigma dominante en México entre el fin de la Segunda Guerra Mundial y mediados de la década de 1980, porque proporcionaba herramientas simples, pero útiles, para explicar el predominio, el conflicto, la cooperación, los obstáculos y otros fenómenos de la relación entre Mexico y Estados Unidos, mediante su énfasis en que las diferencias de poder entre ambos países era consistente con las características fundamentales de la asimétrica relación bilateral.

En la década de 1980, diversos especialistas utilizaron el enfoque de la interdependencia compleja para explicar la política exterior de México. El argumento con respecto a la relación con Estados Unidos ha sido que, ante la creciente interdependencia entre ambos países, éstos tienen que colaborar para resolver sus problemas comunes, privilegiando la cooperación sobre el conflicto (Garza Elizondo, Schiavon y Velázquez Flores, 2010:11-12)

El liberalismo cuenta en México con un considerable número de seguidores entre académicos y funcionarios del gobierno, quienes ven en la instauración de la democracia la clave para fomentar la cooperación en las relaciones bilaterales con aquellos Estados importantes para el país, lo que se habría aplicado durante la presidencia de Fox. Finalmente, para los seguidores del constructivismo, los valores tradicionales, la identidad nacional y la cultura política de México influyen en la formulación de la política exterior, y en la manera en que el país se relaciona con el resto del mundo. Los constructivistas argumentan que el sistema internacional no es una entidad física, sino que es una creación intelectual humana. Si las ideas o percepciones respecto al sistema internacional se modifican, entonces el sistema internacional también cambia. Para los constructivistas, el interés nacional se construye a partir de la identidad nacional. Entonces, la identidad nacional resulta una motivación fundamental para la conducta exterior de los Estados. Si un Estado se identifica exclusivamente consigo mismo, entonces hay anarquía. Por el contrario, si el Estado se identifica con los demás actores internacionales, entonces se genera una lógica de sociedad internacional. En otras palabras la estructura internacional se construye con base en la distribución de las identidades, no por la distribución del poder (Garza Elizondo, Schiavon y Velázquez Flores, 2010:12).

Mientras el realismo y el liberalismo enfocan la atención en factores concretos como el comercio y el poder, el paradigma constructivista destaca las consecuencias de las ideas sobre la política exterior. En lugar de considerar al Estado como algo ya establecido y suponer que éste simplemente busca defender su “interés nacional”, los constructivistas ven las necesidades y los intereses de los Estados como resultado de procesos históricos específicos. Este paradigma pone mayor atención al discurso dominante en la política exterior, debido a que el discurso refleja valores e intereses y establece las pautas de comportamiento del Estado. Es por ello que los constructivistas centran la atención en las fuentes del cambio de la política exterior (13).

Iruegas (2006), señala que en los 20 años precedentes (2006) se han escuchado variadas voces y desde distintos sectores, sugiriendo revisar la idea de soberanía y los principios de la política exterior porque, aseguran, son inoperantes en los tiempos de la globalización. Según este autor, las dos grandes directrices –ejes rectores– de la política exterior de México, durante la presidencia de Fox, fueron la construcción de una relación de alcance estratégico con Estados Unidos y la activa participación de México en la conformación del nuevo sistema internacional que gradualmente estaba sustituyendo al que había prevalecido hasta hacía pocos años. El eje principal, la construcción de esa relación de alcance estratégico con EE.UU, parecía pretender que era así para ambas partes. Según el autor eso no parecía posible porque los objetivos nacionales de Estados Unidos, mantener la prosperidad y la hegemonía, tienen alcance mundial; mientras que el objetivo nacional primordial de México era el desarrollo.

En EE.UU creció la preocupación sobre México y este hecho influyó sobre su visión de política. A principios de 2009 se llegó a comparar a México con Pakistán y se llegó a catalogar a los cárteles de la droga como “la amenaza más grande para Estados Unidos por parte del crimen organizado”. El uso del término “narcoinsurgencia”, aplicado a la situación de México se ha generalizado. México se ha convertido en un problema de seguridad nacional para Estados Unidos (Blackmore y Pellicer, 2011, p. 45). Pero también influye la percepción, a ambos lados de la frontera de si México está en camino de ser un Estado fallido.

El papel de superpotencia de EE.UU., después del fin de la guerra fría, no implicaba la anulación de la tradicional política del poder en el sistema mundial (como supuso Fukuyama) ni tampoco que el mercado fuese siempre el factor que lograra la más eficiente y justa distribución de los bienes de una sociedad nacional o internacional. Fue en este contexto en que el nacionalismo, junto con el Estado y la política, volvió a recuperar su importancia teórica y práctica en todos esos países que actualmente están marcando el carácter del mundo postestadounidense (Meyer,2010). Para este autor, reflexionar sobre lo que piensa EE.UU es fundamental, no sólo por las consecuencias de lo que aspiran los dirigentes estadounidenses en el orden global, sino porque el destino o la fatalidad geográfica colocaron a México al lado de una potencia que se transformó en superpotencia, con una ambición de un “imperialismo moral”, en su interpretación más benigna. En esta circunstancia, la visión del mundo y el proyecto nacional mexicanos no pudieron tomar otra forma que la de un nacionalismo propio y

defensivo para salvar la soberanía y la identidad. Esto se hizo en función a la relación con la gran potencia: una relación en términos de suma cero. La consolidación del dominio territorial tuvo el carácter de una disputa donde lo ganado por uno era lo perdido por el otro.

El “nacionalismo revolucionario” fue el sello de la política mexicana hasta que ese concepto murió como resultado de la gran crisis económica de 1982, que puso fin al modelo de crecimiento vía el mercado interno protegido. Sin embargo, la presidencia no tardó en elaborar un proyecto nacional alternativo: el liberalismo social, que no fue otra cosa que un neoliberalismo autoritario.

El cambio político en el 2000. El nuevo régimen encabezado por el PAN esta naturalmente encaminado a proponer y conducir un proyecto de naturaleza neoliberal, pero democrático, cuyo aspecto nacionalista, es decir la naturaleza de la relación con Estados Unidos, no estaba definido.

Al inicio de su mandato, Fox decidió que el “bono democrático” que acababa de ganar le permitiría introducir cambios de forma y fondo en la relación de México con Estados Unidos. Para respaldar sus objetivos en EE.UU. (legalizar la mano de obra mexicana en USA), Fox ahondó el cambio iniciado por Zedillo en la política hacia Cuba en el campo de los derechos humanos y México se puso al lado de EE.UU y criticó al gobierno de Cuba por su trato represivo a los disidentes. Ese cambio fue el anuncio del fin de lo que aún quedaba de la voluntad del gobierno de sostener la independencia relativa de México frente a Washington, por la vía de una política diferente a la estadounidense frente a Cuba (opinión similar a la de otros autores), sostenida incluso por Carlos Salinas.

Navarrete (2006), sostiene que uno de los prerrequisitos para diseñar políticas y actuar eficazmente en el escenario internacional el de reconocer que, México, mucho más que otros países, se caracteriza por una situación de dependencia externa. Lo que ocurre fuera del país determina, en más de un sentido, lo que es factible hacer en México. Su hipótesis es que esta exposición se ha exacerbado en el último cuarto de siglo. Contrapone la dependencia a la “interdependencia” porque la primera expresa la dependencia de México respecto del mundo en diversos asuntos y llama la atención acerca del hecho que los objetivos mexicanos de establecimiento o fortalecimiento de mecanismos de diálogo, concertación política y cooperación, planes y programas que apoyaran el desarrollo económico de México, para

el caso con América Latina, no se realizara una evaluación sobre si los países clave de ésta compartían un objetivo tan amplio.

Históricamente, el multilateralismo ha sido uno de los instrumentos más importantes en la política exterior de México hacia América Latina Contadora, el Grupo de Río, la Cumbre Iberoamericana y CELAC y de iniciativas económicas: ALALC/ALADI, Pacto de San José, Grupo de los Tres, Plan Puebla Panamá. México se inserta allí en un contexto en el cual la mayoría de los gobiernos sudamericanos rechazan la ortodoxia del consenso neoliberal cuando el país continúa por esa senda. Estos dos ejemplos de multilateralismo le permiten un equilibrio entre neutralizar la percepción de que es un mero representante de los intereses de Washington en la región y las necesidades de la relación bilateral con Estados Unidos (Saltalamacchia 2011).

BRASIL:

El período abierto con la primera administración del presidente Lula da Silva deja atrás algunas conceptualizaciones dominantes en el período de F.H. Cardoso, como el de la “autonomía por la participación”, al mismo tiempo que mantiene algunas visiones teóricas dominantes e incorpora nuevas formulaciones, conceptos y categorías. En palabras de Lima (2005), acreditamos que uma das principais diferenças entre a administração Lula da Silva e a de F.H. Cardoso reside nas diferentes interpretações e ideologias destes líderes (e dos funcionários que os acompanham) a respeito dos constrangimentos e das possibilidades da ordem internacional vigente.

Con Lula, Brasil se transformó en el único país latinoamericano en readoptar el realismo como teoría y paradigma de política exterior (Bernal-Meza,2010;2010a). Durante su presidencia Lula estableció una nueva articulación entre lo “externo” y lo “interno”, con el fin de enfrentar el desafío del desarrollo en el nuevo contexto global. Esa articulación se hizo sobre la base de ideas, concepciones –políticas y económicas- e instrumentos. La visión del interés nacional se sostuvo sobre la concepción realista. Con su grupo de asesores entendió que la política exterior no podría ser sólo un instrumento de proyección de los intereses nacionales en el escenario internacional, sino que la inserción en el mundo, y sobre todo en la región, tendría una incidencia decisiva sobre el proyecto nacional de desarrollo. Es más, sería uno de sus elementos constitutivos (García,2010:178). La visión realista que se readopta –después del período de F.H. Cardoso- está por

tanto en relación directa con la visión que se tiene del sistema internacional y de los desafíos que éste presenta para el desarrollo y la potencia de Brasil. Guimarães (2006), señala que el país tiene tres grandes desafíos: la eliminación de sus disparidades internas (concentración de renta, privación y alienación cultural, discriminación racial y de género, et.), la eliminación de las crónicas vulnerabilidades externas (económica, política, militar y tecnológica) y la realización de su potencial económico, político y militar. “Assim, a inserção internacional e a política externa brasileira não podem ter como principais focos objetivos *idealistas, desinteressados e transnacionais*, tais como a promoção da paz mundial pelo desarmamento unilateral; a cooperação internacional; o progresso espiritual da humanidade e a defesa dos direitos humanos; a construção de uma economia global eficiente; a inserção do Brasil na economia mundial globalizada; a colaboração na luta contra as *novas ameaças* globais. Esses são *objetivos* que, muitas vezes, dissimulam, com sua linguagem humanitária e altruista, as ações táticas das grandes potencias em defesa de seus próprios intereses estratégicos. A política tem de partir do objetivo esencial de superar aqueles três desafios e da sua realidades geopolítica, geoeconómica e geoestratégica na região em que se encontra e da qual não pode escapar” (Guimarães,2006:266-7).

Según Saraiva (2010), desde 1990 la diplomacia brasileña ha estado dividida en dos líneas de pensamiento: los autonomistas y los pragmáticos institucionalistas. Con la llegada al gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) los autonomistas lograron imponer su visión.

En las presidencias de Lula, Brasil profundizó el multilateralismo ya tradicional en su política exterior pero ahora bajo los conceptos de “**multilateralismo de la reciprocidad**” –que consiste en la búsqueda de interdependencia real en las relaciones económicas internacionales; elevar la participación del comercio exterior en el PBI; desempeñar un papel relevante en la seguridad internacional; la reciprocidad de efectos de los regímenes ambientales y un ordenamiento con reciprocidad sobre los derechos humanos y la salud (Cervo e Bueno, 2008)- y de “**autonomía por la diversificación**”- enfatizando la cooperación Sur-Sur para buscar un mayor equilibrio con los países del Norte; realizando los ajustes necesarios; practicando un mayor protagonismo internacional y consolidando cambios necesarios en el programa de política exterior y la adhesión del país a los principios y normas internacionales, por medio de alianzas Sur-Sur- (Vigevani y Cepaluni,2007).

De la amplia reflexión teórica y metodológica presente en Brasil, hay algunos elementos que marcan una significativa diferencia respecto a la forma de considerar la construcción y aplicación de teorías de relaciones internacionales. Asociado a la corriente que sostiene en la “Escuela de Brasilia” la necesidad de abordar la inserción internacional y la política exterior desde interpretaciones propias, desechando las teorías elaboradas en el centro, está la formulación de Cervo (2008;2008a) que sostiene que son *conceptos* los que permiten fundamentar la política exterior. Uno de los conceptos es el de *Estado logístico* (Cervo, 2008). Este modelo de inserción post-desarrollista tiene como objetivo superar las asimetrías entre las naciones; elevando la situación nacional al nivel de los países avanzados; transfiriendo a las sociedades las responsabilidades del anterior “Estado empresario”, ocupándose ahora de secundar a la sociedad en la realización de sus intereses. El Estado *logístico* imita el comportamiento de las naciones avanzadas, particularmente de Estados Unidos, país que se considera el prototipo del modelo. Su componente de política exterior, en el campo de las relaciones económicas internacionales, apunta a reducir la dependencia tecnológica y financiera, promover la innovación productiva y otras iniciativas que disminuyan la vulnerabilidad externa. Internamente, busca reforzar el núcleo económico estructural nacional para poder impulsar su internacionalización (Cervo,2008). “A ideologia subyacente ao paradigma *logístico* associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo. Funde a doutrina clássica do capitalismo como o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado. O comportamento do Estado logístico descola-se da teoria realista das relações internacionais. Supõe concluída a fase desenvolvimentista, centrada no interno, e projeta a internacionalização econômica. Põe em marcha dois componentes de conduta advogados pelos realistas: a construção de meios de poder e sua utilização para fazer valer vantagens comparativas, não mais naturais, mas intangíveis, como ciência, tecnologia e capacidade empresarial (Cervo,2008:85-87).

Otros de los conceptos, de contenido claramente realista, son el de *Estructuras hegemónicas de poder*, formulado por Samuel Pinheiro Guimarães (2005) y el de *potencia regional*, formulado por María Regina Soares de Lima (2005); un concepto direccionado hacia los agrupamientos.

Samuel Pinheiro Guimarães (2005:25), introduce el concepto de “estructuras hegemónicas de poder” para describir el escenario y la dinámica internacional en que actúan los “grandes Estados periféricos” (como China, In-

dia y Brasil) y que están organizados en torno de estructuras hegemónicas de poder político y económico, estructuras que son resultado de un proceso histórico y que favorecen a los países que las integran y que tienen como objetivo principal su propia perpetuación. Se trata de un concepto preferible al de *Estado hegemónico* porque evita discutir la existencia o no, en el mundo pos Guerra Fría, de una potencia hegemónica, los Estados Unidos, y determinar si el mundo es unipolarizado o multipolarizado, si existe un condominio o no. “El concepto de *estructuras hegemónicas* es más flexible e incluye vínculos de interés y de derecho, organizaciones internacionales, múltiples actores públicos y privados, la posibilidad de incorporación de nuevos participantes y la elaboración permanente de normas de conducta, pero en el núcleo de esas estructuras están siempre los Estados nacionales” (Guimarães,2005:28-29).

El concepto de *potencia regional*, (Lima, 2005), que se distancia del anterior de “potencia intermediaria”, se refiere a una categoría de países, con perfiles internacionales particulares está direccionado hacia los agrupamientos. Según su formuladora, estos países sostienen ese perfil a partir de dos identidades internacionales distintas. La primera, referida al mundo de la política, puede ser denominado *system-affecting state* –siguiendo la definición de Keohane²⁴- categoría en la cual están aquellos países que disponiendo de recursos y capacidades relativamente limitadas, comparando con las potencias, pero con un perfil internacional determinante valorizan las arenas multilaterales y la acción colectiva entre países similares, de manera de ejercer algún grado de meta-poder e influir en los resultados internacionales. La segunda identidad, referida a la economía global, es la de “gran mercado emergente”, categoría acuñada por el *US Trade Representative*, que hace referencia a los grandes países de la periferia que implementaron las reformas económicas del recetario del Consenso de Washington: privatizaciones, liberalización comercial, desregulación de la economía y reforma del Estado²⁵. En esta identidad, credibilidad y estabilidad macroeconómica son dos monedas de gran valor en el mundo globalizado y las iniciativas internacionales son pensadas como mecanismos para “encapsular” las reformas domésticas (Lima,2005:25).

24. R. Keohane (1969), Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics, in: *International Organizational*, vol. 23, N° 2, spring.

25. India, Indonesia, África del Sur, Corea del Sur, Turquía, Polonia, Rusia, Argentina, Brasil y México serían estos países.

Para ser una “potencia regional”, se requieren cuatro elementos²⁶: una dimensión de capacidad material (estar en un ranking global), una dimensión de reconocimiento por parte de los vecinos, una dimensión de voluntad de asumir un papel regional y una dimensión de liderazgo (cooperativo).

Considerando los conceptos de “Estado logístico”, “estructuras hegemónicas de poder” y “potencia regional”, se puede explicar coherentemente la búsqueda y conformación de agrupamientos como IBAS y BRICS por parte de Brasil, desde 2003.

Conclusiones:

Los casos de Venezuela y Brasil evidencian la aplicación de formulaciones teóricas producidas por el pensamiento latinoamericano, a diferencia de los otros casos estudiados –Chile, Colombia, Cuba y México–, en los cuales se apela a construcciones teóricas y paradigmas elaborados en Estados Unidos.

Con la excepción de Colombia, las elaboraciones teóricas de los países analizados buscan fundamentar políticas exteriores más autónomas respecto de los Estados Unidos, aunque las mismas difieren en la dimensión del alcance –sistémico o nacional– del contexto en el cual ese esfuerzo autonómico debe darse. Por ejemplo, mientras el pensamiento venezolano pone el desafío de la mayor autonomía, independencia o lucha libertaria en el contexto global, Brasil lo plantea en términos de una política más centrada en lo propiamente nacional.

En ambos casos, se identifica al país frente a estructuras hegemónicas de poder global. Sin embargo, la aspiración de una y otra es significativamente distinta, pues la visión que proyecta el pensamiento en política exterior de Venezuela aspira a la transformación del sistema internacional; mientras que, en el caso de Cuba, lo que busca la política exterior es la seguridad y la suoervicencia. El proyecto bolivariano de Chávez apuntó a la creación de “nuevos polos de poder”, en un intento por provocar el debilitamiento de la hegemonía del “imperialismo norteamericano”.

Si consideramos que Brasil a través de sus alianzas IBAS y BRICS busca participar del management internacional

26. Conversación con la autora; Rio de Janeiro, 7 de abril de 2014.

Bibliografía:

ARDILA Ardila, Martha (2012), *La transición internacional colombiana y la búsqueda de un nuevo rol frente a potencias regionales en Latinoamérica*, en Stefan Jost, **op. cit.**, pp. 643-657.

ARTAZA ROUXEL, Mario (2012), “Interés nacional y principios de la política exterior”, en Mario Artaza R. y César Ross O. (editores), *La política exterior de Chile, 1990-2009*, Santiago, RIL Editores y USACH; pp. 21-50.

ARTAZA ROUXEL, Mario (2012), “Interés nacional y principios de la política exterior”, en Mario Artaza R. y César Ross O. (editores), *La política exterior de Chile, 1990-2009*, Santiago, RIL Editores y USACH; pp. 21-50.

BERNAL-MEZA, Raúl (2009), Latin American Concepts and Theories and Their Impacts to Foreign Policies, in José Flávio Sombra SARAIVA (ed.), *Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st. Century*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Universidad de Brasília, Brasília; pp. 131-177.

BERNAL-MEZA, Raúl. 2010. El pensamiento internacionalista en la era Lula. *Estudios Internacionales* (167): 143-172.

BERNAL-MEZA, Raúl. 2010a. International Thought in the Lula Era. En *Emerging Brazil under Lula: an assessment on International Relations (2003-2010)*, editado por Amado Luiz Cervo y Antônio Carlos Lessa, 193-213. Brasilia: IBRI, RBPI (53), Special edition.

BERNAL-MEZA, Raúl (2014), Pensamiento chileno en la política exterior y en las teorías de relaciones internacionales, en M. Artaza y C. Ross (editores), *La Política Exterior de Chile: desde el aislamiento a la integración global*, Volumen II; Santiago (en prensa).

BETANCOURT VÉLEZ, Ricardo (2012), Colombia frente a los espacios regionales de cooperación e integración, en Stefan Jost, **op. cit.**, pp. 659-673.

BLACKMORE, Hazel y PELLICER, Olga, *México y Estados Unidos: de socios entusiastas a vecinos incómodos*; en GONZÁLEZ, Guadalupe y PELLICER, Olga, **Los retos internacionales de México. Urgencia de una mirada nueva**, México D.F., Siglo XXI Editores, 2011, pp. 19-60.

BOERSNER, Demetrio (2005) “Gobiernos de izquierda en América Latina: tendencias y experiencias”, en Nueva Sociedad (Caracas), No. 197, mayo-junio.

- CERVO, Amado L. (2008), *Inserção Internacional. Formação dos conceitos brasileiros*, São Paulo, Editora Saraiva.
- CERVO, Amado Luiz. 2008a. Conceptos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional* (51-2): 8-25.
- CERVO, Amado L. y BUENO, Clodoaldo. 2008. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB.
- Domínguez, Jorge I. (2009), *La política exterior de Cuba (1962-2009)*, Madrid, Editorial Colibrí.
- ECKHOLT ITHURRALDE, Edgard (2012), *Chile y Perú 1994-2009: Realismo en la frontera*, Santiago, USACH.
- ESPINOSA CANTELLANO, Patricia (2010), *La política exterior del México democrático; análisis de la renovada presencia mexicana en América Latina y Caribe*, en TORRES, Blanca y VEGA, Gustavo, **op. cit.**, pp. 395-418.
- FLEMES, Daniel (2012), “La política exterior colombiana desde la perspectiva del realismo clásico”, en Stefan Jost (editor), **op. cit.**, pp. 19-37.
- FLISFISCH, Ángel (2012), “La política exterior chilena y América del Sur”, en M. Artaza y C. Ross, **op. cit.**, pp. 527-560.
- GÁLVEZ, Eduardo (2012), “Diplomacia multilateral de Chile post 1990”, en M. Artaza y C. Ross, **op. cit.**, pp. 165-186.
- GARAY, Cristián (2012), “Política de Defensa de la Concertación, 1990-2010”, en M. Artaza y C. Ross, **op. cit.**, pp. 449-468.
- GARCÍA, Marco Aurelio. 2010. El lugar de Brasil en el mundo: La política exterior en un momento de transición. En *Brasil, entre el pasado y el futuro*, editado por Emir Sader y Marco A. García, 169-196. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- GARZA ELIZONDO, H. (editor), Jorge A. Schiavon y Rafael Velázquez Flores (*Coordinadores*), 2010, *Paradigmas y paradojas de la política exterior de México: 2000-2006*, México D.F., El Colegio de México.
- GARZA ELIZONDO, H., SCHIAVON, J. y Velázquez Flores, R., (2010), “Introducción”, en Garza Elizondo, H., p. 9-22.
- GONZÁLEZ URRUTIA, Edmundo (2008), *La Política Exterior de Venezuela y la Nueva Geopolítica Internacional*, Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales y Centro de Estudios Estratégicos y Relaciones Internacionales, Serie Política Internacional, Caracas.

GONZÁLEZ, Guadalupe y PELLICER, Olga, *Los retos internacionales de México. Urgencia de una mirada nueva*, México D.F., Siglo XXI Editores, 2011.

GONZÁLEZ URRUTIA, Edmundo (2006), Las dos etapas de la política exterior de Chávez, *Nueva Sociedad* 205, septiembre-octubre 2006; p. 159-171.

GUIMARÃES, Samuel P. (2005), *Cinco siglos de periferia*, Buenos Aires, Prometeo Libros.

GUIMARÃES, Samuel P. (2006), *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, Rio de Janeiro, Contraponto.

GULLO; Marcelo (2008), [2010], *La insubordinación fundante. Breve historia de la construcción del poder de las naciones*, Buenos Aires, Biblos, segunda edición.

INSULZA, J. (1998), *Ensayos sobre política exterior de Chile*. Santiago:Editorial Los Andes.

IRIGOIN, Jeanette (2012), “Política exterior y Derecho Internacional”, en M. Artaza y C. Ross, **op. cit.**, pp. 187-201.

IRUEGAS, Gustavo, Hurtar el rumbo a la política exterior mexicana, en Navarrete (2006), **op. cit.**, pp. 73-98.

JOST, Stefan (editor), **Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior**. Bogotá, Konrad Adenauer Stiftung, 2012.

van KLAVEREN, Alberto (2012), “Doscientos años de política exterior de Chile: de Hobbes a Grocio”, en M. Artaza y C. Ross, **op. cit.**, pp. 51-70.

LIMA, María Regina Soares de. 2005. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional* (48-1): 24-59.

MAIRA, Luis (2010) “La Política Exterior de los Gobiernos de la Concertación. Contexto, raíces, formulación, logros y restricciones”, en Yesko Quiroga y Jaime Ensignia (editores), *Chile en la Concertación (1990-2010)*, Santiago, Friedrich Ebert Stiftung, 2010; Tomo II, pp. 63-101.

MEYER, Lorenzo (2010), *La desvanecida ruta de la ambición nacional. La tensión histórica entre el proyecto nacional mexicano y su entorno internacional*, en TORRES, Blanca y VEGA, Gustavo, **op. cit.**, pp. 45-62.

Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, República de Venezuela (2012), *Emancipación de la Política Exterior de Venezuela*, Caracas, Dirección de Planificación Área de Planes Estratégicos y Operativos.

MONTILLA SALDIVIA, Antonio (1999), Cuba; cuarenta años de política exterior, Caracas, Universidad Central de Venezuela.

NAVARRETE, Jorge Eduardo (coord.), (2006), *La reconstrucción de la política exterior de México: principios, ámbitos, acciones*, Universidad Nacional Autónoma de México.

NAVARRETE, Jorge Eduardo, *El entorno mundial: hipótesis sobre la evolución de la escena global*, en J. Navarrete, **op. cit.**, pp. 23-72.

ROSS, César (2012), “Los desafíos de la Política Exterior Chilena”, en M. Artaza y C. Ross, **op. cit.**, pp. 853-880.

RUIZ VÁZQUEZ, Juan Carlos (2012), *De Uribe a Santos: la política exterior, la seguridad y los militares*, en Stefan Jost, **op. cit.**, pp. 1001-116.

SALTALAMACCHIA ZICCARDI, Natalia (2011), *México y América Latina: la vía multilateral*, **op. cit.**, pp. 61-75.

SARAIVA, Miriam Gomes. 2010. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur. *Revista Brasileira de Política Internacional* (53): 151-168. Special edition.

SERBIN, Andrés (2001) “Lejos de Dios y demasiado cerca de... La política exterior de Cuba hacia América Latina y el Caribe”, en *Foreign Affairs en español*, México D.F., vol. 1, No. 3, pp. 42-49.

SERBIN, Andrés (2010), *Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe*, Buenos Aires, Siglo XXI y Centro Edelstein de Pesquisas Sociais/Instituto Fernando Henrique Cardoso.

TORRES, Blanca y VEGA, Gustavo (coordinadores), (2010), **Los grandes problemas de México; XII Relaciones Internacionales**; México DF, El Colegio de México.

VIGEVANI, Tullo y CEPALUNI, Gabriel. 2007. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional* (29-2): 273-335.

A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA A AMÉRICA LATINA

PROF. DR. CELSO LAFER
PROF. EMÉRITO DO IRI-USP

- I -

Vou dividir a minha exposição em quatro blocos. O primeiro é uma tentativa de prévia clarificação conceitual sobre o lugar do regionalismo no Sistema Internacional. Em certo sentido, isto é o desdobramento de uma preocupação com a teoria das relações internacionais e vincula-se ao empenho didático-pedagógico do Instituto de Relações Internacionais (IRI) na USP.

Assim, vou tentar discutir o que se entende por região e por regionalismo como campo de atuação diplomática. No caso especificamente, o do Brasil na América Latina, tendo como desdobramento de que maneira os muitos mundos das regiões inserem-se no Sistema Internacional, ou seja, na máquina do mundo e na dinâmica global do seu funcionamento e das suas transformações.

Um primeiro elemento é a demarcação geográfica e o seu componente de conectividade. Vale dizer, sem limites geográficos, o termo regionalismo torna-se difuso e de difícil manejo. Exemplifico: a CPLP, Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, da qual o Brasil participa e que tem como dado identificador o fator linguístico e cultural do idioma português insere-se no campo dos valores, mas não é uma expressão do regionalismo. Por esse mesmo motivo, o BRICS, que reúne países de escala continental, que integram o que George Kennan chamava de *monster countries*, como o Brasil, a China e a Rússia, é uma instância de articulação diplomática que não se insere no âmbito do regionalismo.

O tema dos limites geográficos de uma região como um campo próprio de ação diplomática, tem suas dificuldades e transita pela dinâmica história.

Por exemplo, no período da Guerra Fria havia a distinção entre Europa Ocidental e Europa Oriental e esta distinção era uma faceta de regionalismo. Depois da queda do Muro de Berlim e do fim do assim chamado bloco soviético, colocaram-se outros desafios. Entre eles, o da extensão do alargamento da União Europeia para o Leste Europeu e, por tabela, a posição da Rússia pós-União Soviética em relação a este assunto. Daí os problemas atuais trazidos pela questão da Ucrânia: é Europa ou não? Em outro contexto, a Turquia: é Europa ou Oriente Médio?

Geograficamente, nós estamos inseridos no continente das Américas, e os países que integram o continente são o resultado da expansão do universo econômico, cultural e demográfico da Europa. É por essa razão que a primeira expressão de regionalismo, como subsistema do Sistema Internacional, é o pan-americanismo, que se articula como um campo diplomático daquilo que veio a ser denominado de Sistema Interamericano. Joaquim Nabuco, nosso grande historiador, diplomata e político, apontava que, depois da Conferência de Berlim de 1885, a Europa, a África e a Ásia formaram um só todo político. Já o continente americano tinha uma dinâmica própria, dada pela emergência dos Estados Unidos no século XX, com vocação de grande potência. Enfim, o mundo a partir do Sistema Europeu, depois da Conferência de Berlim, articulou-se de tal forma que a África e a Ásia integravam um só todo político e havia uma maior autonomia do Sistema Interamericano.

No Sistema Interamericano, basicamente na relação triangular Brasil, América Latina e Estados Unidos, prevaleceu, para falar com Rubens Ricupero, o eixo assimétrico, vale dizer o significativo diferencial de poder que distinguiu os Estados Unidos dos demais países do continente e as suas consequências. No âmbito das relações *inter se* dos países latino-americanos, estes, historicamente, se caracterizaram por aquilo que Ricupero denominou do eixo da relativa simetria, da relativa igualdade do poder dos países nele situados. É o caso do Brasil e dos demais países latino-americanos.

Na interação entre estes dois eixos é preciso levar em conta o contexto da vizinhança, que tem as suas especificidades próprias, como algo inserido dentro deste sistema regional. Por exemplo, o México, que na sua política externa sempre teve que lidar com a assimetria das relações com os Estados Unidos. Muito distinto, pelas suas peculiaridades, é o contexto da vizinhança do Brasil, um dado fundamental das forças profundas que moldam a política exterior do Brasil, situado no eixo da relativa simetria. O Brasil está inserido na América do Sul, tem dez vizinhos, que se tocam de perto ao lar-

go de uma linha fronteira de quase 17 mil quilômetros. Por essa razão, o primeiro dado geográfico para nós, desde a independência, de região como campo diplomático, é a América do Sul, e não a América Latina.

Outra dimensão da noção de regionalismo é o regionalismo como consciência e identidade. Dificuldades conceituais existem neste campo porque se a identidade individual já é complicada, a identidade coletiva é muito mais. A identidade coletiva se afirma pelas semelhanças, não pelas diferenças, e tem o seu papel na agenda contemporânea por conta da relevância das reivindicações de identidade, como temos visto na Escócia, na Catalunha, em Quebec.

Enfim, isto se insere no âmbito do que o grande estudioso e cientista político Benedict Anderson, chama de “comunidades imaginadas”. Neste capítulo, o tema do regionalismo insere-se diplomaticamente no campo dos valores, ou seja, afinidades quanto às formas de conceber a vida em sociedade. Isto pode dar uma contribuição construtiva para a cooperação no campo econômico e no campo estratégico. Mas não é imprescindível para a existência de um conjunto de mecanismos de cooperação interestatal. Por exemplo, nas construções intrarregionais de cooperação na Ásia, existem arranjos econômicos como, por exemplo, a ASEAN e de segurança, mas nos campos dos valores e de cultura são muito grandes as diferenças entre a China, a Índia e o Japão, os três grandes atores das constelações de poder da Ásia. Mas é o caso no regionalismo europeu, pois a União Europeia é, com todas as suas dificuldades do passado e do presente, uma expressão da Europa enquanto um campo cultural compartilhado.

Daí, como desdobramento desta questão, a pergunta: as Américas têm uma história em comum? É uma questão pertinente para o tema do regionalismo como consciência e identidade e, que se coloca também, no campo dos valores.

As Américas são, como já mencionei, uma expansão das múltiplas dimensões do universo europeu, inclusive as suas aspirações utópicas. Lembro o grande livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Visões do Paraíso*. Esses países tornaram-se Estados Independentes nos séculos XVIII e XIX, politicamente desvinculados da Europa, na primeira leva do processo de descolonização. As Américas são o fruto do primeiro processo de descolonização e de desvinculação do universo europeu.

Como observa Octavio Paz, cujo centenário estamos este ano celebrando, a literatura norte-americana, a hispano-americana e a brasileira têm em comum a grande nota, a de serem literaturas de fundação. Elas nascem da ex-

pansão do universo cultural, linguístico, demográfico e utópico da Europa e a ela se contrapõem, para na lida concreta com a realidade das Américas, inclusive a sua geografia, engendrar uma tradição própria, distinta de suas matrizes europeias. É este o sentido também, para dar outro exemplo, do grande livro do Professor Antônio Cândido, *Formação da Literatura Brasileira*.

A literatura hispano-americana forma um sistema. Valendo-me da reflexão do Professor Antônio Cândido, resulta de uma interação entre autores, obras e público e caracterizava um sistema que vai além e não depende das fronteiras políticas dos estados americanos de língua espanhola. Portanto, do ponto de vista cultural, este é um sistema que é transfronteiras, e que se dá no campo de uma literatura que é fruto desta interação.

Não é este o caso da literatura brasileira que, por ser escrita em português, diz respeito a universo linguístico irredutível ao espanhol e, por isso, não integra este sistema. Existem, no entanto, como lembra Octávio Paz, relações muito especiais entre literaturas fronteiriças como a brasileira e a hispano-americana, por conta das proximidades do espanhol e do português que, por isso mesmo, têm uma proximidade que não caracteriza a literatura norte-americana e o universo linguístico que a identifica, que é o inglês.

O conceito de *Western hemisphere*, de Novo Mundo, vale dizer, o pan-americanismo, tem dimensão cultural e política inerente ao tema das literaturas de fundação no campo dos valores, sobretudo na sua formatação inicial. Daí, no plano interestatal, a Organização dos Estados Americanos, que é de 1948 e se originou da União Internacional das Repúblicas Americanas, criada em 1890 por iniciativa dos Estados Unidos, para dar ao assim chamado Novo Mundo, voz autorizada diante de uma Europa colonialista e reincidente.

Não custa lembrar que, neste período, as três Guianas estavam presentes no continente sul-americano e a presença territorial, portanto, dos europeus, se fazia na nossa região. Faz-se até hoje porque a Guiana Francesa é uma extensão da França metropolitana. E, para lembrar um fato histórico, houve em 1895, a ocupação da Ilha de Trindade pelos ingleses, que argumentaram que ela era uma terra de ninguém. Em 1896, por mediação de Portugal, os ingleses se retiraram e houve um reconhecimento da soberania brasileira. Evitou-se, assim, algo que depois aconteceu no continente sul-americano com a Argentina, com a questão das Ilhas Malvinas.

Neste plano interestatal do pan-americanismo surgiu o BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no final da década de 1950, fruto da Operação Pan-Americana, iniciativa da diplomacia presidencial de Juscelino Kubitschek. Ou seja, reivindicações latino-americanas em prol do desenvolvimento articulado no âmbito do Sistema Interamericano. Vale dizer, uma expressão do regionalismo inspirado no modelo abrangente do Banco Mundial.

Também podemos entender o regionalismo como um polo de articulação política, tendo em vista a assimetria do Sistema Interamericano. E o regionalismo, neste caso, pode ser visto como uma tomada de consciência latino-americana dos méritos e do potencial da conjugação de forças e vontades perante os EUA. Exemplo marcante, no âmbito político, é a criação em 1983 do Grupo de Contadora (México, Venezuela, Colômbia e Panamá) para mediar e encaminhar, nos anos 80 e 90, soluções aos conflitos civis na América Central, inseridos no contexto dos desenvolvimentos finais da Guerra Fria. O mecanismo, fortalecido pela adesão de Brasil, Argentina, Uruguai e Peru (Grupo de Apoio) foi precursor do Grupo do Rio e mais recentemente da comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC, 2010).

No plano cultural, isso se dá pela diferenciação do mundo latino-americano em relação ao mundo anglo-saxão. Por exemplo, o *Ariel* do uruguaio José Enrique Rodó, que é de 1900, argumenta a supremacia da espiritualidade estética dos latino-americanos diante do tosco utilitarismo anglo-saxão. Um poeta que foi valorizado pelos irmãos Campos, Joaquim de Sousa-Andrade, que viveu nos Estados Unidos, tem no seu grande poema *O Guesa* um texto específico muito relevante que se chama *O inferno de Wall Street*, com ressonância que se mantém até hoje.

Há um livro importante de Eduardo Prado chamado *A ilusão Americana*, de 1893, que é uma avaliação crítica do papel dos Estados Unidos e uma contestação à aproximação com os Estados Unidos. Outro livro importante é o de Oliveira Lima, *Pan-americanismo*, que faz uma análise diferencial das Américas e a crítica da Política do *Big Stick* do Theodore Roosevelt na região, sobretudo no Caribe.

E há este tema que permeia também a discussão sobre a construção dos países a dicotomia “herança ibérica” e “herança anglo-saxã” e o seu impacto no desenvolvimento dos países. Por exemplo, um livro que foi famoso na sua época, de Vianna Moog, chamado *Bandeirantes e pioneiros*, que tratava do

que separou uns dos outros e qual o impacto disso na vida dos países, qual a diferença entre a noção de “fronteira” nos Estados Unidos e na vida brasileira.

Há ainda o livro do grande historiador Richard Morse, *O Espelho de Próspero*, de 1988. Morse foi um importante estudioso norte-americano, que escreveu também um livro muito interessante sobre a formação da Cidade de São Paulo, que apreciava e conhecia bem o Brasil. Em *O Espelho de Próspero*, ele realça os méritos da cultura latino-americana e brasileira e é crítico da herança protestante norte-americana.

Há um livro interessante, recente, de dois professores americanos, Peter J. Katzenstein e Robert Keohane, que se intitula *Anti-Americanisms in World Politics* em que eles dizem que a oposição aos Estados Unidos se faz a partir de duas vertentes. Uma delas coloca-se como parte do tema da identidade latino-americana, que sempre se faz pela oposição ao outro. A crítica aos Estados Unidos como o “outro” e o “outro” que se tornou no século XX uma grande potência. Neste jogo há tanto a oposição aos Estados Unidos por aquilo que são, quanto a outra vertente da oposição aos Estados Unidos por aquilo que fizeram ou fazem. São dois tipos de oposição, tem interdependência, mas são distintas.

Daí os desdobramentos que eu também gostaria de mencionar neste primeiro bloco da minha exposição. A América Latina como uma dimensão de América como termo, como expressão, surgiu inicialmente entre os americanos de língua espanhola, sobretudo do colombiano José Maria Torres Caicedo, que tratou muito disto na metade do século XIX e foi depois aproveitado pelos franceses para justificar a intervenção de Napoleão III e a criação de um Império no México. Como operatividade, surgiu da dicotomia “América Anglo-Saxã” e “América Latina”, ou seja, americanismo e latino-americanismo. Daí, enfim, o que José Martí, o poeta cubano, falou sobre *Nuestra América*, como fruto desta visão e que está ligado ao componente de assimetria dos países da região com os Estados Unidos.

A operatividade diplomática do conceito de região foi considerada pela ONU que, na sua Carta, no artigo 52, contempla acordos regionais, dá relevância ao papel que eles podem ter para a manutenção da paz e da segurança internacional, suscetíveis de serem encaminhados por uma ação regional. Ou seja, há o reconhecimento do papel do regionalismo na Ordem Internacional e na sua Governança.

Para o tema de hoje, importa realçar o significado da criação da CEPAL, órgão da ONU, em 1948. A Comissão Econômica para a América Lati-

na trabalhou a identificação de uma agenda econômica comum da região. Para isso, teve papel decisivo Raúl Prebisch, que foi Secretário Executivo da CEPAL, e o relatório que ele elaborou em 1949 chamado *El desarrollo económico de America Latina y algunos de sus principales problemas*. Nele discutia o tema do subdesenvolvimento, da deterioração dos termos de troca, da industrialização e da substituição de importações. Houve, naturalmente, o efeito irradiador das ideias da CEPAL e a participação de brasileiros na construção desta visão, entre eles, em primeiro lugar, Celso Furtado, e também Fernando Henrique Cardoso, que participou das atividades da CEPAL no seu exílio chileno.

A CEPAL teve um papel no tema da integração. A criação da ALALC, em 1960, da qual o Brasil participou ativamente no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo Horácio Lafer como seu Chanceler, buscou trabalhar a integração como caminho para o desenvolvimento, levando em conta o “tema da escala”, por meio de uma zona de livre comércio entre os países latino-americanos. No contexto interamericano, como lembrei, a contrapartida foi o BID.

Isso se inseriu num contexto mais geral, o da criação do Mercado Comum Europeu pelo Tratado de Roma de 1957, e na relação entre multilateralismo econômico e regionalismo econômico, contemplado pelo GATT, que no seu artigo 24, colocou a possibilidade da criação de Zonas de Livre Comércio e de Uniões Aduaneiras.

Em síntese, o que procurei, nesta primeira parte da minha exposição, foi tentar clarificar o que é região, o que é regionalismo, como se coloca o tema da inserção da política externa dentro de uma região, qual o significado disso do ponto de vista de ação econômica, política e no campo dos valores; em síntese, qual é a extensão a partir da qual se pode trabalhar a noção de uma região, como é que isso é um dado de natureza geográfica e como este dado de natureza geográfica se vê trabalhado pelas alterações históricas e políticas.

Examinamos já o caso da Europa. Vimos também que de uma noção de Américas, como um sistema interamericano, se foi elaborando um subsistema regional dos países latino-americanos. E, nesse âmbito, como existe para nós, para o Brasil, e para a política exterior brasileira, um dado fundamental que é o contexto da vizinhança. Temos dez vizinhos que nos tocam de perto. Assim, do ponto de vista regional, o primeiro tema do Brasil é a América do Sul e não a América Latina.

Pois bem, dito isto, passo para o segundo bloco da minha reflexão que diz respeito ao Brasil, a história e a geografia do país, a sua política externa e as especificidades da inserção do nosso país na América Latina. No século XIX há uma singularidade do Brasil na região, em primeiro lugar como consequência da vinda da família real portuguesa para o Brasil, no que a historiadora Maria Odila da Silva Dias denominou “a interiorização da metrópole”. Em segundo lugar pelas características históricas da nossa independência, patrocinada por D. Pedro I. Esses dois fatos nos diferenciaram dos demais países da América do Sul, ou seja, um Império, em meio a Repúblicas, uma grande massa territorial com população de língua portuguesa que permaneceu unida em um mundo hispânico que se fragmentou, tendo no Hemisfério Norte os Estados Unidos expandindo-se territorialmente à custa do México.

O tema da unidade nacional é o grande legado do Império e, no Império, política interna e política externa eram as duas faces de uma mesma moeda, o da constituição e consolidação do Estado Nacional enquanto Estado Imperial. Isto é muito bem tratado por uma importante estudiosa e historiadora nossa que é a Gabriela Nunes Ferreira: este momento do século XIX é o momento em que se configuram Estados Nacionais.

No capítulo da Argentina, maior ou menor ampliação daquilo que era o Vice-Reinado do Prata; incorporação ou não do Uruguai e do Paraguai; vocação do Rio Grande do Sul de se integrar neste sistema pela proximidade e pelas semelhanças, inclusive de atividade econômica. Os problemas do Prata, nesta época, estão ligados à consolidação dos Estados Nacionais e as suas concepções na região.

Em relação às Repúblicas do Pacífico houve um esforço construtivo de manter boas relações e do ponto de vista da utilização de espaços comuns uma diferença entre a posição brasileira do Rio da Prata, que é a tese brasileira de liberdade para a navegação do curso de água, inclusive porque era um meio de comunicação na época com o Mato Grosso, que não se podia fazer por terra e uma certa visão de fechamento, digamos, restrições para as Repúblicas ribeirinhas no caso do sistema fluvial amazônico. As teses brasileiras para este período não são consistentes, abertura num caso, certo fechamento no outro, facilitado pela distância dos países amazônicos, nossos vizinhos, separados pelos Andes, do acesso a esta região. Portanto, neste período do século XIX, ser brasileiro era ser não hispânico.

A presença dos Estados Unidos no século XIX na história brasileira foi relativamente pequena e não foi conflitiva. A viagem de D. Pedro II aos Estados Unidos em 1876, no centenário da sua Independência, foi uma viagem muito bem sucedida. Boa ressonância diplomática do Brasil no mundo norte-americano, que viu D. Pedro II como um Imperador republicano e democrático, interessado na cultura e na ciência. Então, se uma das vantagens da diplomacia no nível de Chefe de Estado, no caso imperial, é transmitir o que um país representa, D. Pedro II fez isso muito bem nesta longa viagem para os Estados Unidos em 1876. Isso, por exemplo, além de ser muito bem tratado nas grandes biografias de D. Pedro II, é igualmente muito bem tratado no livro *D. Pedro II* de José Murilo de Carvalho, grande historiador e cientista político.

O *Manifesto Republicano* é o que começa a mudar esta perspectiva. O *Manifesto Republicano* diz “*somos da América e queremos ser americanos*”. O advento da República trouxe, como diz o eminente historiador diplomático brasileiro Clodoaldo Bueno, a americanização das relações exteriores do Brasil. Tinha como um de seus objetivos, desfazer a percepção de que o Brasil era o diferente, em função das suas instituições monárquicas. Os republicanos queriam a ruptura com o passado português e viam no regime republicano um caminho da modernidade.

Euclides da Cunha, por exemplo, refletindo sobre isto diz: “*a República tirou-nos do remanso isolador do Império para a perigosa solidariedade Sul-americana*”, porém, reconhecendo a importância da fraternidade republicana no campo dos valores, observava que “*era a garantia suprema, talvez única, de toda raça latina diante da concorrência formidável de outros povos*”. É neste sentido, que surge, com a República, a percepção de que ser brasileiro era também ser latino-americano.

Para isso contribuiu na dialética diplomática com a inserção no continente do *Destino Manifesto* dos Estados Unidos, a visão de diplomatas de peso e intelectuais, como Oliveira Lima que eu já mencionei, e igualmente José Veríssimo e Manuel Bomfim, que apontavam que tínhamos algo de verdadeiramente em comum com *Nuestra América*.

Joaquim Nabuco, a quem volto a citar, tem um grande livro chamado *Balmaceda*, publicado em 1895, sobre um golpe de estado no Chile e dos problemas da governança, aliás, um dos primeiros livros que trata dos desafios da governança. E uma das razões pelas quais ele trata disso, em parte por conta da polêmica dele com o período de Floriano Peixoto no Brasil, é que,

com a República, cito, “*começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto*” e, continuava ele, “*o observador brasileiro para ter a exata direção que levava este sistema político mais vasto é obrigado a entender a marcha do continente, ao auscultar o murmúrio da pulsação continental*”. José Veríssimo, que fez uma avaliação na época sobre o livro, diz que o seu mérito foi o de inserir na agenda brasileira a questão da América Latina.

O que isso significou para a política externa brasileira? Começo com a grande obra de Rio Branco. Rio Branco completou na República a obra do Império. O Império, por sua vez, deu sequência à obra da Colônia, ou seja, a ocupação do território pelos bandeirantes e o trabalho do diplomata Alexandre de Gusmão, nascido no Brasil, que atuou na Corte Portuguesa e foi o principal responsável pelo Tratado de Madri de 1750. Este Tratado basicamente delimitou o espaço geográfico brasileiro. Dando continuidade a tudo isto, Rio Branco consolidou a unidade nacional e a assegurou no plano externo por meio da conclusiva definição das fronteiras do país.

Ao fazer isto, ele resolveu o primeiro item da agenda de qualquer Estado independente, que é o de poder demarcar, com reconhecimento internacional aquilo que é interno ao país e o que lhe é externo, isto é, o resto do mundo. Isto se deu por meio de uma extraordinária operação diplomática, no contexto da vizinhança com 10 vizinhos na América do Sul e os 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres, como eu já lembrei. Vale a pena mencionar, para efeitos comparativos, que a Rússia, a China e a Índia, que são como o Brasil, países de escala continental, têm problemas de fronteiras não equacionados que continuam impactando a sua política externa. China com o Japão (o tema das ilhas), Índia com o Paquistão, Rússia com a questão da Ucrânia, para lembrar apenas o mais visível.

O Brasil não sofre como outros países latino-americanos da síndrome do “território minguante”. Nossos vizinhos não questionaram e não questionam nossas fronteiras e não temos contenciosos territoriais. Levantamento recente, realizado no nosso continente, identifica onze disputas fronteiriças envolvendo todos os países da América do Sul, menos um, o Brasil. Os países que tiveram problemas de fronteira com o Brasil tiveram contenciosos fronteiriços mais graves com outros vizinhos, como aponta Synesio Sampaio Goes, grande estudioso da matéria.

Qual é o desdobramento da obra de Rio Branco? Primeiro, porque tendo equacionado a separação do interno e do externo permitiu dar foco ao de-

envolvimento do grande espaço nacional. O nacionalismo brasileiro é um nacionalismo voltado para dentro e não para fora, não para a expansão.

O interesse nacional é assegurar a paz na região e estimular o progresso dos países vizinhos, ou seja, a estabilidade do contexto da vizinhança para facilitar e não impedir o desenvolvimento do Brasil. E, neste âmbito, explorar as possibilidades de transformar “fronteiras separação” em “fronteiras cooperação”.

Em síntese, o que eu procurei fazer nesta segunda parte da minha exposição, foi explicar as forças profundas da visão brasileira sobre a sua presença na América do Sul e na América Latina. A singularidade inicial; o ser brasileiro era ser não hispânico; a República; a americanização das relações de política externa do Brasil; os temas da identidade; maior proximidade com *Nuestra América*, os desafios disto; a grande obra do Barão de Rio Branco, que consolidou as fronteiras do país e permitiu, portanto, que o Brasil se voltasse para dentro, para o desenvolvimento do grande espaço nacional, que procurou a cooperação com os vizinhos para ter um contexto de vizinhança estável para assegurar o desenvolvimento nacional; o tema das “fronteiras cooperação” e, neste sentido, o dado da presença do Brasil na América do Sul e na América Latina. E também, do ponto de vista das ideias e do seu papel, a influência da CEPAL, a atuação de Prebisch, a identificação de problemas comuns e a possibilidade de tratá-los de forma compartilhada.

- III -

Passo para o terceiro bloco, elaborando um panorama sintético, relevante para compreensão da política externa do Brasil para a América Latina. Vou fazer um recorte tendo em vista que isto é um grande tema e não vou lidar com os múltiplos temas das relações bilaterais. Vou adotar como perspectiva organizadora o tema da integração, ingrediente identificador do PRO-LAM – o programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, neste Simpósio dedicado a comemorar os seus 25 anos.

Um momento fundacional da integração latino-americana foi a que eu já mencionei. A ALALC em 1960, que combinava na perspectiva brasileira, o empenho do desenvolvimento por meio de uma inserção na América Latina de inspiração cepalina através de uma zona de livre comércio de amplo alcance geográfico. Incluía ao norte o México e ao sul a Argentina, o que era

compatível com o GATT e inspirou-se no que estava ocorrendo na Europa com o Tratado de Roma, como mencionei. Devo dizer que as ambições da ALALC esbarraram em realidades de difícil superação.

Um filósofo de quem eu não gosto, que é Heidegger, diz que a realidade é *resistenciabilidade*, e isso me serve para os propósitos de citação. A negociação, produto por produto, baseada na reciprocidade e em concessões tarifárias e demanda da cláusula de Nação Mais Favorecida, não permitiu a criação de uma zona de livre comércio no prazo previsto de 12 anos. O limite dado pela amplitude da cobertura geográfica, pela heterogeneidade de muitos e diversos países e pelo predomínio de políticas econômicas nacionalistas via substituição de importações, é um componente da *resistenciabilidade* às aspirações da ALALC. A isto se soma também a carência de uma visão estratégica comum e o déficit de motivação e energia política para levar adiante essas aspirações.

Do reconhecimento destas dificuldades surgiu a transformação da ALALC na ALADI, muito mais explicitamente flexível nas suas normas. Mas há um saldo positivo da experiência da ALALC, como realça Felix Peña, meu amigo e autor argentino, que é no meu entender, na nossa região, a pessoa que melhor conhece os desafios do tema da integração e que está sempre, permanentemente, voltado, sem desânimo, para encontrar caminhos para a superação destes problemas.

Qual é o saldo positivo desta experiência? Primeiro, a acumulação de conhecimento governamental e empresarial latino-americano, no âmbito da integração, das suas técnicas e metodologias, ou seja, é um desenvolvimento muito bem sucedido da construção de uma diplomacia econômica entre os países que a integravam.

Permitiu desenvolver mecanismos importantes como, por exemplo, o de pagamentos recíprocos, importante para países que não tem moeda forte e de cooperação aduaneira, de indiscutível valor prático para o comércio latino-americano até hoje. A ALADI, como sucessora da ALALC, criou uma moldura jurídica, no âmbito da qual, os outros e subsequentes acordos de integração, inclusive o MERCOSUL, tornaram-se compatíveis com o GATT e depois com a OMC. Além disso, a cláusula de habilitação negociada na Rodada Tóquio do GATT, e depois incorporada na OMC, permitiu o tratamento diferenciado para processos de integração de países em desenvolvimento no plano multilateral, ou seja, a ideia de que para países em desenvolvimento, em processo de integração, é preciso ter mais flexibilidade.

Há outra iniciativa que teve muito menor irradiação, que foi a criação do SELA, Sistema Econômico Latino Americano, que partiu da ideia do regionalismo como polo. É fruto do Tratado do Panamá, de 1975, reúne 25 países da América Latina, inclusive o Brasil, e tem como objetivo a promoção do desenvolvimento autossustentado e autônomo da região, sendo uma organização de coordenação e ajuste de posições econômicas dos países membros para a ação internacional, que gerou conhecimento, porém escassos resultados.

Muito mais relevante no contexto da vizinhança é o tema político, diplomático, da geografia e dos recursos compartilhados. Começo pela Bacia do Prata, o Tratado da Bacia do Prata, de 1969, celebrado pela Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, que trata da integração física da região por meio de programas concretos de cooperação. Um desdobramento disto foi o Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico para a construção da Usina de Itaipu, de 1973, entre o Brasil e o Paraguai. Isto gerou o contencioso das águas com a Argentina, a tese argentina da consulta prévia. Este é o único caso relevante em que o Brasil enfrentou, no plano multilateral, na ONU, um questionamento da sua política externa no contexto da vizinhança.

O Brasil sempre defendeu o multilateralismo. O multilateralismo serve bem ao Brasil e nunca criou problemas para a política externa brasileira. O único caso foi este do contencioso das águas. Isto se resolveu em 1979, com o acordo tripartite, Argentina, Brasil e Uruguai, sobre a coordenação técnico-operativa, para o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus. Resolveu a controvérsia política do contencioso das águas em relação à utilização dos recursos energéticos da Bacia do Prata e criou um espaço político para a subsequente criação do MERCOSUL.

O outro é o tema da Bacia Amazônica. O Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, iniciativa brasileira, unindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tema muito bem tratado pelo Embaixador Rubens Ricupero, que foi um dos negociadores deste Tratado. Qual é a natureza deste Tratado? É a característica transnacional da Bacia Amazônica. O Tratado prevê a competência exclusiva dos países da região, a soberania na utilização e preservação dos recursos naturais, cooperação regional para a realização dos objetivos de desenvolvimento, equilíbrio e harmonia entre desenvolvimento e proteção ecológica. Ele se distingue por uma visionária antecipação da preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, pela afirmação da vocação regional da Amazô-

nia no contexto da vizinhança e pela contenção que trouxe das propostas de internacionalização da Amazônia. Esta representa o aprofundamento da preocupação recorrente dos países que integram a Bacia.

Houve um protocolo de emenda de 1998 para a criação de uma Secretaria permanente com sede em Brasília, que entrou em vigor em dezembro de 2002, criando assim a OTCA, Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia, aprofundamento de uma institucionalização que tem um significado ambiental, econômico e político de uma visão voltada para conferir um novo patamar à organização do espaço sul-americano, no qual me empenhei como Ministro das Relações Exteriores.

Então para já fazer a primeira crítica aos governos Lula e Dilma, eu creio que houve uma não percepção da relevância deste espaço de articulação e o seu não aproveitamento. Com isto chego ao fim deste terceiro bloco, em que eu procurei fazer um recorte tomando, naturalmente, como ponto de partida o tema da integração, o seu momento fundacional que é a ALALC, as dificuldades da ALALC, o acervo das experiências da ALALC, sua importância para nós todos na criação de uma diplomacia econômica, nos instrumentos que criou, por exemplo, o Sistema de Pagamentos Recíprocos e a Cooperação Aduaneira, e uma moldura jurídica dentro da qual todos os acordos de integração da América do Sul subsequentes, estão inseridos, que permite compatibilizar isto com o multilateralismo do GATT. E, tomando o tema da integração física, o que se fez em matéria da Bacia do Prata e o que se fez em matéria da Bacia Amazônia. Então vou para o quarto e penúltimo tópico da minha exposição.

- IV -

A Constituição de 1988, com a redemocratização, trouxe um artigo específico que é o artigo quarto, dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Positivou valores, criou um marco normativo da condução da política externa, um sentido de direção. O parágrafo único do artigo quarto diz o seguinte: “*a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações*”. Trata-se, assim, do reconhecimento do papel da América Latina para a política externa do Brasil, que é uma evolução no tempo do *Manifesto Republicano*, levando em conta as especificidades da região.

Naturalmente, eu não vou entrar nesta matéria, mas os professores de Direito sabem que os princípios não são regras, eles ensinam uma tomada de posição, precisam ser calibrados à luz das possibilidades concretas e das experiências anteriores do nosso país. Então, aí o primeiro dado é o MERCOSUL, o Tratado de Assunção, de 1991, que partiu da experiência do que não se deveria ter feito ou o que não se deveria fazer, à luz daquilo que ocorreu na ALADI. Ou seja, a percepção da necessidade de reduzir o número de países participantes no foco inicial de um processo de integração, para potencializar as vantagens de proximidade física, ganhar homogeneidade e complementaridade de interesses econômicos, facilitar a fluidez da comunicação governamental e política e as interações do setor privado. Isto também se deu com a redemocratização e a aproximação entre a Argentina e o Brasil mais aprofundada, iniciada nas Presidências Alfonsín e Sarney.

O MERCOSUL tornou-se o grande projeto diplomático do Brasil para a região na pós-redemocratização, e aí eu faria a seguinte consideração. O campo das relações internacionais, para efeitos analíticos, pode ser desdobrado em três: o estratégico, da situação limite paz e guerra, que permeia a vida internacional; o econômico, que diz respeito ao que um país representa para o outro como mercado, no sentido amplo, comércio, investimentos etc.; e o dos valores, o das afinidades e discrepâncias, das formas de conceber a vida em sociedade. O significado do MERCOSUL foi o de ter promovido a convergência dos três campos, pois superiormente traduziu necessidades internas em novas possibilidades externas para os seus integrantes.

Com efeito, o MERCOSUL tornou-se relevante no campo estratégico, regional e global porque contribuiu para a paz da região e do mundo, trouxe o término da corrida armamentista nuclear, um dos frutos da ação iniciada por Sarney e Alfonsín. Dela é um marco a declaração sobre política nuclear assinada em Foz do Iguaçu, entre o Brasil e a Argentina em 1990, na presidência Collor, que criou o sistema compartilhado de contabilidade e controle de materiais nucleares e seus desdobramentos.

No campo econômico porque levou em conta que, na década de 1990, o mundo simultaneamente se regionalizava e se globalizava. Daí as vantagens de uma cooperação regional aprofundada, fruto da ação conjunta dos membros do MERCOSUL, baseada em normas, lastreada na conectividade econômica da vizinhança, voltada para acelerar o desenvolvimento com justiça social e lograr a competitividade para a adequada inserção internacional dos seus integrantes.

E, no campo dos valores, porque a partir das suas origens, o MERCOSUL teve como horizonte político, em função da penosa experiência dos regimes autoritários na região, a importância da consolidação democrática e da tutela dos direitos humanos. Foi a sintonia dos três campos que tornou o MERCOSUL significativo no plano internacional e relevante para os seus Estados membros.

Isso não quer dizer que não tenha enfrentado muitos problemas. O primeiro deles derivou da assincronia dos ciclos econômicos e um dado óbvio que foi a mudança cambial do Brasil, em 1999, e seu impacto no comércio dos países membros. Isto foi sendo trabalhado com paciência estratégica, com calibração na flexibilização das normas e com perfurações nos acordos e nas normas. São conflitos de interesse, porém inerentes a um processo de integração aprofundada e foram sendo acomodadas, tendo como horizonte objetivos comuns a serem preservados.

Como se fez isto? Privilegiando a lógica da integração em detrimento da de fragmentação, construindo um espaço comum de estabilidade e democracia (a “cláusula democrática”), compartilhando recursos e mercados, buscando ampliar a inserção competitiva do mundo. Foi o que permitiu dar continuidade do processo nos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique e, de certo modo, com Lula e Dilma, porém com outro horizonte de perspectivas e valores. Daí uma mudança no MERCOSUL que foi se aprofundando e que examinarei na conclusão.

A outra dimensão da integração foi o de fazer a melhor economia e, por tabela, a melhor política da geografia no contexto da vizinhança. Cabe, neste sentido, destacar a operatividade do conceito da América do Sul numa integração física com maior abrangência. Daí a primeira reunião de presidentes da América do Sul, iniciativa do presidente Fernando Henrique em Brasília, em 2000, voltada para integração física. Doze eixos de integração em desenvolvimento, daí o IIRSA, Iniciativa de Integração Regional Sul Americana, e projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações. A segunda reunião realizou-se em Guayaquil, Equador, em 2002, que tratou de fórmulas para aprofundar este financiamento.

Então, o que procurei em síntese tratar neste bloco? O MERCOSUL, seu significado, a sua identidade, porque teve uma relevância interna e internacional pela convergência dos três campos, as dificuldades que enfrentou, inerentes a um processo de integração, os conflitos de interesse que foram sendo equacionados, tendo como horizonte privilegiar a “lógica da inte-

gração” em detrimento da “lógica da fragmentação”. E o tema ampliado da integração física que eu mencionei na parte anterior, ao falar da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica, com a ideia da América do Sul como uma unidade geográfica a ser aproveitada em termos de integração física. Daí o IIRSA, as iniciativas para a integração física da América do Sul, como forma de incentivar a cooperação.

- V -

Então, vou chegando à conclusão. Quais são os desafios da política externa no Brasil e na América do Sul e na América Latina hoje? Primeiro, uma menção ao cenário atual. O mundo hoje é um mundo multipolar, fragmentado, na qual operam tensões centrífugas e múltiplas tensões de hegemonia e as tensões, como vocês sabem, em contraste com as controvérsias, que são específicas, são difusas e tocam os problemas de alto poder da vida internacional.

Há uma erosão das tendências kantianas, pós-queda do Muro de Berlim, ou seja, um mundo mais cosmopolita, com os ataques terroristas nos Estados Unidos, de 11 de setembro de 2001. Ou seja, estamos em um mundo mais heterogêneo e mais hobbesiano.

Na região, a primeira consideração é o declínio relativo da Argentina nos últimos tempos, situação distinta daquela que prevalecia quando o MERCOSUL foi concebido e criado; portanto, menor capacidade de ação conjunta argentina-brasileira de ir calibrando equilíbrio na região. Por outro lado, o Brasil é hoje, muito mais do que antes, um ator global com um patamar no mundo distinto de outros países da região.

O eixo regional tornou-se mais assimétrico, são maiores as expectativas dos vizinhos em relação ao papel do Brasil na sustentabilidade da cooperação e, no momento atual, no governo Dilma, é menor a capacidade brasileira para responder a estas expectativas. Não temos o *locus standi* correspondente ao da Alemanha na União Europeia.

Em outras palavras, também esta relação mais assimétrica torna a relação nossa com os nossos vizinhos mais difícil e permeada também por problemas em relação a um “outro” que se tornou mais protagônico no plano internacional. A segunda consideração é a seguinte: a fragmentação alcança nossa região, que se tornou mais heterogênea nas suas visões da economia, da política e dos processos de integração.

Nas instâncias de concentração política e nos processos de integração não ocorrem apenas os naturais conflitos de interesses, mas múltiplos conflitos de concepção. No campo dos valores, diminuem as visões compartilhadas do significado da democracia, dos direitos humanos e do papel do mercado, ou seja, reduziu-se a prévia e maior convergência que existia quanto à concepção do papel do mercado, da democracia e dos direitos humanos. Exemplífico: os países que integram a Aliança do Pacífico, Chile, Peru, Colômbia e México, têm tendências economicamente mais liberalizantes e estão em melhor sintonia, mais a vontade com os processos de globalização.

Países de orientação estatizante, nacionalista, de credenciais democráticas mais discutíveis, Venezuela, Equador, Bolívia, os assim chamados bolivarianos têm um espaço de *permissibilidade*, que é um termo de Hélio Jaguaribe, aberto pelo fim da Guerra Fria. A Venezuela de Chávez pode atuar, como vem atuando, por conta do fim da Guerra Fria. Cabe dizer também, que a vida política e a experiência de Chávez não estão ligadas às experiências de redemocratização do Cone Sul e que a ideia da ALBA, Alternativa Bolivariana para as Américas, é uma proposta de integração de natureza política, é o regionalismo como polo. É ou tem como horizonte uma contestação aos Estados Unidos pelo que eles são, como país centro do capitalismo, e pelo que fazem, como poder imperial.

Por isso que digo, e já afirmei isto muitas vezes, que a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL, além do tema da ilegalidade, porque se realizou fruto de uma discutível suspensão do Paraguai, insere no MERCOSUL um conflito de concepção, além de seus múltiplos conflitos de interesse. Diminui a credibilidade e a confiança que eram frutos da identidade prévia do MERCOSUL e da convergência dos campos estratégico, econômico e dos valores.

Qual é a consequência a meu ver? A *aladificação* do MERCOSUL, relevante como ALADI, mas não estratégico. É uma erosão de um renovador projeto de integração, uma das grandes metas da diplomacia brasileira pós-redemocratização para a região. A morte de Chávez, as dificuldades de sua sucessão, as novas realidades do papel do petróleo na geopolítica energética mundial, o preço do petróleo e o preço de outras energias alternativas diminuem o *locus standi* da Venezuela e o seu papel como grande motor bolivariano.

A Argentina está, como se diz na Argentina, “*venida a menos*”, como mencionei, e com seus problemas internos e suas dificuldades externas,

imobiliza o MERCOSUL em matéria de ação externa comercial e no plano interno contribui para esta *aladificação*. Há que notar também a maior sintonia dos Kirchner e também em um certo momento dependência em relação a Chávez.

Ora, qual é a conclusão? O Brasil não se ajusta a nenhuma destas realidades. Não é liberalizante ao modo da Aliança Pacífica, não é bolivariano como os da ALBA, não está fragilizado como a Argentina. Em síntese, estamos em novos moldes e numa nova realidade, reeditando a singularidade do país na região.

Esta singularidade não está nos favorecendo no campo econômico-comercial. Os acordos comerciais *inter se*, de países da América Latina, estão minando nossas preferências comerciais na região e comprometendo nossas exportações de manufaturados para a região que enfrentam a concorrência da China. No plano global, o papel do país na formulação das regras de funcionamento do comércio internacional se reduz, seja pela longa paralisação das negociações da OMC, seja porque novas normas se elaboram em dois mega-acordos comerciais de que não participamos, a parceria transpacífica e a parceria de comércio de investimento transatlântico, ou seja, o Atlântico e o Pacífico.

Corremos o risco de ser *rule takers*, aqueles que aceitam as regras e não *law makers*, elaboradores de normas, papel que na nossa singularidade, buscamos tradicionalmente exercer. Quanto à integração física, o IIRSA avança pouco. Em primeiro lugar, pela inexistência de marcos regulatórios regionais apropriados, uma consequência dos conflitos de concepção. Só se pode ter marcos regulatórios comuns se se tem uma concepção comum sobre como organizar a integração física, o papel do mercado, o papel da colaboração. Se existem conflitos de concepção, não se consegue elaborar marcos regulatórios compartilhados. E, no nosso caso, o insucesso da experiência de cooperação energética com o gás com a Bolívia nos fez voltar para dentro nesta matéria.

Também a falta de recursos e as dificuldades do plano interno em equacionar os desafios de lidar com a nossa própria infraestrutura nacional e com a nossa logística. Concluo, depois de ter feito esta avaliação do cenário global, da sua similitude com o cenário regional, das tensões do plano internacional, da sua fragmentação, como elas têm um eco na nossa região, como há uma maior heterogeneidade de posições e, portanto, conflitos de concepção que dificultam uma cooperação mais aprofundada.

Em síntese: se eu olho o tema do Brasil na América Latina e da integração, eu posso dizer que o copo está metade cheio ou está metade vazio. Naturalmente, se eu tenho uma perspectiva positiva, eu diria que o copo está quase cheio, é a posição do governo que não é a minha. A minha é uma posição de oposição e de crítica e eu vou exemplifica-la com um grafite recente num país latino-americano.

Este grafite dizia: “*cuando teníamos las respuestas, nos cambiaran las preguntas*”, que é uma observação muito pertinente. As respostas resultavam das perguntas, porém, mudaram as perguntas. Mudaram-se as perguntas relacionadas ao como melhor conduzir de forma cooperativa nossa inserção na América do Sul. Falta à política externa do governo brasileiro uma nova e necessária visão estratégica apta a lidar com a nossa singularidade. Isto se viu agravado por um processo decisório fragmentado, que passa no governo Dilma, pela erosão do papel do Itamaraty e da qualidade de seus quadros e que a deriva reitera respostas inadequadas e utópicas para uma realidade que mudou.

**MESA DE ENCERRAMENTO:
REPENSAR A AMÉRICA LATINA**

PROF. DR. PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI (DIRETOR DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP)

Em nome da comunidade do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, que tenho a honra de dirigir, gostaria de endereçar algumas breves palavras aos presentes neste evento de celebração dos 25 anos do PROLAM.

Começo por dizer, de maneira muito clara, que o Instituto de Relações Internacionais só existe na Universidade de São Paulo por causa do pioneirismo do PROLAM. O Instituto de Relações Internacionais nasceu em 2005, para abrigar curso de graduação em Relações Internacionais que havia sido criado alguns anos antes e funcionava diretamente subordinado à Pró-Reitoria de Graduação. E nasceu justamente como um projeto multidisciplinar compreendendo várias áreas do conhecimento, agregando professores que vieram de diferentes unidades da Universidade de São Paulo, no meu caso a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Lá nos encontramos justamente para desenvolver as perspectivas de uma abordagem das Relações Internacionais, não sob a especificidade do Direito Internacional ou da Economia Internacional ou da História das Relações Internacionais ou da Política Internacional, mas sob uma perspectiva combinada, em que essas diferentes áreas do conhecimento convergiram para gerar uma compreensão abrangente dos fenômenos internacionais. Ora, isto é exatamente o que o PROLAM faz há 25 anos.

Quando hoje se fala Universidade de São Paulo e na Universidade em geral da grande inovação é a multidisciplinaridade, na verdade aqui mesmo na USP nós já temos isso como um projeto absolutamente exitoso, que é o projeto do PROLAM. Nesse sentido, a manifestação que faço, em nome da comunidade do Instituto de Relações Internacionais, é para registrar o

nosso reconhecimento do pioneirismo do PROLAM. O PROLAM, na área das Relações Internacionais, de maneira focada na América Latina, tem sido um projeto que justamente conduz uma abordagem multidisciplinar do estudo do seu objeto de conhecimento, fazendo aquilo que hoje todo mundo diz que deve ser feito na Universidade de São Paulo.

Dada essa nossa afinidade, temos no Instituto de Relações Internacionais programas que têm contado com uma participação muito ativa dos alunos do PROLAM, que o enriquecem enormemente. O mais significativo nessa interação é a Cátedra José Bonifácio que, a cada ano sob a titularidade de uma personalidade da Ibero-américa – em 2013 foi o ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, em 2014 é o ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias –, congrega pesquisadores para estudar temas da Ibero-américa. E sempre temos tido um contingente muito expressivo de alunos do PROLAM que se associam a esse projeto, contribuindo, inclusive, com artigos para as coletâneas da Cátedra, a primeira já publicada, a segunda em vias de publicação.

Portanto, prof^a Lisbeth, recebam, a senhora e toda a comunidade do PROLAM – os fundadores do PROLAM, os professores do PROLAM, os estudantes do PROLAM, os servidores do PROLAM –, nossa sincera homenagem e nosso reconhecimento pela relevância do pioneirismo do PROLAM nos estudos multidisciplinares em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo e, eu diria até, na Universidade brasileira. Parabéns pelos primeiros vinte e cinco anos de existência!

PROFA. DRA. LISBETH RUTH REBOLLO GONÇALVES
(COORDENADORA DO PROLAM/USP)

Chegamos ao fim do nosso Seminário.

Foram quatro dias de intenso “pensar e repensar a América Latina”. Múltiplas seções de trabalho aconteceram, concomitantemente, em diferentes espaços deste campus da USP.

Palestrantes brasileiros e de outros países latino- americanos trouxeram sua contribuição e instigaram nossa reflexão.

Terminamos fortemente enriquecidos e estimulados a continuar nossos estudos e pesquisas.

Agradecemos a participação de todos os que apresentaram comunicações, coordenaram mesas e aos que se integraram às reuniões e aos debates.

Um “muito obrigada” especial vai para a equipe de alunos e alunas do PROLAM que participaram da organização e deram apoio técnico ao evento.

Agradecimentos às agências financiadoras - Fapesp e Capes - e à EACH que nos deu suporte para a tramitação burocrática no processo de organização do Seminário. Agradecimento à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin que nos acolheu neste belo espaço. Agradecemos igualmente às Pró-Reitorias de Cultura e Extensão e de Pós-Graduação, ao SIBi, ao NUPRI, ao CINUSP, e ao Instituto de Estudos Avançados.

Esperamos reencontrá-los, em breve, em novos encontros promovidos pelo PROLAM.

Boa Noite a todos!

PALAVRAS FINAIS

O Simpósio Internacional “Pensar e Repensar a América Latina” proporcionou o encontro de pesquisadores latinoamericanos das mais diversas áreas e temáticas. O evento reuniu cerca de 500 pesquisadores latinoamericanos, de mais de 70 universidades nacionais e internacionais, além dos grandes especialistas reunidos neste livro, que ministraram as Palestras do evento.

Com o intuito de seguirmos “Pensando e Repensando a América Latina”, a Comissão Organizadora do Simpósio, composta por alunos e professores do PROLAM/USP, pretende seguir promovendo momentos como este. Entre as atividades que pretendem dar continuidade as reflexões e discussões acerca da América Latina estão: o Encontro de Pesquisadores sobre a América Latina (EPAL), criado no ano de 2013, cujo intuito é reunir pesquisadores *prolanianos* e de outras instituições, visando o conhecimento das diversas pesquisas sobre a América Latina, além da interação entre os pesquisadores; e os *Encuentros Latinoamericanos*, iniciado no ano de 2014, como parte das comemorações dos 25 anos do PROLAM/USP e, atualmente, como uma forma de proporcionar momentos mensais com grandes especialistas em América Latina.

Esperamos reencontrá-los em alguns destes momentos.

Comissão Organizadora

